

3º TRIMESTRE



RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2024

IGEPPS
INSTITUTO DE GESTÃO PRESIDENCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO PARA



<https://www.igepps.pa.gov.br/>



@igepps.pa

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDÊNCIA

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

PROCURADORA-CHEFE

ANA RITA DOPAZO ANTÔNIO JOSÉ LOURENÇO

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FRANKLIN JOSÉ NEVES CONTENTE

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA

CAMILA BUSARELLO

DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

CARLOS DORIA SANTOS

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	24
1.1 Estrutura Patrimonial.....	25
2.1 Avaliação da execução orçamentária de programas e ações de governo	24
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.....	24
2.1.2 Programa Governança Pública.....	24
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão.....	30
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS	33
3.1 Quantitativos de servidores ativos, aposentados e pensionistas	33
3.2 Receitas Previdenciárias – Poder Executivo	34
3.2.1 Finanprev	34
3.2.2 Funprev	35
3.3 Compensação Previdenciária	35
3.3.1 Requerimentos da COMPREV	35
3.3.2 Valores da Compensação Financeira	36
3.4 Taxa de Administração	36
3.5 Recuperação de Crédito	37
3.5.1 Dívidas das Prefeituras.....	37
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos	37
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO.....	37
3.6.1 Finanprev e Funprev	37
3.7 Receitas e despesas – SPSM.....	39
3.8 Receitas e despesas previdenciárias – Outras Instituições	39
3.8.1 Finanprev	39
3.8.2 Funprev	43
4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL	45
4.1 Segregação de massa dos segurados do RPPS.....	45
4.1.1 Massa de segurados – Finanprev.....	45
4.1.2 Massa de segurados – Funprev	46
4.1.3 Massa de segurados – SPSM	46
4.2 Evolução do resultado do Plano de Custeio relativa aos últimos exercícios - Comparativo entre a evolução das receitas estimadas e as efetivamente executadas	46
4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS.....	48
4.3.1 Hipóteses biométricas	48
4.3.2 Hipóteses demográficas	48
4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras.....	49
4.4 Alíquotas do plano de custeio previdenciário	49
4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício	49
4.5 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício	50

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS	53
5.1 Carteira Global.....	53
5.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global	55
5.3 Carteira Funprev	57
5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Funprev	57
5.3.2 Evolução do Rendimento Funprev.....	57
5.3.3 Distribuição de Recurso por Segmento – Funprev.....	58
5.3.4 Movimentações – Funprev	58
5.3.5 Rentabilidade e Meta Atuarial – Funprev.....	59
5.4 Carteira Finanprev	63
5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido do Finanprev.....	63
5.4.2 Resultado do Finanprev.....	64
5.4.3 Movimentação Finanprev	64
5.5 Carteira SPSM.....	64
5.5.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM	64
5.5.2 Evolução do Rendimento - SPSM	65
5.5.3 Movimentação - SPSM	65
5.5 Atendimento à Lei Complementar nº 115/2017 e 125/2019 - Transferência do rendimento FUNPREV para o FINANPREV	65
6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	68
6.1 Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimento – COINV.....	68
7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	81
7.1 Gestão de Pessoal.....	81
7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional	81
7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores	82
7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida	82
7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	86
7.2.1 Poder Executivo	86
7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário	87
7.2.3 Todos os Poderes	88
7.2.4 Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário	88
7.2.5 IGEPPS.....	90
7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S).....	93
7.2.7 Encargos IGEPPS - Auxílio Funeral	93
7.2.8 Encargos IGEPPS – Salário Família.....	94
7.2.2 Folhas de Pagamentos.....	95

7.3 Gerenciamento do Custeio e Contratos	103
7.4 Controles Internos e conformidade	104
7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL	109
7.5.1 Produção de Conteúdo Gráfico e Audiovisual	109
7.5.2 Produção de Notícia	109
7.5.2 Site	110
7.5.4 Desenvolvimento de campanha de comunicação	111
7.6 Cumprimento de decisões judiciais e análises jurídicas	121
7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)	121
7.6.2 Requisições de Impugnações	122
7.6.3 Recuperação de Crédito	125
7.6.3 Precatório	126
7.6.4 Análises Jurídicas	127
7.7 Tecnologia da Informação	130
7.7.1 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	133
7.8 Gestão de benefícios DE proteção Social	134
7.8.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma	134
7.8.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte	135
7.8.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte	135
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA	136
7.9 Gestão de benefícios previdenciários	137
7.9.1 Análise de benefícios previdenciários	137
7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte	138
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral	141
7.9.4 Abono de Permanência	142
7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará	143
7.9.6 Vacâncias	143
7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento	146
7.9.8 Pagamento de Retroativos	150
7.9.9 Cumprimento de Decisões Judiciais	151
7.9.10 Recuperação de Crédito	152
7.10 Núcleo de Atenção Psicossocial	153
7.10.1. Atendimento Psicossocial	153
7.10.2. Diligências Psicossociais	154
7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas	154
7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte	154
7.10.5 Relatórios Técnicos	154

7.10.6 Educação Previdenciária	154
8 CANAIS DE ATENDIMENTO.....	156
8.1 Estrutura Física de Atendimento Presencial.....	158
8.1.1 Central de Atendimento – CATEN	158
8.1.2 Núcleos Regionais.....	159
9 CONSIDERAÇÕES.....	165

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar n.º 44/2003 e alterado pela Lei Complementar n.º 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário e pela administração e governança dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Finanprev, Funprev e Fundo de Proteção Social dos Militares Estaduais (FPSM), respectivamente.

Baseando a sua missão institucional em proporcionar uma gestão sustentável, eficaz, atuarial e transparente, o Instituto vêm priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido, garantindo através do seu funcionamento a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Nesse contexto, a Previdência estadual busca garantir aos segurados e beneficiários em geral o amplo acesso aos serviços públicos ofertados, as informações sobre benefícios previdenciários e ao custeio da assistência e proteção social dos militares, tal que de seus dependentes.

Nesse Relatório de Governança Corporativa são evidenciadas as atividades realizadas e os principais resultados alcançados no terceiro trimestre de 2024 (junho a agosto de 2024), detalhando as ações desenvolvidas e as metas atingidas pela atuação institucional movida pelos programas e ações de Governo, ressaltando, também, o impacto social dos serviços prestados. Na oportunidade, destacamos, ainda, que esse relatório é instrumento formal de prestação de contas ao Governo, aos órgãos de controle e à sociedade, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a “Gestão Pública Eficiente e Presente” e o fortalecimento da Instituição.

Por fim, cabe afirmar que as informações e os dados inseridos nesse documento foram integralmente repassadas através da colaboração estratégica e estrutural do Núcleo de Planejamento - NUPLAN com as Diretorias, Coordenações e Gerências que compõem o organograma institucional do IGEPPS, respeitando-se as competências legais, regimentais e regulamentares de cada setor de atuação, possibilitado a compilação do acervo coletado de forma clara e transparente a elucidar os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O fundo financeiro Finanprev possui natureza contábil, em regime de repartição simples, para prover recursos, para o pagamento de aposentadoria e pensão aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar n.º 112/2016 alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do fundo Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do terceiro trimestre de 2024, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, alçava-se em R\$ 507.281.235,45 (quinhentos e sete milhões e duzentos e oitenta e um mil e duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Por sua vez, o Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização para prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual, que ingressaram no Estado a partir 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016. O Funprev encerrou o terceiro trimestre de 2024, com Patrimônio Líquido alçado em R\$ 4.275.834.612,27 (quatro bilhões e duzentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e doze reais e vinte e sete centavos), aplicados em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar n.º 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, para prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, inatividade e incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O IGEPPS está presente em 03 (três) programas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

Quadro 1: Programas e Ações do PPA 2024-2027 – 3º trimestre de 2024.

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover os direitos humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: PPA 2024-2027/SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Quando analisada a execução orçamentária/financeira dos Programas no período de julho a setembro de 2024, o valor total gasto foi de R\$ 75.636.168,92 (setenta e cinco milhões e seiscentos e trinta e seis mil e cento e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Tabela 1: Execução orçamentária/financeira – por programa – 3º trimestre de 2024.

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	150.000,00	71.517,19	-	-	-
Governança Pública	21.800.000,00	44.800.000,00	7.099.915,05	24.822.317,79	70,3
Manutenção da Gestão	206.765.485,00	181.256.500,00	68.536.253,87	169.778.821,69	73,6
Total	228.715.485,00	226.128.017,19	75.636.168,92	194.601.139,48	73,1

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No Programa de Governança Pública foi utilizado o valor de R\$ 7.099.915,05 (sete milhões e noventa e nove mil e novecentos e quinze reais e cinco centavos), totalizando 70,3% da dotação real do Programa para 2024.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 68.536.253,87 (sessenta e oito milhões e quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos) totalizando 73,6% da dotação real do Programa para 2024, viabilizando a gestão administrativa do Instituto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos o IGEPPS realizou o destaque orçamentário e financeiro à Secretaria e Planejamento e Administração – SEPLAD no valor de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) que representou o maior valor de despesas no 3º trimestre de 2024, seguido de Grupo de Pessoal e do Investimentos. A partir de março de 2024, a execução orçamentária e financeira do auxílio-funeral passou a ser realizada na Unidade Gestora 840250 – Encargos IGEPPS, por meio de provisão financeira da UG do IGEPPS.

Tabela 2: Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa – 3º trimestre de 2024.

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa					
Grupo	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Pessoal	47.000.000,00	35.123.766,81	7.024.030,54	20.993.729,25	59,8
ODC	166.715.485,00	202.020.572,06	63.156.632,63	154.454.348,86	76,5
Investimentos	15.000.000,00	27.797.510,00	5.455.505,75	19.153.061,37	68,9
Total	228.715.485,00	264.941.848,87	75.636.168,92	194.601.139,48	73,5

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

O Instituto no 3º trimestre de 2024, se fez presente em 03 (três) Estações Cidâneas na Região Guajará, sendo duas no município de Belém: Shopping Bosque Grão-Pará e Shopping Pátio Belém; e uma no município de Ananindeua: Shopping Metrópole Ananindeua. Dentre os serviços disponibilizados estão os requerimentos de abono de permanência, aposentadoria, atualiza o cadastral, auxílio-funeral, certidão negativa, comunica o de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribui o (CTC), inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isen o de imposto de renda, libera o de crédito, pensão por morte, e dentre outros, a emissão de contracheque.

Na tabela a seguir é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentária/financeira do objetivo:

Tabela 3: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania				
	Produto: Pessoa Atendida				
	Execução Física (Un)				
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)
Guajará	Belém	3.500	933	3.411	97,5
	Ananindeua	1.500	165	629	41,9
Total		5.000	1.098	4.040	80,8

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de julho a setembro de 2024 foram realizados 1.098 (mil e noventa e oito) atendimentos nas estações cidadanias, totalizando 80,8% da meta prevista para 2024, conforme a tabela acima, sendo 933 (novecentos e trinta e três) nas estações cidadanias localizadas no município de Belém (Shoppings Pátio Belém e Grão-Pará) e 165 (cento e sessenta e cinco) em Ananindeua, no shopping MetrÓpole. Os serviços mais demandados foram: emissão de contracheques, outros, consulta de processos, requerimento inicial e portaria.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do IGEPPS se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, a qual resultou no destaque orçamentário e financeiro de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao 2º Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais (QDQQ).

Dentro desta ação o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante a meta 10.2 e 10.3, pois o Instituto quando oferta os serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo os seus segurados, beneficiários e sociedade em geral acesso aos serviços, garantindo a igualdade de oportunidades.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260 de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade e IV- gestão pública presente. Nesse sentido, o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, objetivando contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará, por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública este Instituto possui 05 (cinco) ações, sejam elas:

Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõe, bem como, as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2024.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Agentes Públicos

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Capacitação de Agentes Públicos, cujo produto é servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite a capacitação de seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 4: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

Ação: Capacitação de Agentes Públicos								
Produto: Servidor Capacitado								
Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
150	9	234	1,56	2.500.000,00	1.000.000,00	1.070.533,88	3.081.817,47	308,2

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de julho a setembro de 2024, foram capacitados 9 (nove) servidores, atingindo 160% acima da meta prevista para 2024, conforme tabela acima.

Destacam-se no período supracitado os cursos de Aposentadoria e Pensões, Aposentadorias; pensões e abono de permanência e respectivos cálculos de benefícios na Administração Pública; Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo; Compliance, Governança e Gestão De Riscos 2, Auditoria nas Licitações e Contratos Firmados pela Administração Pública; Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos; Congresso Brasileiro de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos; Curso de APH de Combate; Curso de CQB (Combate em Ambientes Confinados); Execução Orçamentária, Financeira e Contábil; Folha de Pagamento no Funcionalismo Público 2; Folha de Pagamento no Funcionalismo Público 3; Formação de Agente de contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio; Gestão Patrimonial Pública Efetiva: Procedimentos para o Gerenciamento do Patrimônio, Material e Almoxarifado; Inovação e Agilidade na Administração Pública; Legislação de Pessoal no Serviço Público; Mind The Sec. São Paulo 2024; Orçamento Público Integrado com a Execução Orçamentária e Financeira 2; XP Expert ; 11º Curso sobre Conformidades de Registro de Gestão e Contábil, Empenho; 19º Encontro Nacional de Secretariado e Gestão de Pessoas; 19º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública; 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade; 22º Congresso Previdenciário da APREV; 49º Curso de Auditoria e Controles Internos; 4º Curso Básico de Capacitação de Ordenadores de Despesas e Gestores Públicos e 72º Curso de Administração Orçamentária e Financeira.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado, refere-se ao indicado no Manual de monitoramento do SigPlan, que indica o registro da quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente o mesmo servidor, ainda que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em referência.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto no 3º trimestre foi de R\$ 1.070.533,88 (um milhão e setenta mil e quinhentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos) representando 123,3% do total previsto para a ação no exercício de 2024, como demonstrado na tabela acima.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Construção de Imóveis Públicos Estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação o instituto busca realizar manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No terceiro trimestre de 2024, foram realizadas diversas reformas e manutenções prediais na agência Santarém e na Sede do IGEPPS, tais como serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, instalações elétricas, hidráulicas, lógica, portas e janelas, pintura, calhas e telhado com mudança de layout e a conclusão parcial da manutenção preventiva do auditório e o da alteração do layout do auditório. Assim, em relação à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$ 6.548.878,15 (seis milhões e quinhentos e quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e oito reais e quinze centavos), representando 82,5% do total previsto para a ação no exercício de 2024.

Em relação a metafísica, considerando que o produto é “imóvel construído” e conforme orientação em reunião com a SEPLAD há uma secretaria específica para atender a este produto, os órgãos habilitados nesta ação não computarão a metafísica, somente será alimentada a informação qualitativa.

Esta ação permitiu ao IGEPPS atender ao plano de expansão institucional por diversas Regiões, a partir da contratação dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais necessários visando à execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais, em geral.

Na tabela a seguir é possível observar a ação, produto, execução orçamentária/financeira.

Tabela 5: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

Ação: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais										
Produto: Imóvel Construído										
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	%
Baixo Amazonas	Santarém	1	-	-	-	200.000,00	-1.490,00	434.407,23	1.815.708,61	-1.218,6
Carajás	Marabá	1	-	-	-	200.000,00	-500.000,00	335.384,39	2.203.882,44	-4,4
Guajará	Belém	1	-	1	200	8.600.000,00	-5.001.000,00	4.670.608,61	13.050.115,23	-2,6
Guamá	Castanhal	1	-	-	-	200.000,00	-50.000,00	-	275.223,68	-5,5
Rio Caeté	Capanema	1	-	-	-	200.000,00	-50.000,00	-	296.171,39	-5,9
Tocantins	Abaetetuba	1	-	1	100	200.000,00	-	-	537.082,85	-
Rio Capim	Paragominas	1	-	-	-	200.000,00	-500.000,00	-	-	-
Xingu	Altamira	1	-	-	-	200.000,00	-	-	848.921,70	-
Total		8	1	2	37,7	10.000.000,00	-6.102.490,00	5.440.400,23	19.027.105,90	-3,1

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.

Este objetivo visa a ampliação da atuação do RPPS para torná-lo cada vez mais seguro, transparente, fomentando as boas práticas de gestão para o fortalecimento da governança e da gestão do RPPS, atuando diretamente na Missão e na Visão institucional e subsidiando ações de educação previdenciária que permitam consolidar a Previdência Social como política de Estado por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS¹ a educação previdenciária tem como produto a pessoa capacitada e diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do IGEPPS, aos segurados e beneficiários, aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2024).

No período de julho a setembro de 2024, foram capacitados 285 (duzentos e oitenta e cinco) segurados e beneficiários nos municípios de Belém (Região Guajará), Marabá (Região Carajás) e Santarém (Região Baixo Amazonas), representando 271% da meta planejada para o ano de 2024.

Na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentário-financeira do objetivo. A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

Em relação ao programa "Papo Previdenciário", a ação ocorreu na Santa Casa de Misericórdia do Pará, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS e na Defensoria Pública do Estado do Pará online, Belém, Região do Guajará. Foi comunicada aos segurados informações sobre aposentadoria, abono de permanência, previdência complementar, saúde mental, educação financeira e planejamento de futuro na preparação para a aposentadoria, além de promover a divulgação da Cartilha Previdenciária.

Foram realizados dois workshops sobre o tema "Planejamento Previdenciário: Garantindo o futuro dos servidores públicos". Os eventos ocorreram no auditório da Universidade Estadual do Pará (UEPA), localizados nas cidades de Santarém (Região Baixo Amazonas) e Marabá (Região Carajás). A atividade também abordou sobre as regras de aposentadoria diferenciadas para certas carreiras, como policiais civis, conforme a CF/88, art. 201, §1º. Também abordou tópicos sobre aposentadoria, previdência complementar, aspectos psicossociais do envelhecimento, arrecadação previdenciária no Pará.

¹ Manual do Pró-gestão RPPS Versão 3.5 Aprovada em 21/12/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/MANUALDOPRGESTORPPSVERSO3.5.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

Tabela 6: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

Ação: Educação Previdenciária										
Produto: Pessoa Capacitada										
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Baixo Amazonas	Santarém	20	71	71	355	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Carajás	Marabá	60	40	40	67	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Guajará	Belém	370	174	2.375	642	465.000,00	100.000,00	-	-	-
Guamá	Castanhal	60	-	56	93	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Rio Caeté	Capanema	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Tocantins	Abaetetuba	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Rio Capim	Paragominas	20	-	41	205	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Xingu	Altamira	30	-	46	153	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Total		600	285	2.629	438	500.000,00	-400.000,00	-	-	-

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Também houve atendimento individualizado no Programa de Assistência em Educação Financeira do IGEPPS com objetivo de auxiliar segurados aposentados e pensionistas do Instituto, que estejam em situação de endividamento de risco e superendividamento. Segundo a Lei Nº 14.181/2021, a pessoa é considerada superendividada quando sua renda mensal não é mais suficiente para pagar as dívidas do mês e elas acumulam com as do mês seguinte comprometendo, assim, o pagamento de despesas essenciais, como: de saúde, medicação, moradia, alimentação, transporte, energia elétrica, água, dentre outras.

Quanto à execução orçamentário/financeira, não apresentou movimentação financeira, referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois as ações foram realizadas na Região do Guajará em parcerias com órgãos da Administração Pública, assim como parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Dentro dessa ação o IGEPPS contribui ao ODS 4 – Educação de qualidade, impactando ao alcance da meta 4.4, pois ao difundir o conhecimento sobre as mudanças legislativas e instrução processual formam-se servidores (jovens e adultos) com maiores competências técnicas e profissionais tanto para a instrução processual quanto para se tornarem disseminadores de conhecimento sobre a matéria previdenciária, promovendo além do aumento na qualidade do serviço público, oportunidades de aprendizado para os segurados, beneficiários e sociedade em geral.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado

A ação Previdência Itinerante tem como produto beneficiário atendido e visa ampliar o acesso aos serviços essenciais relacionados à previdência estadual. A ação surge dentro do Plano de Expansão Institucional, objetivado atender as necessidades do IGEPPS, por meio da ampliação do atendimento do RPPS e a sociedade em geral com os postos itinerantes, estruturados em caminhões baús, devidamente ambientados e equipados, que se deslocam por vários municípios paraenses.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do IGEPPS, nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e nas unidades móveis - IGEPPS Itinerante.

No período de julho a setembro de 2024, foram realizados na 13.957 (treze mil e novecentos e cinquenta e sete) atendimentos de forma presencial na sede, terminal hidroviário e nas agências. Já os atendimentos virtuais, foram realizados 471 (quatrocentos e setenta e um), por meio dos quais inúmeras dúvidas são facilmente sanadas ou agendamentos

marcados, por meio de requerimentos virtuais. Pelo *call center* e chat foram atendidos 8.346 (oito mil e trezentos e quarenta e seis), conforme a tabela a seguir.

Os atendimentos itinerantes realizados nas unidades móveis, totalizaram 1.280 (mil e duzentos e oitenta). As unidades móveis percorreram 24 (vinte e quatro) municípios, em 7 (sete) regiões de Integração, sendo o maior quantitativo na Região Guamá, que totalizou 648 (seiscentos e quarenta e oito) atendimentos, seguido da região do Xingu, com 188 (cento e oitenta e oito).

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 588.980,94 (quinhentos e oitenta e oito mil e novecentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos), representando 77,5% do total previsto para ação no exercício de 2024.

Destaca-se que a despesa realizada é, sobretudo, relacionada às diárias de servidores (civil e militar), pois em período anterior ao cronograma estabelecido, há o deslocamento de servidores para viabilizar a logística para as unidades móveis nos municípios previstos, bem como durante o atendimento, quando necessário. Outro tipo de despesa nessa ação são os suprimentos de fundos, utilizado para materiais de consumo, locomoção e transporte.

A ação gestão previdenciária contribuem ao ODS 10 e sua meta 10.4, pois as ações de gestão visando ao alcance da missão institucional assegurando projetos que permitem ampliação do acesso aos serviços previdenciários, difusão de conhecimento, fomento da responsabilidade corporativa garantem maior acesso do IGEPPS aos segurados, beneficiários e sociedade em geral, garantindo gradativamente que se reduzam as desigualdades no âmbito da proteção social, como preconiza a referida meta ODS.

Na Tabela 7 é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira:

Tabela 7: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

(continua)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado												
	Produto: Atendimento Realizado												
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada				Acumulado	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
				3º trimestre					Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)	
Julho				Agosto	Setembro	Total							
Guajará	Belém	Sede	1.021	2.922	2.884	2.816	8.622	32.373	3.800.000,00	-	588.980,94	75,5	
		Terminal Hidroviário		55	64	1	120						616
		Unidade Móvel		489	469	441	1.399						1.503
		Requerimento Virtual		175	149	147	471						1.433
		Call Center		2.498	2.464	2.655	7.617						32.344
		Chat		244	257	228	729						2.281
Benevides	Unidade Móvel	-	-	-	-	92							
Guamá	Castanhal	Agência	1.021	494	356	507	1.357	5.747	3.800.000,00	-	588.980,94	75,5	
	Colares	Unidade Móvel	-	82	-	82	82						
	Curuçá		-	146	-	146	146						
	Igarapé-Açu		-	-	-	-	109						
	Magalhães Barata		80	-	-	80	80						
	Maracanã		86	-	-	86	86						
	Marapanim		140	-	-	140	140						
	Santo Antônio do Tauá		-	-	53	53	53						
	São Caetano de Odivelas		-	89	-	89	89						
	Vigia de Nazaré		-	-	36	36	36						
Baixo Amazonas	Santarém		Agência	1.021	281	290	236	807	3.120	3.800.000,00	-	588.980,94	75,5
	Alenquer	Unidade Móvel	-	-	-	-	63						
	Belterra		-	-	-	-	36						
	Faro		60	-	-	60	60						
	Juriti		22	-	-	22	48						
	Monte Alegre		-	-	-	-	82						
	Óbidos		-	-	-	-	71						
	Oriximiná		-	-	-	-	34						
	Terra Santa		51	-	-	51	51						

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Tabela 7: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

(conclusão)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado											
	Produto: Atendimento Realizado											
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada				Acumulado	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
				3º trimestre					Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Julho				Agosto	Setembro	Total						
Carajás	Marabá	Agência	161	122	111	394	1.980	3.800.000,00	-	588.980,94	-	
	Canaã dos Carajás	Unidade Móvel	-	-	-	-	7					
	Curionópolis		-	-	-	-	7					
	Bom Jesus do Tocantins		-	-	12	12	12					
	São Domingos do Araguaia		-	-	-	24	24					
	São João do Araguaia		4	7	-	11	11					
	Parauapebas		-	-	-	-	51					
Paragominas	Agência		34	18	20	72	288					
Rio Capim	Abel Figueiredo	Unidade Móvel	-	-	17	17	17					
	Dom Eliseu		-	-	36	36	36					
	Rondon do Pará		-	-	33	33	33					
Tocantins	Abaetetuba	Agência	289	346	245	880	3.600					
	Barcarena	Unidade Móvel	-	-	156	156	156					
Lago de Tucuruí	Itupiranga	Unidade Móvel	-	39	-	39	39					
	Novo Repartimento		-	11	-	11	11					
Araguaia	Redenção	Unidade Móvel	22	-	-	22	22					
Xingu	Altamira	Agência	93	81	87	261	1.045					
	Medicilândia	Unidade Móvel	-	-	62	62	62					
	Pacajá		-	15	-	15	15					
	Placas		-	28	-	28	28					
	Uruará		-	47	-	47	47					
Vitoria do Xingu	-		-	36	36	36						
Rio Caeté	Capanema	Agência	490	446	436	1.372	7.392					
TOTAL			-	8.714	8.550	8.625	25.889	99.090				

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPSS.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. No período de julho a setembro de 2024, não foram realizadas ações de publicidades das ações de governo, sendo este orçamento remanejado para outra ação dentro do programa de manutenção da gestão.

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado com as seguintes ações: abastecimento de Unidades Móveis, concessão de auxílio-alimentação, concessão de auxílio-transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria na qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

Tabela 8: Execução orçamentária/financeira - 3º trimestre de 2024.

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	10	77	500.000,00	500.000,00	78.790,92	223.686,11	44,7
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	250	240	96	3.800.000,00	-	1.081.274,22	2.940.902,59	-
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	86	86	150.000,00	-	23.700,05	73.636,35	-
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	80	115	143,8	154.765.485,00	49.361.169,00	60.177.417,31	144.367.379,88	292,5
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	315	296	94	47.550.000,00	-1.000.000,00	7.175.071,37	22.173.216,76	60,7

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

De julho a setembro de 2024, foram abastecidos um total de 10 (dez) veículos em média por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 78.790,92 (setenta e oito mil e setecentos e noventa reais e noventa e dois centavos), representando 44,7% do total previsto para ação no ano de 2024, conforme demonstrado na Tabela 8.

De julho a setembro de 2024, a ação de concessão do auxílio-alimentação, que tem como produto servidor beneficiado, contemplou em média 240 (duzentos e quarenta) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 1.081.274,22 (um milhão e oitenta e um mil e duzentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos), como demonstrado na Tabela 8.

De julho a setembro de 2024, a ação de concessão de auxílio-transporte que também tem como produto servidor beneficiado contemplou em média 86 (oitenta e seis) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 23.700,05 (vinte e três mil e setecentos reais e cinco centavos), como demonstrado na Tabela 10.

De julho a setembro de 2024, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 115 (cento e quinze) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 60.177.417,31 (sessenta milhões e cento e setenta e sete mil e quatrocentos e dezessete reais e trinta e um centavos), representando 292,5% do total previsto para a ação, como demonstrado na Tabela 8.

De julho a setembro de 2024, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do IGEPPS contabilizou em média 296 (duzentos e noventa e seis) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 7.175.071,31 (sete milhões e cento e setenta e cinco mil e setenta e um reais e trinta e um centavos), representando 60,7% do total previsto para a ação, conforme demonstrado na Tabela 8.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No terceiro trimestre de 2024, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário é de 108.747 (cento e oito mil e setecentos e quarenta e sete) vinculados no Finanprev e Funprev.

Impende frisar que a categoria militar representa um quantitativo de 32.289 (trinta e dois mil e duzentos e oitenta e nove) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual.

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas referentes à Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF possuem caráter dinâmico, apresentando variação mensal decorrente da concessão contínua de novos benefícios previdenciários, do falecimento de ativos, inativos e pensionistas, bem como da criação de cargos, seguida da nomeação de novos servidores públicos ou novos militares, somadas às ocorrências de exoneração e demissão, além de outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Portanto, o instituto assistiu 141.036 (cento e quarenta e um mil e trinta e seis) segurados, entre inativos e pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando-se os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

Tabela 9: Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 3º trimestre de 2024.

Poder Executivo							
Segurado	Finanprev			Segurado	Funprev		
	Abril	Maio	Junho		Abril	Maio	Junho
Ativo	50.850	50.116	49.650	Ativo	8.881	8.893	8.946
Inativo	31.434	31.423	31.539	Inativo	-	-	-
Pensionista	8.571	8.604	8.508	Pensionista	47	47	49
Total	90.855	90.143	89.697	Total	8.928	8.940	8.995
Poder Legislativo e Judiciário							
Segurado	Finanprev			Segurado	Funprev		
	Abril	Maio	Junho		Abril	Maio	Junho
Ativo	5.986	5.555	5.542	Ativo	1.723	2.197	2.194
Inativo	1.554	1.553	1.553	Inativo	-	-	-
Pensionista	761	760	760	Pensionista	6	6	6
Total	8.301	7.868	7.855	Total	1.729	2.203	2.200

Fonte: COAF/IGEPPS.

A Tabela 10 mostra quantitativamente a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

Tabela 10: Quantitativo de militares no SPSM – 3º trimestre de 2024.

SPSM			
Segurado	Julho	Agosto	Setembro
Ativo	17.915	17.862	17.762
Inativo	10.709	10.730	10.809
Pensionista	3.725	3.745	3.718
Total	32.349	32.337	32.289

Fonte: COAF/IGEPSS.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

Os registros contábeis relacionados às receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPREV (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), contemplando conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao BANPARÁ.

3.2.1 Finanprev

No 3º trimestre de 2024, constata-se um acréscimo na arrecadação previdenciária, por efeitos da reforma previdenciária, que impulsionou bastante a configuração da arrecadação do poder executivo, mediante, essencialmente, a majoração de alíquotas dos fundos, a extinção da regra de teto “em dobro” para os portadores de doenças incapacitantes e a determinação de obrigatoriedade contributiva para os licenciados sem vencimentos. A Tabela 11 apresenta dados referentes ao período julho a setembro de 2024.

Tabela 11: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev- 3º trimestre de 2024.

Poder Executivo - FINANPREV						
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Saldo Superávit	Rentabilidade	Reserva	Subtotal 1
	(0254/0654)	(0258/0658)	(.0301)	(LC 115/17)	(LC 125/19)	
Julho	75.128.802,70	114.349.744,61	-	52.811.391,86	-	242.289.939,17
Agosto	73.390.209,67	105.219.593,50	-	123.427.318,10	-	302.037.121,27
Setembro	74.156.939,95	103.100.627,55	-	52.610.634,95	-	229.868.202,45
Total	222.675.952,32	322.669.965,66	-	228.849.344,91	-	774.195.262,89
Repasses Financeiros						Total Geral
Mês	Cessão Onerosa (Lei Nº. 13.885/19)	Aporte Complementar (0101)*		Aporte Cessão Onerosa (.0196)	Subtotal 2	Subtotal 1 + Subtotal 2
Julho	-	85.675.826,49		-	85.675.826,49	171.351.652,98
Agosto	-	26.296.300,58		-	26.296.300,58	52.592.601,16
Setembro	-	99.388.747,44		-	99.388.747,44	198.777.494,88
Total	-	211.360.874,51		-	211.360.874,51	422.721.749,02

Fonte: Siaferm/Nuplan/COAF/IGEPSS.

Nota: *Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA e SEAP), conforme a Tabela 12.

Tabela 12: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas (R\$)		
	Segurado	Patronal	Total
Julho	6.872.984,04	6.872.984,04	13.745.968,08
Agosto	4.077.191,10	4.077.191,10	8.154.382,20
Setembro	7.308.877,72	7.308.877,72	14.617.755,44
Total	18.259.052,86	18.259.052,86	36.518.105,72

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da COMPREV

Na Tabela 13 é possível visualizar a atual posição dos requerimentos produzidos, onde o estoque de requerimentos em processamento, no INSS e no RPPS, ainda é representativo e o esforço de recuperação deve continuar no exercício de 2024.

Tabela 13: Requerimentos de COMPREV – 3º trimestre de 2024.

Estado do Requerimento	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Total
Criado	-	-	-
Em Exigência	1.070	2.362	3.432
Alterado	-	-	-
Aguardando Análise	1.427	520	1.947
Aguardando Análise Médica	764	-	764
Em Análise	3	-	3
Em Análise Médica	-	-	-
Deferido	3	-	3
Indeferido	230	50	280
Análise Suspensa	35	56	91
Em Compensação	4.362	41	4.403
Aguardando Compensação Aposentadoria	1.539	14	1.553
Rejeitado	5	92	97
Exigência/Indeferido	1.099	121	1.220
Criado/Rejeitado	47	664	711
Em conflito	159	18	177
Total de Requerimentos	-	-	-
Em Compensação + Deferido	9	11	-
Em Processamento	10.752	3.949	14.701

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

Ante as ações colocadas em práticas, o RPPS/PA ocupa o quinto lugar entre as maiores arrecadações nacionais. Nesse contexto, na Tabela 14 demonstra o ranking dos primeiros RPPS, em compensação financeira, no terceiro trimestre de 2024.

Tabela 14: Ranking da Compensação Financeira – 3º trimestre de 2024.

Mês	Colocação UF	Entre RPPS	Valor	%
Julho	12 ^a	22 ^a	1.867.091,72	5%
Agosto	14 ^a	75 ^a	1.878.057,37	5%
Setembro	Ainda não divulgado pelo MPS			
Geral	12^a	23^a	35.256.964,36	100%

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

A Tabela 15 mostra os valores recuperados de COMPREV no terceiro trimestre de 2024, onde se evidenciam expressivos valores prescritos.

Tabela 15: Valores Recuperados de COMPREV – 3º trimestre de 2024.

Mês	Aprovados	Bruto Recuperado	Perdido	Com Prescrição	Líquido Recuperado
Julho	-	1.867.091,72	-	-	1.867.091,72
Agosto	-	1.878.057,37	-	-	1.878.057,37
Setembro	-	1.892.910,43	-	-	1.892.910,43
Total	291	49.643.089,95	12.493.215,16	173	37.149.874,79

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

Os valores recuperados de COMPREV são grandes volumes de recursos prescritos em 2023. No quesito recuperação do fluxo acumulado, o RPPS/PA está bem colocado, confirmando o esforço da gestão com resultados positivos na recuperação de receitas e redução do déficit previdenciário.

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 09 de janeiro de 2002, Artigo 74, inciso IV, regulamentado pelo Decreto n.º 2.022, de 04 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 01802000061 - Recursos Próprios/Taxa de Administração, desonerando os cofres do Tesouro Estadual. No terceiro trimestre de 2024, a Taxa de Administração contribui com 77.482.619,14 (setenta e sete milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil e seiscentos e dezenove reais e quatorze centavos) para custear as despesas do IGEPPS/PA.

Assim, o financeiro-contábil trouxe agilidade aos gastos necessários e perspectiva real, visando não só a excelência na prestação de serviços à sociedade, mas também independência em relação aos Recursos do Tesouro Estadual no tocante aos custos com pessoal, contratos, aquisições, dentre outros.

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No terceiro trimestre de 2024, a COAF melhorou significativamente a gestão e cobrança de pendências financeiras municipais devido à implementação de um sistema eletrônico. Adotou-se a rotina de conciliações bancárias diárias do IGEPPS, atualizando os valores pendentes e reenviando as cobranças semanais aos representantes municipais. Reduzindo dívidas municipais por educação previdenciária, evitamos aumentos de débitos. A gestão aprimorada das receitas alterou o perfil do saldo devedor dos municípios, conforme mostrado na tabela abaixo.

Tabela 16: Dívidas das Prefeituras – 3º trimestre de 2024

Mês	Saldo Devedor
Julho	117.597,86
Agosto	155.363,50
Setembro	185.496,02
Total	458.457,38

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

O desempenho dos Fundos de Investimento no terceiro trimestre de 2024 foi obtido através de estratégias de investimento em Renda Fixa, Renda Variável e Ativos Globais.

Tabela 17: Rentabilidade dos Fundos – 3º trimestre de 2024.

Mês	Funprev	Finanprev
Julho	48.537.369,54	5.210.101,00
Agosto	52.610.634,95	4.901.298,49
Setembro	9.109.961,43	4.818.646,93
Total	110.257.965,92	14.930.046,42

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

No terceiro trimestre de 2024, o Finanprev apresentou aumento de despesas devido à concessão de novos benefícios previdenciários e pagamentos retroativos resultantes de revisões administrativas.

A análise dos dados na tabela abaixo indica um aumento nas despesas com inativos e pensionistas. Este crescimento é devido à implantação de novos benefícios, refletindo a política atual de intensificar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica o aumento do total das despesas do Funprev no terceiro trimestre de 2024, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Tabela 18: Despesas folhas de inativos e pensionistas – 3º trimestre de 2024.

Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - Finanprev								
Mês	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo Militar	Folha Bruta Pensionista	Folha Bruta Pensionista	Salário Família	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação		Civil	Militar	Ativos	
Julho	81.347.279,67	5.783.434,28	190.976.099,10	144.764.555,13	33.416.658,82	27.763.506,79	-	484.051.533,79
Agosto	81.727.568,36	5.820.424,94	191.029.195,20	142.705.027,89	33.383.937,63	27.865.051,46	-	482.531.205,48
Setembro	82.518.471,70	5.909.014,63	191.597.776,87	143.897.639,84	33.076.173,61	28.256.699,63	-	485.255.776,28
Total	245.593.319,73	17.512.873,85	573.603.071,17	431.367.222,86	99.876.770,06	83.885.257,88	-	1.451.838.515,55
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - Funprev								
Mês	Folha Bruta Inativo Civil	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Pensionista	Folha Bruta Pensão	Salário Família	Total das Despesas
		Militar	Saúde	Educação	Civil	Militar	Ativos	
Julho	-	-	-	-	86.120,02	-		86.120,02
Agosto	-	-	-	-	74.267,68	-		74.267,68
Setembro	-	-	-	-	83.141,71	-		83.141,71
Total	-	-	-	-	243.529,41	-	-	243.529,41

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM

O Sistema de Proteção Social dos Militares, que foi legalmente previsto em 2019, só adquiriu uma fonte própria de recursos em 2021. O SPSM é majoritariamente financiado pelo Tesouro Estadual devido à falta de receitas das contribuições dos militares ativos, aposentados e pensionistas. No terceiro trimestre de 2024, as despesas do SPSM aumentaram devido à política do IGEPPS em conceder novos benefícios militares.

No terceiro trimestre de 2024, o SPSM teve um aumento de despesas devido à política do IGEPPS de conceder novos benefícios e pensões militares.

Tabela 19: Receitas e Despesas SPSM – 3º trimestre de 2024.

Receitas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Julho	13.337.552,68	2.738.978,38	16.076.531,06
Agosto	13.411.990,92	2.689.665,35	16.101.656,27
Setembro	13.439.429,19	2.712.396,28	16.151.825,47
Total	40.188.972,79	8.141.040,01	48.330.012,80
Despesas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Julho	142.494.555,13	27.763.506,79	170.258.061,92
Agosto	142.705.027,89	27.865.051,46	170.570.079,35
Setembro	143.897.639,84	28.256.699,63	172.154.339,47
Total	429.097.222,86	83.885.257,88	512.982.480,74

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado – DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado – Alepa, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, Tribunal de Justiça do Estado – TJE/PA e Justiça Militar – JME, Ministério Público do Estado – MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas abaixo.

3.8.1 Finanprev

Tabela 20: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	1.864.214,93	3.062.638,81			4.926.853,74
Agosto	1.982.357,64	3.256.729,62			5.239.087,26
Setembro	1.788.679,64	2.938.545,12			4.727.224,76
Total	5.635.252,21	9.257.913,55	-	-	14.893.165,76

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 21: Despesas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	4.297.423,41	763.509,30	5.060.932,71
Agosto	4.309.873,31	758.197,28	5.068.070,59
Setembro	4.355.006,17	771.458,36	5.126.464,53
Total	12.962.302,89	2.293.164,94	15.255.467,83

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 22: Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	2.541.457,31	4.175.251,30	-	-	6.716.708,61
Agosto	2.526.378,55	4.150.479,05	-	-	6.676.857,60
Setembro	2.511.888,06	4.126.673,24	-	-	6.638.561,30
Total	7.579.723,92	12.452.403,59	-	-	20.032.127,51

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 23: Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias(R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	4.982.187,31	1.374.317,33	6.356.504,64
Agosto	4.949.281,64	1.323.097,07	6.272.378,71
Setembro	4.985.439,95	1.337.895,78	6.323.335,73
Total	14.916.908,90	4.035.310,18	18.952.219,08

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 24: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará – TCE – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	1.288.282,03	2.116.463,34	-	-	3.404.745,37
Agosto	1.158.659,47	1.903.511,99	-	-	3.062.171,46
Setembro	1.138.126,01	1.869.778,45	-	-	3.007.904,46
Total	3.585.067,51	5.889.753,78	-	-	9.474.821,29

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 25: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará - TCE - 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	4.260.580,20	1.079.343,00	5.339.923,20
Agosto	4.255.816,74	911.892,59	5.167.709,33
Setembro	4.254.534,67	950.773,88	5.205.308,55
Total	12.770.931,61	2.942.009,47	15.712.941,08

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 26: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	820.451,80	1.347.885,10	-	-	2.168.336,90
Agosto	818.382,97	1.344.486,31	-	-	2.162.869,28
Setembro	819.414,72	1.346.181,33	-	-	2.165.596,05
Total	2.458.249,49	4.038.552,74	-	-	6.496.802,23

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 27: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM – 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias(R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	2.106.836,97	499.125,81	2.605.962,78
Agosto	2.105.864,03	499.758,16	2.605.622,19
Setembro	2.093.391,61	513.578,25	2.606.969,86
Total	6.306.092,61	1.512.462,22	7.818.554,83

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 28: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	9.071.711,59	14.903.526,18	-	-	23.975.237,77
Agosto	10.697.469,00	17.574.413,36	-	-	28.271.882,36
Setembro	9.171.041,28	15.066.710,67	-	-	24.237.751,95
Total	28.940.221,87	47.544.650,21	-	-	76.484.872,08

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 29: Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	15.404.877,37	4.280.311,81	19.685.189,18
Agosto	14.844.357,45	4.308.615,44	19.152.972,89
Setembro	14.837.463,65	4.408.549,78	19.246.013,43
Total	45.086.698,47	12.997.477,03	58.084.175,50

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 30: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	5.003.038,47	8.219.277,49	-	-	13.222.315,96
Agosto	4.101.414,10	6.738.037,45	-	-	10.839.451,55
Setembro	4.128.992,56	6.783.344,92	-	-	10.912.337,48
Total	13.233.445,13	21.740.659,86	-	-	34.974.104,99

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 31: Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE
– 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	5.467.298,63	1.766.231,09	7.233.529,72
Agosto	5.393.241,72	1.763.260,35	7.156.502,07
Setembro	5.643.718,83	1.793.179,90	7.436.898,73
Total	16.504.259,18	5.322.671,34	21.826.930,52

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 32: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA
– 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	174.877,35	287.298,50	-	-	462.175,85
Agosto	169.645,61	278.703,50	-	-	448.349,11
Setembro	184.352,10	302.864,16	-	-	487.216,26
Total	528.875,06	868.866,16	-	-	1.397.741,22

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 33: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA
– 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	463.536,46	134.440,08	597.976,54
Agosto	474.249,55	134.440,08	608.689,63
Setembro	463.536,46	134.440,08	597.976,54
Total	1.401.322,47	403.320,24	1.804.642,71

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 34: Receitas previdenciárias - Ministério Público de Contas dos Municípios - MPCM -
3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	71.482,18	117.435,01	-	-	188.917,19
Agosto	85.315,24	140.160,75	-	-	225.475,99
Setembro	66.903,48	109.912,86	-	-	176.816,34
Total	223.700,90	367.508,62	-	-	591.209,52

Tabela 35: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM – 3º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	143.755,46	76.666,35	220.421,81
Agosto	126.815,23	61.974,63	188.789,86
Setembro	126.815,23	61.974,63	188.789,86
Total	397.385,92	200.615,61	598.001,53

Fonte: COAF/IGEPSS.

3.8.2 Funprev

Tabela 36: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	224.726,94	224.726,94	-	-	449.453,88
Agosto	222.408,83	222.408,83	-	-	444.817,66
Setembro	224.012,15	224.012,15	-	-	448.024,30
Total	671.147,92	671.147,92	-	-	1.342.295,84

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 37: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	210.230,83	210.230,83	-	-	420.461,66
Agosto	211.227,03	211.227,03	-	-	422.454,06
Setembro	209.235,43	209.235,43	-	-	418.470,86
Total	630.693,29	630.693,29	-	-	1.261.386,58

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 38: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade e (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	1.762.123,31	1.762.123,31	-	-	3.524.246,62
Agosto	1.739.308,35	1.739.308,35	-	-	3.478.616,70
Setembro	1.966.223,43	1.966.223,43	-	-	3.932.446,86
Total	5.467.655,09	5.467.655,09	-	-	10.935.310,18

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 39: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas(R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	430.137,64	430.137,64	-	-	860.275,28
Agosto	397.242,44	397.242,44	-	-	794.484,88
Setembro	424.818,79	424.818,79	-	-	849.637,58
Total	1.252.198,87	1.252.198,87	-	-	2.504.397,74

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 40: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA
– 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	75.209,45	75.209,45	-	-	150.418,90
Agosto	75.023,67	75.023,67	-	-	150.047,34
Setembro	86.711,29	86.711,29	-	-	173.422,58
Total	236.944,41	236.944,41	-	-	473.888,82

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 41: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	1.090,03	1.090,03	-	-	2.180,06
Agosto	3.270,09	3.270,09	-	-	6.540,18
Setembro	3.270,09	3.270,09	-	-	6.540,18
Total	7.630,21	7.630,21	-	-	15.260,42

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 42: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Município – TCM/PA – 3º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	71.267,28	71.267,28			142.534,56
Agosto	69.085,34	69.085,34			138.170,68
Setembro	68.827,90	68.827,90			137.655,80
Total	209.180,52	209.180,52	-	-	418.361,04

Fonte: COAF/IGEPSS.

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei n.º 9.717/98 e Portaria MTP n.º 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico. Ele se baseia nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada. O objetivo principal é estabelecer os recursos necessários para garantir os pagamentos dos benefícios previstos pelo plano, de maneira suficiente e adequada.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de segurados – Finanprev

Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016.

Tabela 43: Quantitativo Finanprev – 2021 a 2024- 3º semestre.

Finanprev	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	79.289	61.632	59.527	58.083
Inativos	39.109	30.959	31.209	31.684
Pensionistas	10.940	8.171	8.323	8.990
Total	129.338	100.762	99.059	98.757

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2020 a 2023, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017.

Tabela 44: Quantitativo Funprev – 2021 a 2024- 3º semestre.

Funprev	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	7.406	5.186	6.915	9.174
Inativos	1	0	2	2
Pensionistas	16	37	65	72
Total	7.423	5.223	6.982	9.248

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

4.1.3 Massa de segurados – SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

Tabela 45: Quantitativo Funprev – 2021 a 2024- 3º semestre.

SPSM	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	-	17.001	18.683	18.683
Inativos	-	8.825	9.645	9.645
Pensionistas	-	3.754	3.973	3.973
Total	-	29.580	32.301	32.301

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

4.2 Evolução do resultado do Plano de Custeio relativa aos últimos exercícios - Comparativo entre a evolução das receitas estimadas e as efetivamente executadas

Os valores referentes a receitas e despesas 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a dezembro e são capturadas no RREO disponibilizado pela Secretaria da Fazenda até setembro de 2024.

Tabela 46: Comparativo Finanprev – 2021 a 2024- 3º semestre.

Finanprev	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	1.641.546	1.404.939	1.708.034	1.908.777
Receita Realizada	2.148.068	2.800.216	3.101.146	1.439.851
Varição %	30,86	99,31	81,56	-24,57

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Até o terceiro trimestre de 2024, no acumulado de janeiro a julho, as receitas realizadas no Finanprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 24,57%.

Tabela 47: Comparativo Funprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	353.859	373.423	539.001	587.488
Receita Realizada	295.120	385.395	221.002	107.520
Varição %	-16,60	3,21	-59,00	-81,70

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Percebe-se que em 2024, no acumulado de janeiro a setembro, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 81,70%.

Tabela 48: Comparativo SPSM – 2021 a 2024- 3º semestre.

SPSM	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada		715.741	840.784	963.685
Receita Realizada		708.862	881.310	412.239
Varição %		-0,96	4,82	-57,22

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Observa-se que em 2024, no acumulado de janeiro a setembro, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 57,22%.

Tabela 49: Comparativo Finanprev– 2021 a 2024- 3º semestre.

Finanprev	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	5.703.591	4.325.916	5.393.535	6.079.737
Despesa Realizada	3.183.104	3.843.879	4.416.836	2.224.109
Varição %	-44,19	-11,14	-18,11	-63,42

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2024, no acumulado de janeiro a setembro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 63,42%.

Tabela 50: Comparativo Funprev– 2021 a 2024.

Funprev	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	3.668	5.276	7.162	7.870
Despesa Realizada	164	586	883	461
Varição %	-95,53	-88,89	-87,67	-94,14

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das despesas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2024, no acumulado de janeiro a setembro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 94,14%.

Tabela 51: Comparativo SPSM – 2021 a 2024.

SPSM	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	-	1.506.656	1.753.431	2.060.384
Despesa Realizada	-	1.370.932	1.941.544	1.001.511
Variação %	-	-9,01	10,73	-51,39

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das despesas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2024, no acumulado de janeiro a setembro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 51,39%.

4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.3.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 52: Hipóteses biométricas– 2021 a 2024.

Hipóteses Biométricas	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina
Mortalidade de inválidos	IBGE 2019	IBGE 2020	IBGE 2021	IBGE 2022
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população.

Tabela 53: Hipóteses demográficas– 2021 a 2024.

Hipóteses Demográficas	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social.

Tabela 54: Hipóteses Financeiras Finanprev– 2021 a 2024.

Finanprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 55: Hipóteses Financeiras Funprev– 2021 a 2024.

Funprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.4 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte. A tabela abaixo representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando as taxas por benefícios.

Tabela 56: Custos por benefícios Finanprev– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício: Finanprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Aposentadoria Programada	28,77%	28,53%	28,76%	28,75%
Aposentadoria por Invalidez	2,14%	2,27%	2,19%	2,17%
Pensões	4,09%	4,20%	4,05%	4,08%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

A tabela acima representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando os percentuais por benefícios.

Tabela 57: Custos por benefícios Funprev– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício: Funprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Aposentadoria Programada	18,02%	17,64%	17,60%	17,93%
Aposentadoria por Invalidez	3,79%	4,04%	4,36%	3,93%
Pensões	3,61%	3,74%	3,47%	3,57%
Despesas Administrativas*	2,58%	2,58%	2,57%	2,57%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

4.5 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente;
- **Prov. Matemát. BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- **Prov. Matemát. BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade;
- **Prov. Matemát. Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemát. BC com a Prov. Matemát. BC;
- **Superávit (+) / Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemát. Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

É crucial enfatizar que as progressões dos resultados são consequências das suposições atuariais utilizadas no Cálculo Atuarial, do salário contributivo dos funcionários e das informações cadastrais.

Tabela 58: Evolução Finanprev– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício Finanprev	Valores (R\$)			
	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	170.026.828,17	334.904.823,98	604.796.627,40	439.072.034,89
Prov. Matemát. BC	56.442.575.798,51	35.608.065.142,27	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36
Prov. Matemát. BaC	41.088.730.908,33	32.058.793.838,19	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20
Prov. Matemát. Total	97.531.306.706,84	67.666.858.980,46	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56
Superávit(+)/Déficit(-)	-97.361.279.878,67	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67
Superávit/Déficit - Civil	-69.247.819.512,73	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67
Superávit/Déficit - Militar	-28.113.460.365,94			

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos das aplicações no mercado financeiro dos repasses recebidos do Funprev. A redução da Prov. Matemát. BC, bem como a diminuição da Prov. Matemát. BaC e a contração da Prov. Matemát. Total, ocorridas em 2022 são representadas pela retirada dos militares e por utilizar a taxa de juros de 3% a.a. no cálculo atuarial como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Tabela 59: Evolução Funprev– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)			
	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	4.366.014.661,46	4.176.722.201,75	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14
Prov. Matemát. BC	19.512.121,48	35.031.649,83	49.076.908,86	52.034.404,83
Prov. Matemát. BaC	981.537.209,05	130.948.903,61	15.016.127,33	369.586.017,47
Prov. Matemát. Total	1.001.049.330,53	165.980.553,44	64.093.036,19	421.620.422,30
Superávit(+)/Déficit(-)	3.364.965.330,93	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84
Superávit/Déficit - Civil	4.299.334.384,84	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84
Superávit/Déficit - Militar	-934.369.053,91			

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos do cálculo atuarial com exceção do ativo do plano que se refere as aplicações no mercado financeiro e dos repasses realizados ao Finanprev. Os valores ocorridos no exercício de 2024 representam o fluxo normal do fundo previdenciário. O decréscimo expressivo da Provisão Matemática Total, ocorrida em 2022 reflete a retirada dos militares, pois estes pertencem ao SPSM.

Tabela 60: Evolução SPSM– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	-	21.489.805,01	-
Prov. Matemát. BC	17.992.907.141,59	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55
Prov. Matemát. BaC	-2.012.223.136,86	-262.090.862,97	2.206.965.586,56
Prov. Matemát. Total	15.980.684.004,73	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11
Superávit(+)/Déficit(-)	-15.980.684.004,73	-19.978.910.909,50	-25.863.673.127,11

Fonte: Nugin/Igeprev.

Os valores ocorridos no exercício de 2024 representam o fluxo normal do SPSM. As alíquotas e os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (NUGIN), setor interno do Instituto, responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando a busca da meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do terceiro trimestre de 2024 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2024, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará finalizou o 3º trimestre de 2024 com 67 ativos na carteira, distribuídos entre 45 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestores, além de 21 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e 1 Letra Financeira emitida por banco privado, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), além das operações compromissadas (LFT) intermediadas por meio do Banpará.

Tabela 61: Carteira Global do IGEPPS – 3º trimestre de 2024.

Carteira	Receita Acumulada				Patrimônio Líquido
	Aplicação	Resgate	Amortização	Rendimento Acumulado	
Funprev	364.794.524,81	455.454.054,53	17.554.852,08	837.803.431,42	4.275.834.612,27
Finanprev	418.050.367,62	470.692.699,44	-	888.743.067,06	507.281.235,45
SPSM	92.637.994,50	83.751.937,94	-	176.389.932,44	9.297.746,70
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	268.677.881,79
Total	875.482.886,93	1.009.898.691,91	17.554.852,08	1.902.936.430,92	5.061.091.476,21

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

Tabela 62: Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos – 3º trimestre de 2024.

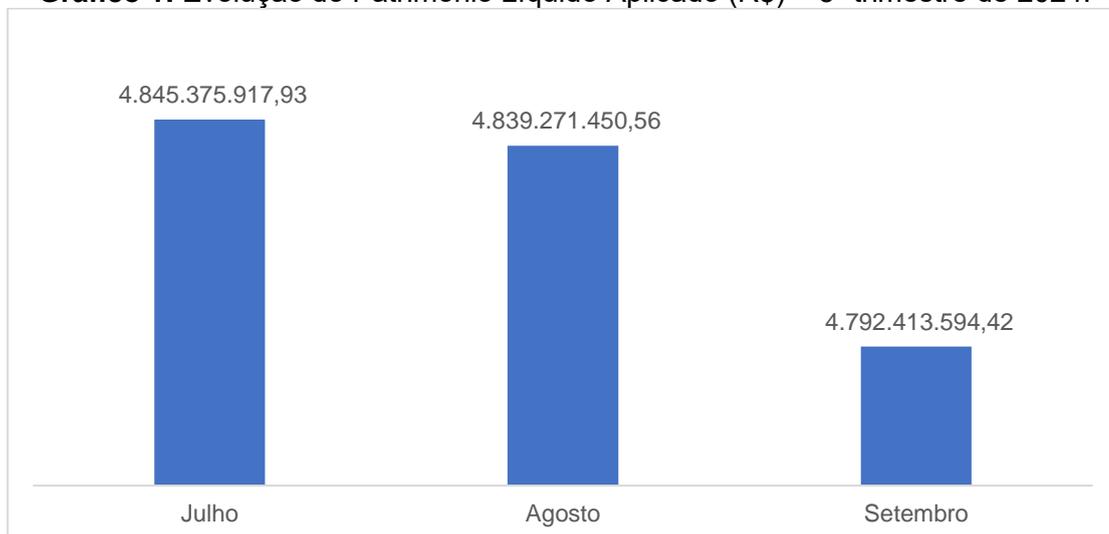
Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.764.907.281,63	78,6%		85,0%		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (SELIC)	1.675.017.390,76	35,0%	0,0%	40,0%	65,0%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	420.554.681,58	8,8%	0,0%	15,0%	55,0%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	40.308.263,98	0,8%	0,0%	0,0%	5,0%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.557.125.201,81	32,5%	0,0%	25,0%	40,0%	70,00%
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	49.974.830,04	1,0%	0,0%	2,5%	5,0%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Senior	2.427.068,44	0,1%	0,0%	0,1%	1,0%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	19.499.845,02	0,4%	0,0%	2,5%	5,0%	10,00%
Renda Variável		607.796.109,09	12,7%		6,0%		40,00%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	477.753.775,75	10,0%	0,0%	3,0%	10,0%	40,00%
Art. 8º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	130.042.333,34	2,7%	0,0%	2,0%	10,0%	10,00%
Exterior		105.781.464,87	2,2%		6,0%		10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	105.781.464,87	2,2%	0,0%	4,0%	10,0%	10,00%
Estruturados		313.928.738,82	6,6%		3,0%		20,00%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	160.780.403,37	3,4%	0,0%	0,0%	10,0%	10,00%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	153.148.335,45	3,2%	0,0%	3,0%	5,0%	5,00%
Total da Carteira		4.792.413.594,41				100,0%	
Disponibilidade Financeira		268.677.881,79					
Total Geral		5.061.091.476,20					

Fonte: Nugin/IGEPPS.

A equipe técnica do Nugin realiza o monitoramento da carteira visando atender os limites da Resolução CMN 4.963/2021 e as estratégias definidas na Política de Investimentos.

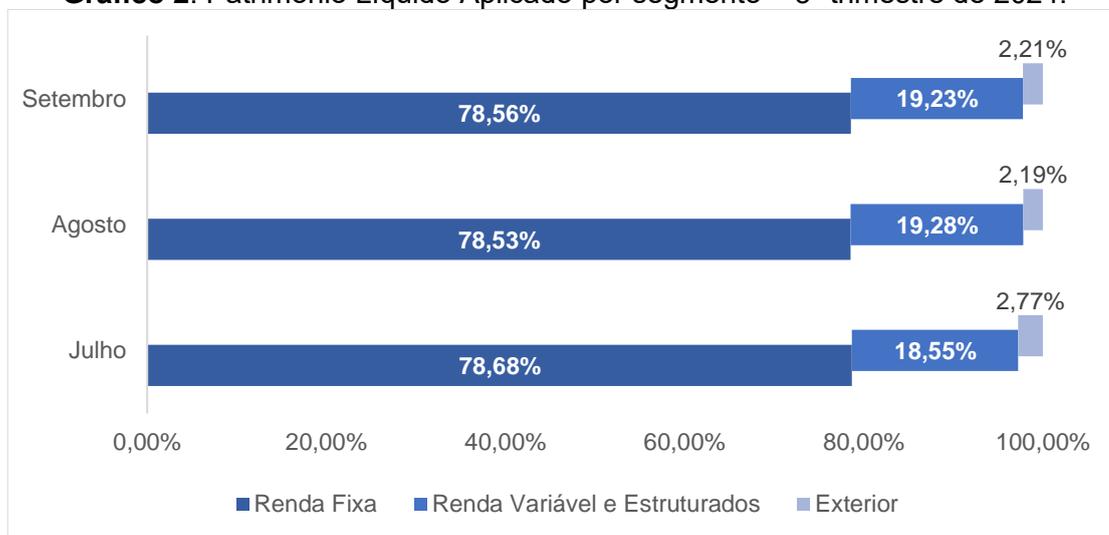
5.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global

Gráfico 1: Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 2: Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 63: Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 3º trimestre de 2024.

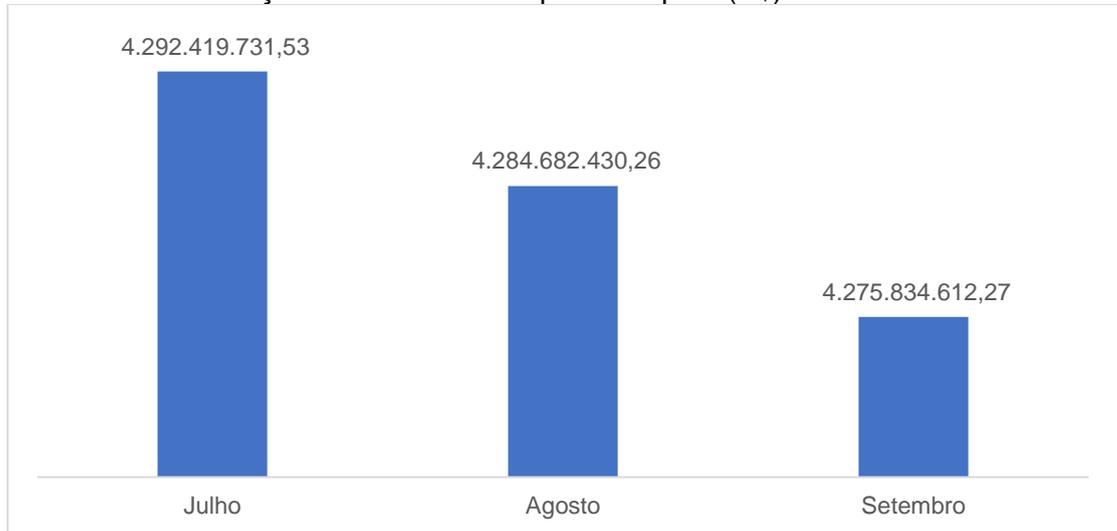
INSTITUIÇÕES	31/07/2024		30/08/2024		30/09/2024	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	1.667.848.812,05	34,42%	1.663.489.140,56	34,37%	1.675.017.390,76	34,95%
BB Asset Management	759.073.214,00	15,67%	731.072.841,31	15,11%	735.434.372,47	15,35%
Itaú	696.935.785,78	14,38%	706.417.463,76	14,60%	710.593.329,44	14,83%
Bradesco	226.331.847,60	4,67%	383.046.669,24	7,92%	362.699.098,76	7,57%
Santander	323.925.173,13	6,69%	326.671.721,28	6,75%	329.578.088,75	6,88%
BTG Pactual	267.574.219,49	5,52%	276.232.099,42	5,71%	274.343.305,99	5,72%
Caixa Econômico Asset	220.937.770,63	4,56%	86.789.896,53	1,79%	86.508.387,49	1,81%
Safra Asset Management	133.162.816,15	2,75%	137.357.844,65	2,84%	135.996.769,50	2,84%
Vinci Partners	111.106.852,96	2,29%	114.673.450,46	2,37%	112.061.511,98	2,34%
Kinea Investimentos	115.914.386,29	2,39%	116.143.957,18	2,40%	114.436.372,46	2,39%
Western Asset	70.295.515,96	1,45%	44.050.146,04	0,91%	43.533.945,85	0,91%
Bahia Asset	44.519.042,59	0,92%	47.698.500,26	0,99%	46.327.228,47	0,97%
XP Asset Management	42.751.295,51	0,88%	40.432.730,16	0,84%	40.431.101,75	0,84%
AZ Quest Investimentos	35.141.342,35	0,73%	36.735.987,58	0,76%	35.700.048,82	0,74%
Occam Brasil	23.203.970,08	0,48%	24.384.980,29	0,50%	23.526.187,23	0,49%
Pátria Investimentos	15.240.642,30	0,31%	15.127.146,35	0,31%	19.541.947,74	0,41%
BNP Paribas Asset	3.740.339,75	0,08%	3.911.112,78	0,08%	3.821.308,75	0,08%
Genial Banco	2.452.670,82	0,05%	2.441.874,17	0,05%	2.427.068,44	0,05%
Porto Seguro Investimentos	125.901,02	0,00%	127.174,86	0,00%	127.865,77	0,00%
Banpará (LFT)	85.094.319,47	1,76%	82.466.713,70	1,70%	40.308.263,98	0,84%
Total Aplicado	4.845.375.917,93	100%	4.839.271.450,56	100%	4.792.413.594,41	100%

Fonte: Nugin/IGEPSS.

CARTEIRA FUNPREV

5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Funprev

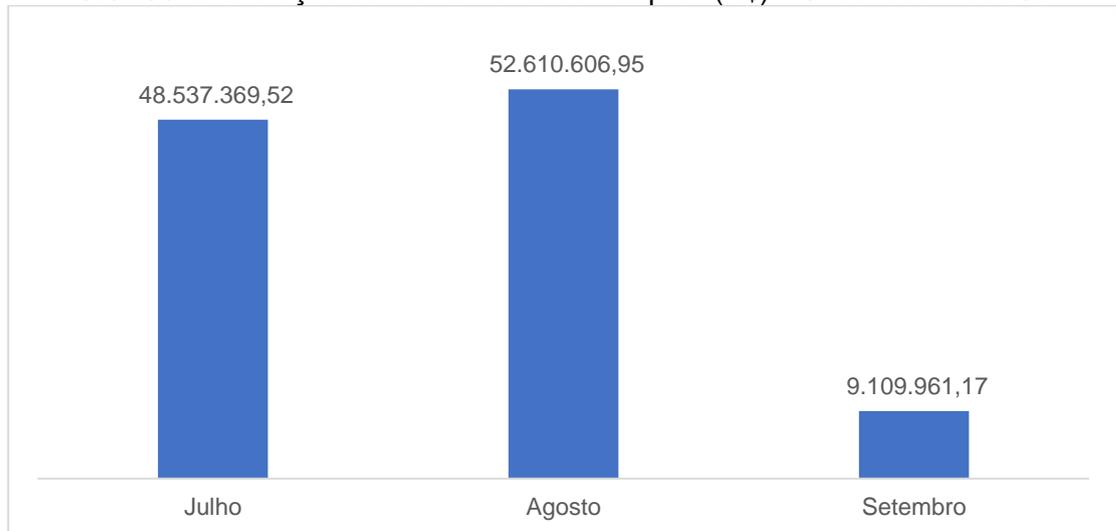
Gráfico 3: Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.2 Evolução do Rendimento Funprev

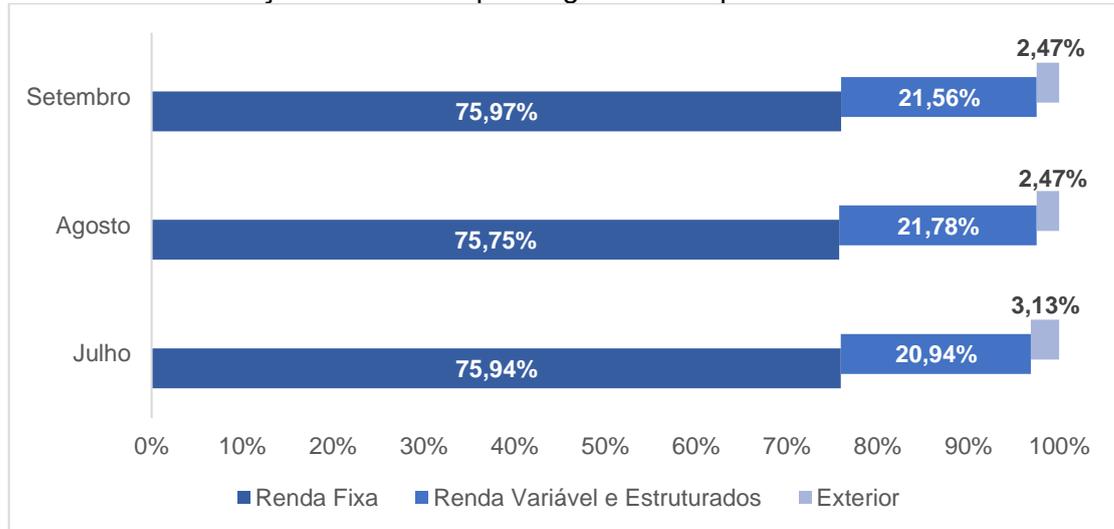
Gráfico 4: Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.3 Distribuição de Recurso por Segmento – Funprev

Gráfico 5: Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.4 Movimentações – Funprev

Tabela 64: Movimentações Financeiras Funprev – 3º trimestre de 2024.

Mês	Aplicação Arrecadação	Demais Aplicações	Resgate	Finalização dos Fundos Vértices	Amortização
Julho	23.000.000,00	2.693.269,60	54.547.301,42		1.054.661,63
Agosto	19.000.000,00	280.477.105,30	167.517.641,24	175.807.182,80	16.500.190,45
Setembro	6.971.034,94	32.653.114,97	57.581.929,07		
Total	48.971.034,94	315.823.489,87	279.646.871,73	175.807.182,80	17.554.852,08

Fonte: Nugin/IGEPPS.

No terceiro trimestre de 2024, houve receita de R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões) de aporte de arrecadação previdenciária para aplicação no FUNPREV, no entanto, em setembro, houve bloqueio judicial no valor de R\$ 28.965,06, impedindo a aplicação integral do recurso.

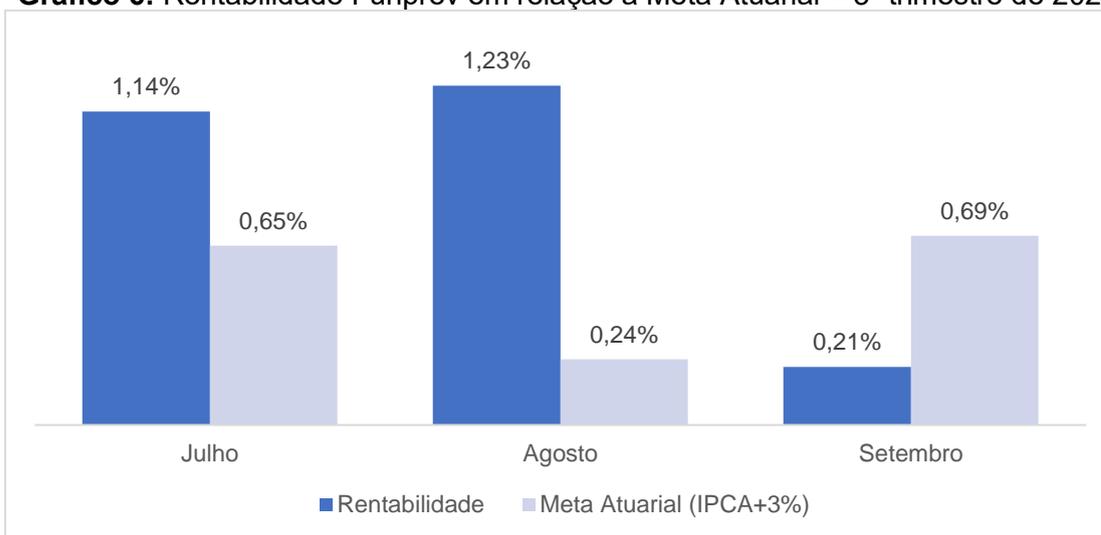
Além disso, houve a receita de R\$ 17.554.852,08 (dezessete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oito centavos), proveniente do pagamento de cupons de títulos públicos e R\$ 175.807.182,80 (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e sete mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta centavos) referente a finalização de fundos vértices. Parte do recurso foi usado para Atendimento a Chamada de Capital, Lei Complementar 125/2019 e outra para aplicação no FUNPREV.

Os recursos foram aplicados em fundo com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019. Além disso, o Nugin realizou realocações estratégicas visando atender as estratégias da PI 2024 e para aproveitar oportunidades de ganhos conforme cenário econômico.

5.3.5 Rentabilidade e Meta Atuarial – Funprev

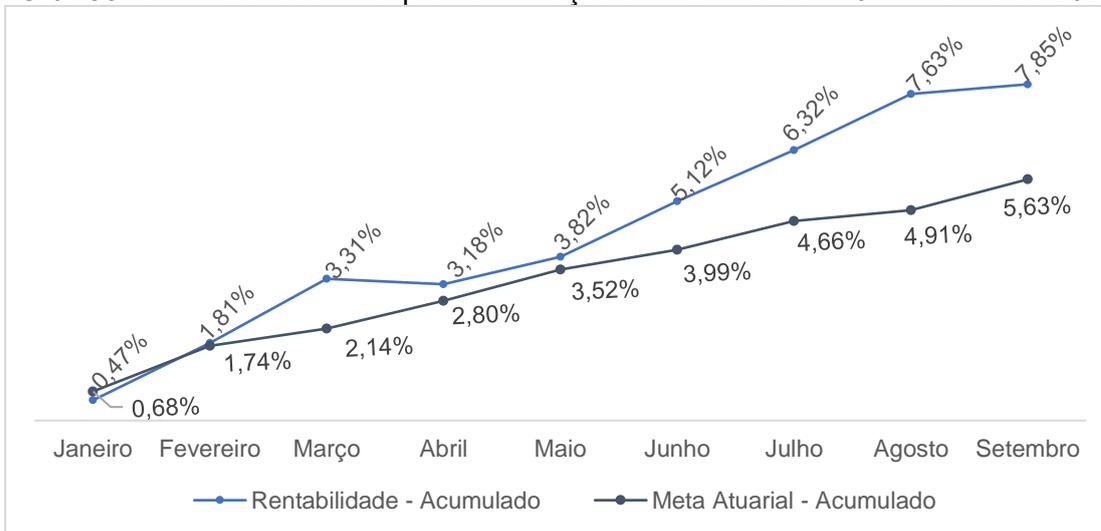
A meta atuarial do Funprev para 2024 é de IPCA+3%. Nos meses de julho a agosto o retorno da carteira superou a meta atuarial, no entanto em setembro, o resultado foi aquém da meta. No entanto, no acumulado no ano, o desempenho da carteira Funprev é de 7,85% para uma meta de 5,63%, marcando a superação da meta atuarial.

Gráfico 6: Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 7: Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

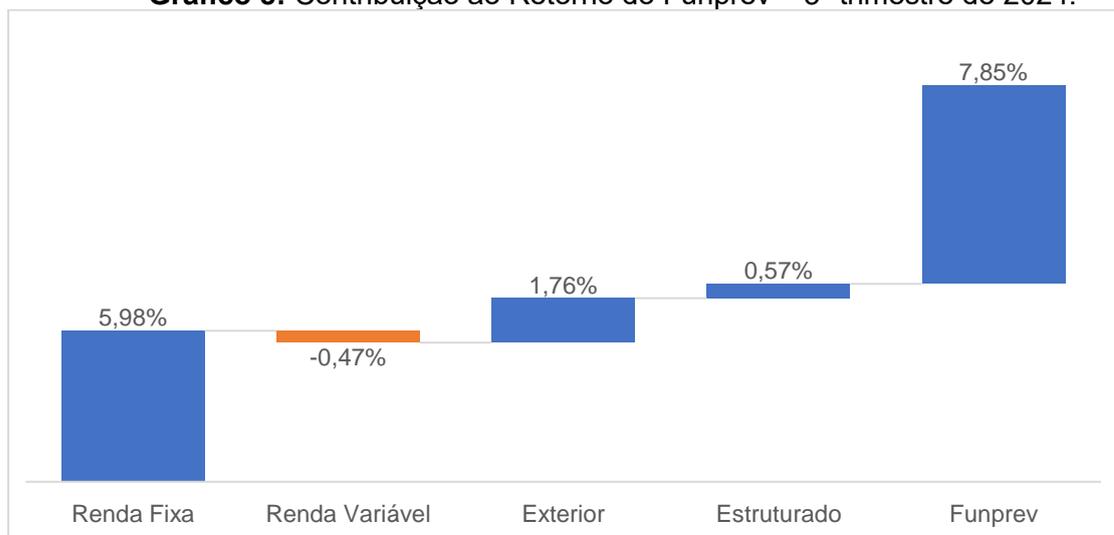
A explicação do resultado alcançado no ano pela carteira pode ser visualizada na tabela e gráfico a seguir.

Tabela 65: Retorno e Contribuição - Funprev – 3º trimestre de 2024.

Funprev	%		Alvo	Retorno 2024	Contribuição 2024
Renda Fixa	75,97%	↑	85,00%	7,89%	5,98%
Alocação Dinâmica	14,46%	↓	12,00%	6,55%	0,93%
Crédito Privado	1,68%	↑	5,00%	8,95%	0,14%
Juro Pós-Fixado	20,65%	↑	23,00%	10,02%	1,47%
Juro Nominal	0,44%	↑	5,00%	8,18%	0,04%
Juro Real	38,74%	↑	40,00%	8,09%	3,40%
Renda Variável	11,18%	↓	6,00%	-3,79%	-0,47%
Bolsa Brasil	11,18%		6,00%	-3,79%	-0,47%
Exterior	7,36%	↓	6,00%	23,50%	1,76%
Alocação Dólar	3,60%		3,00%	36,26%	1,26%
Alocação Hedge	3,76%		3,00%	12,63%	0,51%
Estruturado	5,49%	↓	3,00%	12,37%	0,57%
Multimercado	3,57%		0,00%	7,44%	0,15%
Economia Real	1,92%		3,00%	16,10%	0,42%
Funprev	100%		100,00%	7,85%	7,85%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 8: Contribuição ao Retorno do Funprev – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

O segmento de Renda Fixa é a posição majoritária do Funprev, representando 75,97% da carteira. A Estratégia Juro Real (Títulos Públicos atrelados a Inflação) é a principal estratégia da carteira (38,74%), com prêmio médio de IPCA + 6,20%, mitigando risco de volatilidade e provendo liquidez recorrente via o pagamento de cupons de juros semestrais, com retorno de 8,09% em 2024.

A estratégia Alocação Dinâmica (14,46%), com gestão ativa do CDI, com retorno de 6,55% no ano. A estratégia de Juros Pós-Fixado possui ativos referenciados no CDI e tem a posição de 20,65% e retorno de 1,05% mensal e 10,02% anual. Esta estratégia, apesar dos consecutivos cortes e parada da taxa Selic, ainda é atraente para o cumprimento da meta atuarial. Essas estratégias são as mais relevantes da Renda Fixa, que teve retorno mensal

de 0,77% no mês e 7,89% em 2024. Prossegue como principal contribuidor para o resultado do Funprev (5,98% dos 7,85%).

A Renda Variável representada pela estratégia de Bolsa Brasil possui posição de 11,18% do Funprev. A estratégia performou negativo no ano em torno de -3,79%, contribuindo em -0,47% para o resultado da carteira. O resultado de Bolsa Brasil ainda performa negativo no ano, mas com viés altista dado a elevação no apetite ao risco internacional.

Em relação a estratégia do Exterior que ocupa uma posição de 7,36% do Funprev. Teve retorno de 23,50% no ano e contribuiu com 1,76% da carteira global. A estratégia Alocação Dólar apresenta resultado expressivo de 39,89% em 2024, e contribui para a diversificação da carteira.

A legislação reclassificou os ativos BDR do Exterior para Renda Variável, porém por questões de controle da gestão e visualização da exposição aos riscos, os BDRs permanecem dentro do exterior para controle gerencial, mas respeitando os limites regulatórios.

Além disso, um fundo multimercado no Brasil que possui exposição a Bolsa Americana também foi adicionado à estratégia do Exterior, pelos mesmos motivos. As bolsas internacionais tiveram performances voláteis com viés altista, em função do início dos cortes nos juros por parte do FED. Somados a isso, os dados de inflação estão em desaceleração e emprego forte, o que corrobora para a tese do pouso suave da economia.

As aplicações em ativos Estruturados são distribuídas em FIP's (Economia Real) e Fundos Multimercados e representam 5,49% do Funprev. Apresentaram retorno agregado de 12,37% no ano. Isto é resultante da performance positiva do resultado das empresas investidas nos FIP's.

Em montante financeiro, a carteira Funprev obteve o resultado de **R\$ 110.257.937,64** (cento e dez milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), recurso transferido integralmente para a carteira FINANPREV para pagamento da folha dos beneficiários previdenciários, conforme atendimento a LC nº 125/2019.

Os resultados alcançados pela carteira Funprev estão relacionados ao Cenário Econômico. Para o terceiro trimestre de 2024, a análise do Nugin para ambiente econômico se encontra a seguir.

Quadro 2: Cenário Global Econômico e Político Cenário Econômico e Político – 3º trimestre de 2024.

(continua)

Economia
<p>●Global: A efetividade do aperto da Política Monetária do FED está direcionando a economia dos EUA a um pouso suave. A preocupação com os dados sobre desemprego, criação de postos de trabalho nos EUA e atividade forte, pressionou o FED a iniciar o corte de juros. A China tem dificuldades em cumprir sua meta de crescimento, com isso, amplia seus estímulos monetários e fiscais. O país cortou as taxas de juros e os depósitos compulsórios como estratégia para impulsionar as metas de crescimento econômico. A economia europeia apresenta sinais sutis de recuperação.</p> <p>●Brasil: A economia continua aquecida, apesar das controvérsias sobre a confiabilidade fiscal. As projeções para o PIB de 2024 são favoráveis, com baixas taxas de desemprego e uma indústria ativa fortalecendo a economia. No entanto, o mercado questiona se a meta fiscal será alcançada sem uma revisão e congelamento dos gastos, uma informação ainda não comunicada. Prevalece a impressão de que o governo minimiza as despesas e superestima as receitas, gerando dúvidas sobre a meta fiscal. Embora o governo reconheça a necessidade de cortes nos gastos, ainda não apresentou medidas específicas.</p>
Inflação
<p>●Global: A inflação nos EUA está diminuindo, mas ainda supera a meta. O mercado de trabalho e o setor de serviços estão fortes, e os preços estão começando a se alinhar com a meta. O aumento dos custos está conforme o esperado, o que permitiu ao FED começar a reduzir os juros. Globalmente, a inflação está desacelerando.</p> <p>●Brasil: A inflação corrente está controlada e se aproximando da meta, mas com deterioração das expectativas da inflação para prazos mais longos. Os principais dados da inflação indicam que está controlada mesmo com economia aquecida. O que desancorou foram as expectativas de inflação com deterioração fiscal. A política monetária pode restringir e desaquecer a economia um novo ciclo de alta na Selic. Além disso, como preocupação extra, os choques climáticos constantes no Brasil podem afetar os preços de alimentos.</p>
Juros
<p>●Global: O FED reduziu as taxas de juros em 0,50%, conforme previsto desde março, e indicou que aguardará mais informações para planejar os próximos passos, dado que a economia dos EUA continua forte. Por outro lado, o Banco Central Europeu planeja um corte adicional de 0,25%, devido ao desempenho econômico fraco e à inflação em desaceleração.</p> <p>●Brasil: A discussão sobre o aumento da taxa não depende do mercado global, mesmo com incertezas fiscais no cenário local. O COPOM mostrou cautela com a inflação e indicou uma economia forte e políticas econômicas que afetam a inflação. Assim, o Banco Central começou a aumentar os juros. O COPOM aumentou a taxa de juros em 0,25%, mostrando a preocupação do Banco Central com a economia, o mercado de trabalho e a situação fiscal. O mercado espera um aumento dos juros, com o relatório FOCUS prevendo a taxa SELIC em 12% para 2025. Galípolo foi confirmado como presidente do Banco Central. O mercado gostou da nomeação, pois seu discurso forte contra a inflação fortalece a credibilidade do Banco Central..</p>
Mercado
<p>●Global: As Bolsas dos EUA apresentam uma significativa rotação setorial. Somente com expectativas de corte de juros, observamos a alteração do fluxo de capital e especulação dos setores de tecnologia em <i>small caps</i>. Houve pânico no mercado acionário global após queda brusca no mercado japonês, com estresse no índice de medo VIX nos EUA. Os resultados corporativos mistos, sobretudo das <i>big techs</i>, com surpresas para baixo impactando negativamente o mercado, elevando dúvidas sobre continuidade da alta das ações de tecnologia e retorno de curto prazo dos investimentos em Inteligência artificial. Mesmo com toda oscilação e volatilidade, o S&P fechou em 6,18% no trimestre. O mercado teve reação positiva ao início do ciclo de corte de juros do FED.</p>

Fonte: Nugin/IGEPSS.

Quadro 2: Cenário Global Econômico e Político Cenário Econômico e Político – 3º trimestre de 2024

(conclusão)

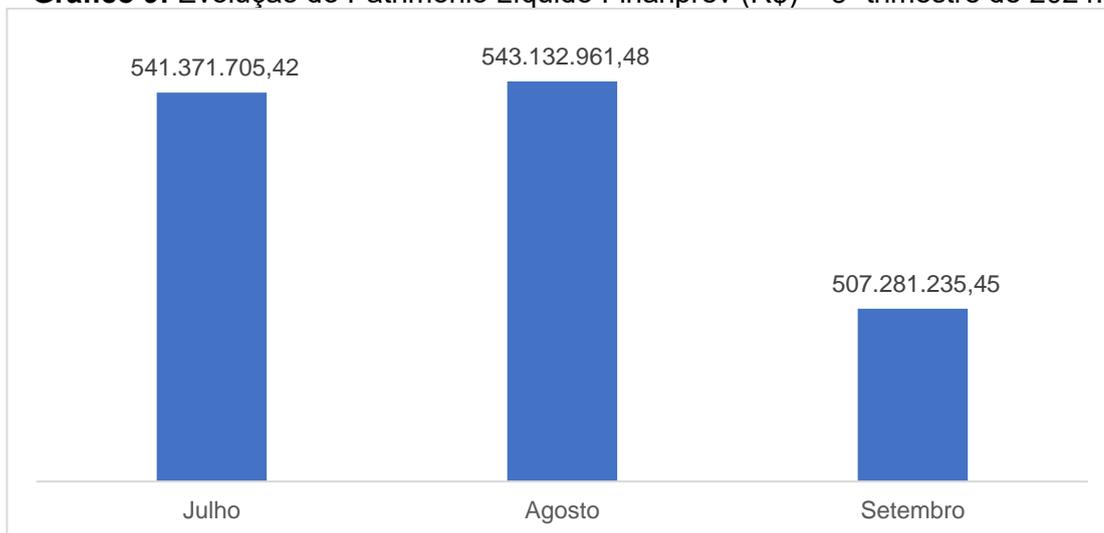
Mercado
<p>●Brasil: O Ibovespa experimentou grandes variações por diversas razões. Com a redução de juros nos EUA, mais investidores estrangeiros estão voltando-se para o Brasil. Porém, preocupações sobre a saúde fiscal do país afetaram os ativos brasileiros. O dólar atingiu um novo recorde, assim como o Ibovespa. Seu desempenho no trimestre foi de 4,01%, graças ao crescente interesse dos investidores globais em mercados emergentes, apesar das incertezas fiscais e da nova alta dos juros.</p>
Fato Relevante
<p>●Global: Eleições americanas: Atentado ao candidato republicano elevou as tensões políticas. Kamala Harris entrou na disputa eleitoral e vem se mostrando competitiva nas pesquisas, reduzindo o favoritismo de Donald Trump. Conflito no Oriente Médio: Aumento das retaliações de Israel ao Hezbollah no Irã incluindo morte de seus líderes, intensifica o alerta para uma escalada geopolítica e impacta o mercado de <i>commodities</i>.</p> <p>●Brasil: Anúncio de medidas fiscais apresenta impacto limitado na melhora das expectativas. Eleição na Venezuela gera tensões diplomáticas na América Latina. O Ministro de Minas e Energia revela a expansão do programa Vale-Gás, que pode afetar a meta governamental de déficit zero. Incêndios florestais no Brasil podem prejudicar a economia e a produção agropecuária. Uma crise climática sem precedentes, caracterizada pela escassez de água e incêndios em biomas, pode influenciar a inflação e o crescimento futuro. Os custos relacionados aos incêndios estão acima do orçamento fiscal. A sucessão na Câmara dos Deputados é crucial, consolidando o panorama político.</p>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

CARTEIRA FINANPREV

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido do Finanprev

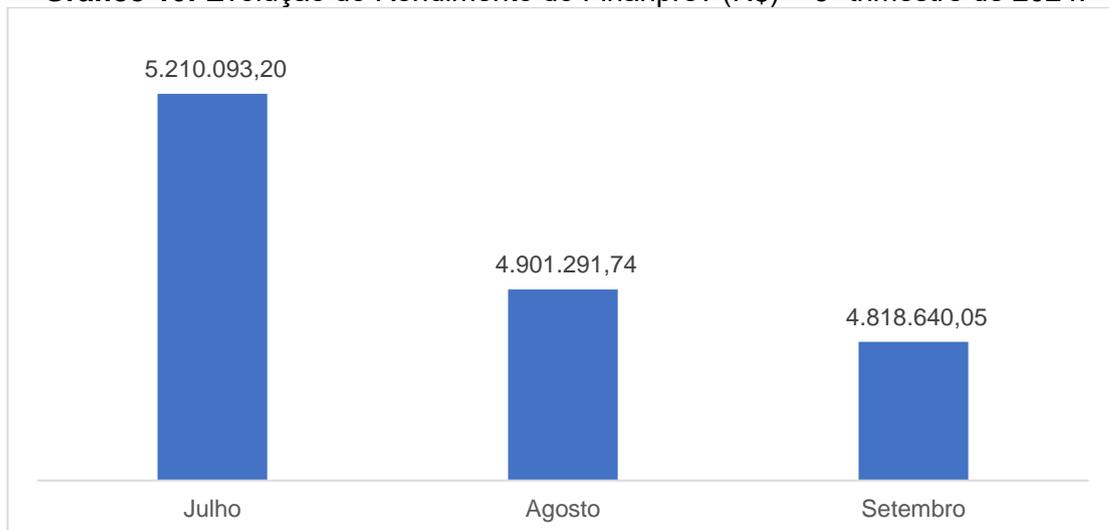
Gráfico 9: Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.2 Resultado do Finanprev

Gráfico 10: Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.3 Movimentação Finanprev

Tabela 66: Movimentações Financeiras – Finanprev - 3º trimestre de 2024.

Mês	Aplicação	Resgate
Julho	160.929.124,92	169.761.041,30
Agosto	130.951.613,10	134.091.655,42
Setembro	126.169.629,60	166.840.002,72
Total	418.050.367,62	470.692.699,44

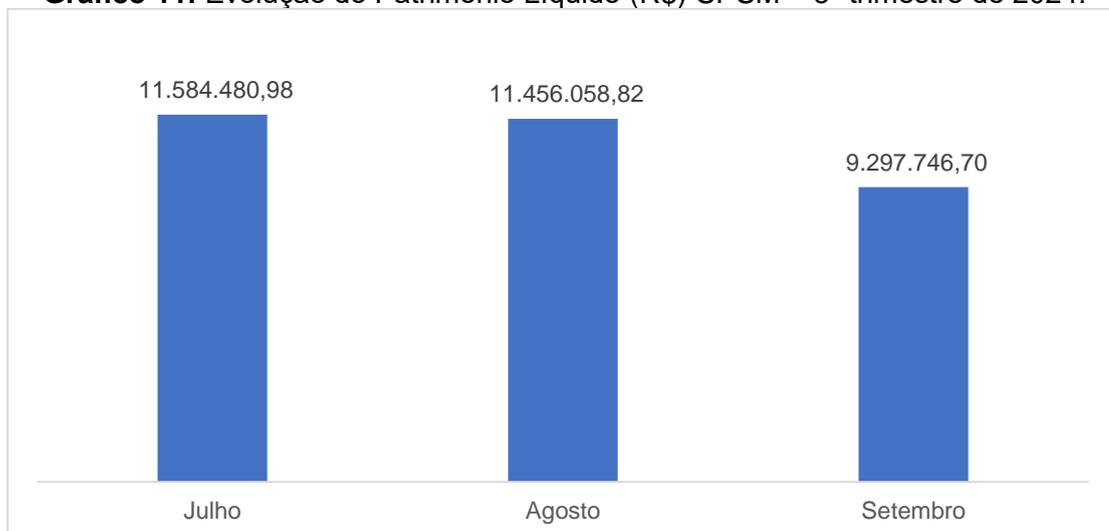
Fonte: Nugin/IGEPPS.

No 3º trimestre de 2024, os recursos do Finanprev foram aplicados em operações compromissadas, que visaram o pagamento da folha de inativos, pensionistas e beneficiários.

CARTEIRA SPSM

5.5.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

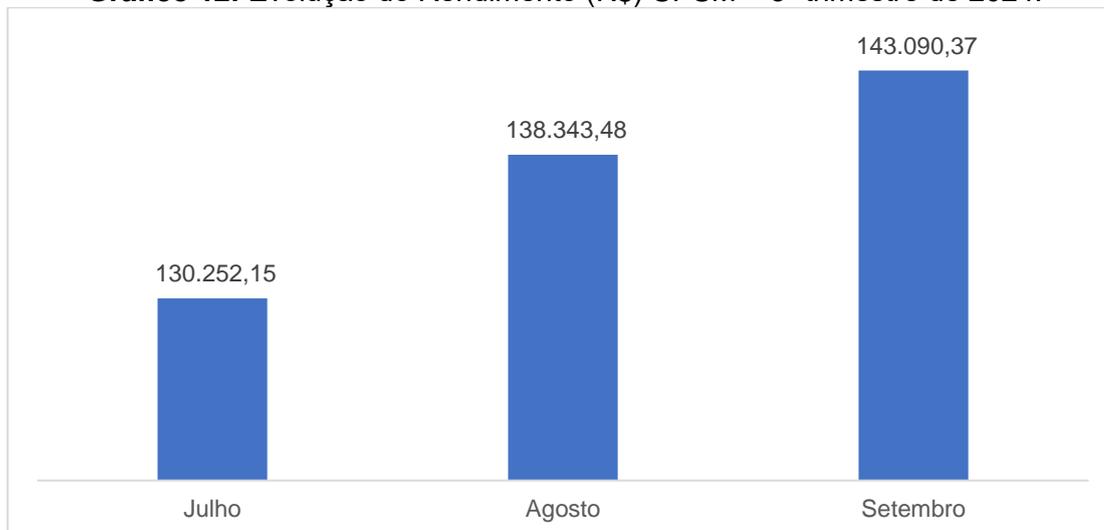
Gráfico 11: Evolução do Patrimônio Líquido (R\$) SPSM – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.5.2 Evolução do Rendimento - SPSM

Gráfico 12: Evolução do Rendimento (R\$) SPSM – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.5.3 Movimentação - SPSM

Tabela 67: Movimentações Financeiras – SPSM - 3º trimestre de 2024.

Mês	Aplicação	Resgate
Julho	39.568.697,45	28.114.469,83
Agosto	27.637.002,69	27.903.769,74
Setembro	25.432.294,36	27.733.698,37
Total	92.637.994,50	83.751.937,94

Fonte: Nugin/IGEPPS.

No 3º trimestre de 2024, os recursos do SPSM foram aplicados em Operações Compromissadas, que visaram o pagamento da folha de inativos, pensionistas e beneficiários.

ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 - TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 3.564.115.211,00 (três bilhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões, cento e quinze mil, duzentos e onze reais.), no período de 2016 até setembro 2024.

Tabela 68: Transferências do Funprev para o Finanprev – 3º trimestre de 2024.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Compensação (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)	Saldo a compensar (R\$)
Janeiro	19.847.798,99	-	19.847.798,99	
Fevereiro	55.857.316,03	-	55.852.798,70	4.517,33
Março	61.625.360,79	-	41.804.119,91	19.821.240,88
Abril	-5.300.528,14	19.825.758,21	14.525.230,07	
Maiο	26.088.598,06	-	26.088.598,06	
Junho	52.811.392,03	-	52.811.392,03	
Julho	48.537.369,52	-	48.537.369,52	
Agosto	52.610.606,95	-	52.610.606,95	
Setembro	9.109.961,17	-	9.109.961,17	
Total	321.187.875,40	-	321.187.875,40	

Fonte: NUGIN/IGEPSS.

*O saldo é transferido no mês subsequente.

Tabela 69: Transferências do Funprev para o Finanprev – 3º trimestre de 2024.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024 (3º trimestre)	Transferência Rendimento Ano de 2024	321.187.875,40
TOTAL		3.564.115.211,00

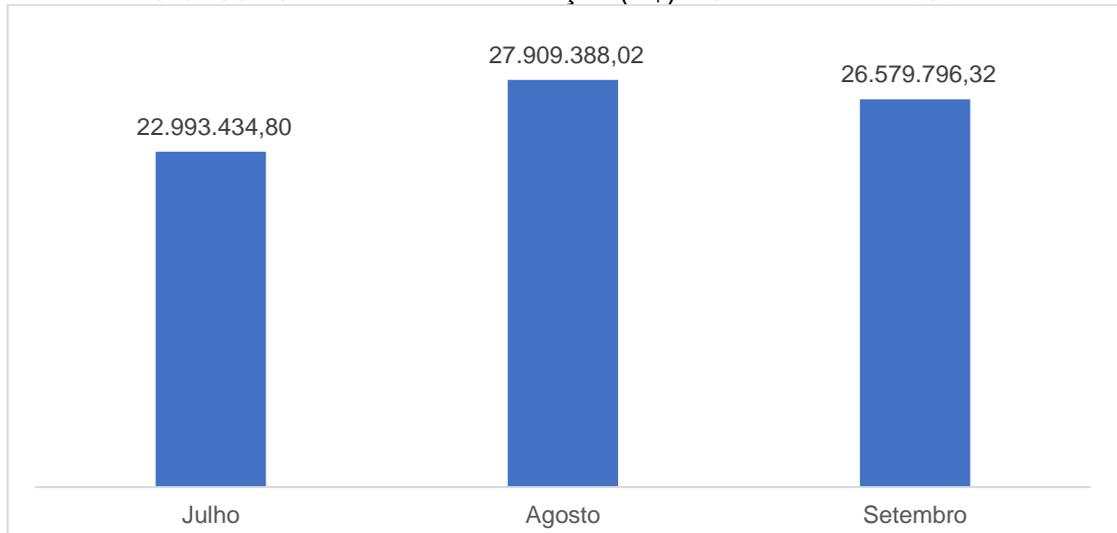
Fonte: NUGIN/IGEPSS.

5.6 Taxa de Administração

A taxa de administração é o custo de manutenção para atender às despesas administrativas do IGEPPS/PA. A partir de abril de 2024, a taxa de administração passa a ser financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos Funprev, Finanprev e SPSM, em percentual ao limite, conforme determinado pela Portaria MPS 1.467/2022.

Durante o período de julho a setembro de 2024, foi utilizado o montante de R\$ 77.482.619,14 (setenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e quatorze centavos), para custear as despesas do IGEPPS/PA. No ano, o valor acumulado da Taxa de Administração é de R\$ 199.560.433,66 (cento e noventa e nove milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos.)

Gráfico 13: Taxa de Administração (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/Coaf/IGEPPS.

Tabela 70: Taxa de administração do Funprev – 3º trimestre de 2024.

Mês	Proveniente de Arrecadação Previdenciária			
	Funprev (R\$)	Finanprev (R\$)	SPSM (R\$)	Total (R\$)
Julho		1.322.981,09	18.670.453,71	3.000.000,00
Agosto		-	24.970.400,08	2.938.987,94
Setembro		2.000.000,00	18.342.805,62	6.236.990,70
Total	-	3.322.981,09	61.983.659,41	12.175.978,64

Fonte: COAF/Nugin/IGEPPS.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No segundo semestre de 2024, o mandato do Conselho Estadual de Previdência – CEP foi encerrado no dia 05 de julho de 2024, e o mandato do Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos foi encerrado no dia 21 de junho de 2024.

6.1 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO – COINV

No terceiro trimestre de 2024, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou cinco reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas e decisões, e participantes.

Quadro 3: Reuniões e principais decisões do COINV – 3º trimestre de 2024.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Participantes
31/07/2024	8ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Junho/2024. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
28/08/2024	9ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Julho/2024. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
25/09/2024	10ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Agosto/2024. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
30/10/2024	11ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Setembro/2024. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
27/11/2024	12ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Outubro/2024. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento e a valorização do capital humano são os pilares fundamentais para a gestão efetiva de pessoas. No entanto, é essencial salientar os componentes que contribuem para uma atuação estratégica e eficiente. Estes incluem: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Estes cinco elementos orientam as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - a CODP.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas é responsável por gerenciar e avaliar as ações de desenvolvimento de pessoal, alinhadas à estratégia da Instituição. Além disso, seleciona um representante institucional da área de recursos humanos para agir como Agente de Desenvolvimento e Capacitação na aplicação de programas de treinamento no Instituto e na Escola de Governança Pública do Pará – EGPA, e coordena projetos de gestão de pessoas com outras entidades.

Assim, no terceiro trimestre de 2024, as atividades da CODP desempenharam um papel crucial no aprimoramento das habilidades e competências dos colaboradores. Para tanto, a gestão de pessoal do IGEPPS subdivide-se em: movimentação e registro, capacitação e treinamento e qualidade de vida.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

No terceiro trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 71: Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 3º trimestre de 2024.

Situação Funcional	Quantitativo			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
Efetivo	93	94	94	94
Temporários	101	101	101	101
Cedidos	10	10	12	12
Comissionados	35	35	35	35
Disposição DPSM	3	3	3	3
Estagiários	57	50	52	52
Total	299	293	297	297

Fonte: CODP/IGEPPS.

Observou-se um crescimento no número de servidores efetivos devido a uma nomeação sub judice. Quanto ao contingente de pessoal com vínculo temporário, a situação manteve-se estável.

7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores

No terceiro trimestre, a soma total de servidores capacitados nos três meses é de 148. Observa-se uma tendência de crescimento nas capacitações, com um pico em agosto. Esse aumento pode ser atribuído a ações específicas, como campanhas de sensibilização, novos programas de capacitação ou parcerias com instituições de ensino. A queda em setembro sugere que, embora a capacitação esteja em ascensão, pode haver a necessidade de revisar a abordagem adotada para manter o engajamento e a continuidade das formações. É crucial entender as razões por trás dessa diminuição.

Em julho, 28 servidores foram treinados, devido ao início gradual da formação. Em agosto, o treinamento intensificou-se, aumentando para 81 funcionários, com a implantação de novos programas. Em setembro, houve uma queda para 39 servidores, por conta do fim de alguns ciclos de treinamento ou revisões de estratégias.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das responsabilidades da CODP, não apenas da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é planejar e realizar atividades ligadas à saúde e qualidade de vida no ambiente profissional, medicina preventiva, segurança na ocupação, educação ambiental, responsabilidade social e à democratização das relações de emprego, o que, consequentemente, promove uma maior integração entre os servidores.

No que tange o Projeto de Saúde e Bem-estar, o objetivo é atenção à saúde física e mental, no intuito de prevenção de doenças, assim como aprimorar as relações sociais e interpessoais dos servidores, tanto no ambiente familiar como no trabalho e, sendo assim, promovemos as seguintes ações:

- a) **Ginástica Laboral e Meditação:** ação visa aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-o melhor para o trabalho e prevenindo lesões e desconfortos relacionados ao ambiente laboral.

Figura 1: Ginástica Laboral.



Fonte: CODP/IGEPSS.

b) Feira do Produtor: desde 2015, o Instituto realiza uma ação mensal para que pequenos produtores possam apresentar seus produtos naturais, como legumes, frutas e comidas regionais. O objetivo é incentivar e promover pequenos negócios de artesãs autônomas e de produtos personalizados. A Feira do Produtor tornou-se um local importante para a valorização de produtos locais e a interação entre agricultores e a comunidade, oferecendo a chance de comprar produtos frescos e ecológicos.

Figura 2: Feira do Produtor.



Fonte: CODP/IGEPPS.

c) Feira do Empreendedor: para manter nosso compromisso de oferecer produtos naturais e apoiar o empreendedorismo local, criamos a Feira do Empreendedor no Instituto. Ela ocorrerá duas vezes por semestre, permitindo que pequenos empreendedores vendam seus produtos.

Figura 3: Feira do Empreendedor.



Fonte: CODP/IGEPPS.

d) Dia dos Pais - O evento "Tarde Especial dos Pais IGEPPS 2024" ocorreu no dia 09 de agosto, na Central de Atendimento - Caten, valorizando pais servidores e colaboradores do IGEPPS. O encontro reforçou laços laborais e familiares com programação diversa, brindes e decoração festiva.

Figura 4: Dia dos Pais.



Fonte: CODP/IGEPPS.

e) Diálogos de Saúde – setembro Amarelo: “Você Não está sozinho!”: O evento promoveu a conscientização sobre a prevenção do suicídio e forneceu informações relevantes sobre os fatores de risco e as formas de apoio disponíveis. Para fornecer informações relevantes e apoio emocional, o IGEPPS busca criar um ambiente onde todos se sintam confortáveis para discutir suas preocupações e buscar ajuda quando necessário. A contribuição contínua de todos os servidores e colaboradores é vital para o sucesso da campanha e para a promoção de um ambiente de trabalho saudável e acolhedor.

Figura 5: Setembro Amarelo.



Fonte: CODP/IGEPPS.

f) **Encerramento do 1º Ciclo do Projeto “Você é Capaz” e Abertura do 2º ciclo de 2024:** a CODP conduziu o encerramento do 1º ciclo do projeto “Você é Capaz” e iniciou o 2º ciclo de 2024. Durante o evento, foi apresentado a grade com os diversos serviços e ações que a CODP oferece, todos alinhados aos objetivos do projeto. É importante ressaltar que essa grade pode sofrer adaptações com o passar do tempo, conforme às necessidades identificadas. No final do evento, foram entregues certificados aos servidores que atingiram a pontuação necessária, reconhecendo seu esforço e dedicação ao longo do ciclo.

Figura 6: Ciclo do Projeto “Você é Capaz”



Fonte: CODP/IGEPPS.

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

O valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente ao terceiro trimestre de 2024, está descrito abaixo.

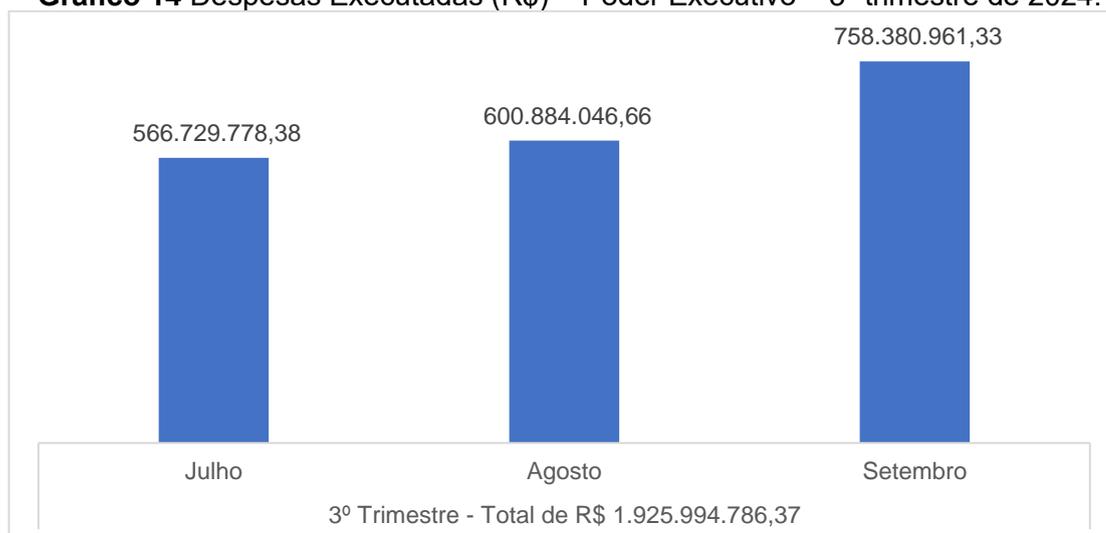
Tabela 72: Comparativo de Despesas Executadas – Poder Executivo – 3º trimestre de 2024.

Comparativo Despesas Executadas (R\$) - Poder Executivo					
UG	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
840202	Finanprev	273.517.982,42	277.456.059,59	416.092.226,04	967.066.268,05
840240	SPSM	173.858.657,70	174.623.207,08	259.412.008,34	607.893.873,12
840203	Funprev	93.511.335,84	123.501.608,79	52.734.170,99	269.747.115,62
840201	IGEPPS	22.842.679,25	24.105.644,24	28.687.845,43	75.636.168,92
840250	Encargos IGEPPS	2.999.123,17	1.197.526,96	1.454.710,53	5.651.360,66
Total		566.729.778,38	600.884.046,66	758.380.961,33	1.925.994.786,37
Varição (%)		21,18%	6,03%	26,21%	38,11%

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

No terceiro trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 38,11%, sobre o montante executado em julho a setembro.

Gráfico 14 Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas executadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao terceiro trimestre de 2024, descrito na tabela abaixo.

Tabela 73: Comparativo de Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 3º trimestre de 2024.

UG	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
840224	TJE Fundo Financeiro	25.987.014,71	20.943.514,18	38.935.300,42	85.865.829,31
840226	M.P Fundo Financeiro	8.240.021,28	10.144.494,83	10.447.445,46	28.831.961,57
840221	ALEPA Fundo Financeiro	6.386.094,92	6.304.114,51	7.018.489,56	19.708.698,99
840220	Defensoria Fundo Financeiro	5.115.170,17	5.112.190,64	7.714.930,17	17.942.290,98
840222	TCE Fundo Financeiro	5.835.702,92	5.167.709,33	5.205.308,55	16.208.720,80
840223	TCM Fundo Financeiro	2.860.187,73	2.605.622,19	2.606.969,86	8.072.779,78
840227	MPC Fundo Financeiro	597.976,54	917.953,03	597.976,54	2.113.906,11
840228	MPTCM Fundo Financeiro	220.421,81	188.789,86	188.789,86	598.001,53
840234	TJE Fundo Previdenciário	7.263,07	7.263,07	10.894,61	25.420,75
840232	TCE Fundo Previdenciário	5.219,48	4.728,83	4.728,83	14.677,14
840237	MPC Fundo Previdenciário	3.626,42	3.626,42	3.626,42	10.879,26
840224	TJE Fundo Financeiro	25.987.014,71	20.943.514,18	38.935.300,42	85.865.829,31
Total		55.258.699,05	51.400.006,89	72.734.460,28	179.393.166,22
Variação (%)		-2,90%	-6,98%	41,51%	3,89%

Fonte: SIAFE/IGEPSS.

No terceiro trimestre de 2024, houve um decréscimo no percentual de -2,90% em julho, sobre o montante executado em junho e um decréscimo de -6,98% em agosto e aumento de 41,51% em setembro, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 15: Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPSS.

No terceiro trimestre, houve acréscimo de 3,89%, sobre o montante executado no segundo trimestre, com dados fechados do exercício, de acordo com as demandas setoriais.

7.2.3 Todos os Poderes

A tabela abaixo, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao terceiro trimestre de 2024; bem como o percentual de variação do período discriminado.

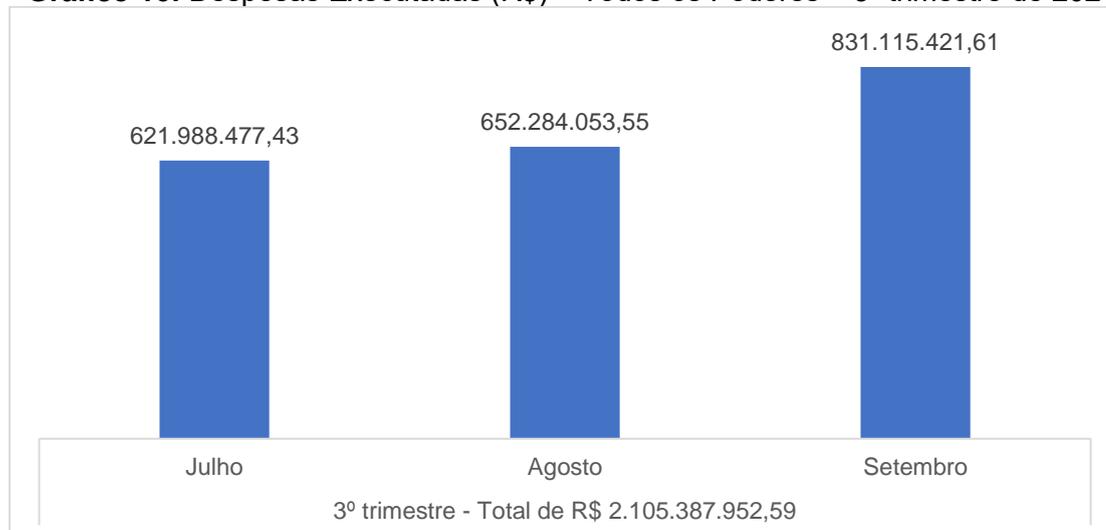
Tabela 74: Comparativo Geral de Despesas – Poder Executivo x Poderes Legislativo e Judiciário (R\$) – 3º trimestre de 2024.

UG	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
Executivo	IGEPPS	566.729.778,38	600.884.046,66	758.380.961,33	1.925.994.786,37
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/ TCM/TJE/MP /MPC/MPTCM	55.258.699,05	51.400.006,89	72.734.460,28	179.393.166,22
Total		621.988.477,43	652.284.053,55	831.115.421,61	2.105.387.952,59
Variação (%)		18,56%	4,87%	27,42%	34,34%

Fonte: SIAFE - relativos à Despesa Realizada/IGEPPS.

No terceiro trimestre de 2024, houve acréscimo de 18,56% em julho, sobre o montante executado em junho e um acréscimo de 4,87% em agosto em relação ao mês anterior, e acréscimo de 27,42% em setembro, de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 16: Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.4 Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário

Os valores executados abaixo descritos abrangem as Fontes das Despesas, das UG's **840202** (Finanprev - Poder Executivo), **840240** (SPSM), **840250** (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao terceiro trimestre de 2024.

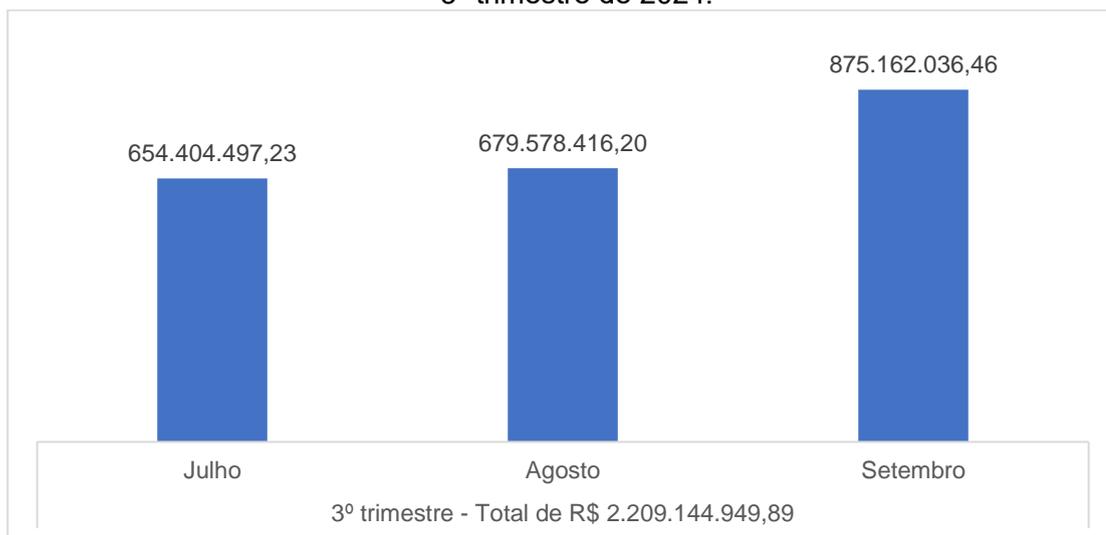
Tabela 75: Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário Executado (R\$) – 3º trimestre de 2024.

Fonte	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
101	Recursos Ordinários	192.552.892,26	131.913.129,30	451.127.286,11	775.593.307,67
254	Recur. Prop. Fundo Finan.Prev.Est.Para-Servidor	387.512.113,97	399.834.742,25	352.554.184,02	1.139.901.040,24
290	Rec. do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	73.201.941,30	72.949.931,87	67.576.981,01	213.728.854,18
658	Rec. Prop. Fundo Financ. Prev. Est. Para-patronal	1.137.549,70	74.880.612,78	- 1.036,76	76.017.125,72
301	Recursos Ordinários	-	-	3.904.622,08	3.904.622,08
Total		654.404.497,23	679.578.416,20	875.162.036,46	2.209.144.949,89
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		17,33%	3,85%	28,78%	28,96%

Fonte: SIAFE/IGEPPS.

No terceiro trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 17,33% em julho, sobre o montante executado em junho e um acréscimo de 3,85% em agosto em relação ao mês anterior, e um acréscimo de 28,78% em setembro, com dados fechados no período de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 17: Despesas do Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.5 IGEPPS

As tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do IGEPPS/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Despesas com Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos ao 3º trimestre de 2024, como segue nas tabelas a seguir.

Tabela 76: Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 3º trimestre de 2024.

Despesa Pessoal		3º trimestre				Acumulado
		Julho	Agosto	Setembro	Total	
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.064.887,05	1.086.251,66	1.078.431,81	3.229.570,52	8.760.746,90
319004	Contratação por tempo determinado	1.035.026,03	864.089,45	873.800,77	2.772.916,25	2.780.875,76
319013	Obrigações patronais	213.580,61	215.963,52	205.538,16	635.082,29	7.087.060,97
319113	Obrigações patronais - op. Intra - orçamentárias	2.246,49	130.280,77	181.863,82	314.391,08	383.752,16
319012	Vencimentos e vantagens fixas - pesão militar	16.039,75	13.220,62	13.220,62	42.480,99	1.125.908,72
319007	Cont. entidades fechadas de previdência	1.789,78	4.026,96	15.597,07	21.413,81	26.495,35
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	841,20	3.611,20	3.723,20	8.175,60	12.206,21
319094	Indenizações e restituições trabalhistas	-	-	-	-	816.683,18
Total		2.334.410,91	2.317.444,18	2.372.175,45	7.024.030,54	20.993.729,25
Varição (%)		-8,46%	-67,35%	-83,02%		

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS

Tabela 77: Demonstrativos de Valores Executados por Despesas com Investimentos (R\$) - 3º trimestre de 2024.

Investimento		3º trimestre				Acumulado
		Julho	Agosto	Setembro	Total	
449039	Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.579.098,73	3.610.453,42	250.848,08	5.440.400,23	19.027.105,90
449040	Serv.de tec.da infor. e com.-pessoa jurídica	-	-	-	-	110.849,95
449052	Equipamentos e material permanente	-	15.105,52	0,00	15.105,52	15.105,52
Total		1.579.098,73	3.625.558,94	250.848,08	5.455.505,75	19.153.061,37
Varição (%)		-53,5%	-55,6%	-98,2%		

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Tabela 78: Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 3º trimestre de 2024.

Outras Despesas Correntes		3º trimestre				Acumulado
		Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
339040	Serv.de tec. da inf. e com.- pessoa jurídica	8.304.262,38	10.868.848,27	13.424.072,16	32.597.182,81	32.604.615,05
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.804.540,42	2.449.354,58	3.320.802,01	10.574.697,01	11.227.968,54
339037	Locação de mão-de-obra	3.413.229,39	848.821,83	5.768.724,81	10.030.776,03	10.175.013,59
339035	Serviços de consultoria	891.678,99	1.760.000,00	2.071.894,88	4.723.573,87	4.929.860,71
339033	Passagens e despesas com locomoção	563.811,44	664.227,18	692.805,96	1.920.844,58	1.920.844,58
339046	Auxílio - alimentação	361.537,65	358.093,68	361.642,89	1.081.274,22	2.546.351,43
339140	Serv.de tecno.da infor.e comun.-pessoa jurídica	0,00	775.421,11	106.109,61	881.530,72	8.892.527,95
339014	Diárias - civil	192.360,61	228.210,13	102.559,17	523.129,91	745.914,76
339139	Outros serv. terc. PJ - op. intra orçamentaria	242.215,05	63.913,85	58.504,60	364.633,50	15.227.688,82
339030	Material de consumo	26.372,95	66.186,68	37.166,64	129.726,27	17.433.888,24
339015	Diárias - militar	45.272,88	25.261,84	45.965,35	116.500,07	44.966.033,36
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	42.111,99	33.701,65	33.613,70	109.427,34	1.969.055,71
339147	Obrigações tributarias e contributivas	11.954,85	10.921,23	32.926,95	55.803,03	64.084,63
339049	Auxílio-transporte	7.758,97	7.969,95	7.971,13	23.700,05	73.636,35
339031	Prem. cultural artist. Cientif. Desport. outras	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	627.369,91
339093	Indenizações e restituições	0,00	1.647,10	0,00	1.647,10	3.398,10
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	62,04	62,04	62,04	186,12	107.692,82
339047	Obrigações tributarias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339092	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	57.402,49
339192	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	881.001,82
Total		18.929.169,61	18.162.641,12	26.064.821,90	63.156.632,63	154.454.348,86
Varição (%)		6,4%	-4,0%	43,5%	17,9%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S)

Os valores realizados descritos abrangem a UG 840250 (Encargo IGEPPS); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 3º trimestre de 2024, estão abaixo discriminados.

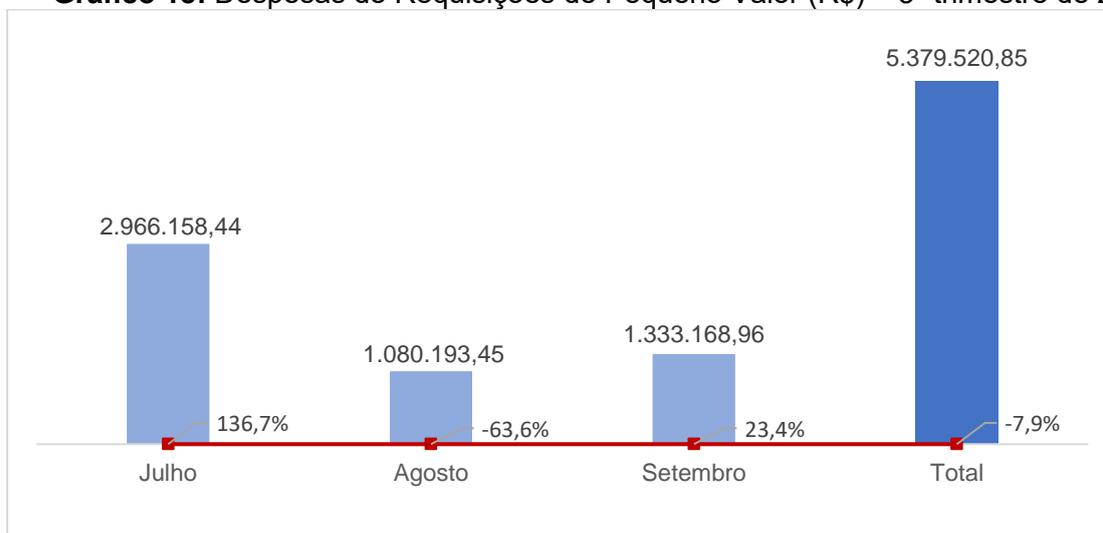
Tabela 79: Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos IGEPPS - 3º trimestre de 2024.

RPV'S - UG - 8040250						
Sub-Elemento da Despesa		9010 -Projeto Atividade - Encargos com Débitos Precatórios				
Código	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total	Acumulado
31909109	Sent. Jud.Peq Valor- InaT/Pens. Civis	1.288.684,81	1.080.193,45	755.057,25	3.123.935,51	7.130.192,94
31909110	Sent. Jud.Peq Valor- Inat/Pens.Militar	1.727.881,25	0,00	578.111,71	2.305.992,96	3.976.430,22
31909291	Sent. Judiciais (DEA)	-50.407,62	0,00	0,00	-50.407,62	1.388.603,59
Total		2.966.158,44	1.080.193,45	1.333.168,96	5.379.520,85	12.495.226,75
Varição (%)		136,7%	-63,6%	23,4%	-7,9%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No terceiro trimestre, houve decréscimo no percentual de -7,9% em relação ao segundo trimestre, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 18: Despesas de Requisições de Pequeno Valor (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.7 Encargos IGEPPS - Auxílio Funeral

Os valores realizados descritos abrangem a UG 840250 (Encargo IGEPPS); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 3º trimestre de 2024, estão discriminados na Tabela 82.

Tabela 80: Demonstrativo de Despesas Executadas com Auxílio Funeral – 3º trimestre de 2024

Auxílios Funerais - UG - 8040250						
Sub-Elemento da Despesa		8338 - Projeto Atividade - Operações das Ações Administrativas				
Código	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total	Acumulado
33900854	Auxílio Funeral	26.504,01	111.028,47	115.314,37	252.846,85	479.642,53
33909208	Outros Benef. Assistenciais	-	-	-	-	110.022,47
Total		26.504,01	111.028,47	115.314,37	252.846,85	589.665,00
Variações (%)		-75,5%	318,9%	3,9%	-24,9%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Também, houve decréscimo no percentual de -24,9% em relação ao segundo trimestre, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 19: Comparativo das Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.8 Encargos IGEPPS – Salário Família

Os valores realizados descritos abrangem a **UG 840250** (Encargo IGEPPS), bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, estão discriminados na Tabela 83.

Tabela 81: Demonstrativo de Despesas Executadas com Salário Família – 3º trimestre de 2024.

UG - 8040250								
Projeto Atividade		Sub-Elemento da Despesa - Salário Família						
Código	Nome	Código	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total	Acumulado
9026	Diversas Áreas	33900807	Segurados	5.915,84	5.760,16	5.682,32	17.358,32	53.086,88
9027	Área Educação		Inativos	77,84	77,84	77,84	233,52	700,56
9040	Área Saúde		Pensionistas	467,04	467,04	467,04	1.401,12	4.203,36
Total				6.460,72	6.305,04	6.227,20	18.992,96	57.990,80
Variações (%)				0,0%	-2,4%	-1,2%	-2,0%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As oscilações relativas aos valores realizados a título de salário família acompanham, principalmente, as variações de manutenções nas Folhas de Pagamentos deste RPPS/PA. Em 2024, houve variação percentual entre o montante realizado no 3º trimestre em comparação ao 2º Trimestre de um decréscimo na ordem de 2,0% nas Despesas Realizadas com Salário Família e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 20: Comparativo das Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.9 Folhas de Pagamentos

7.2.9.1 Inativos - Pensão por morte e pensão especial - SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, está abaixo descrito na Tabela 84.

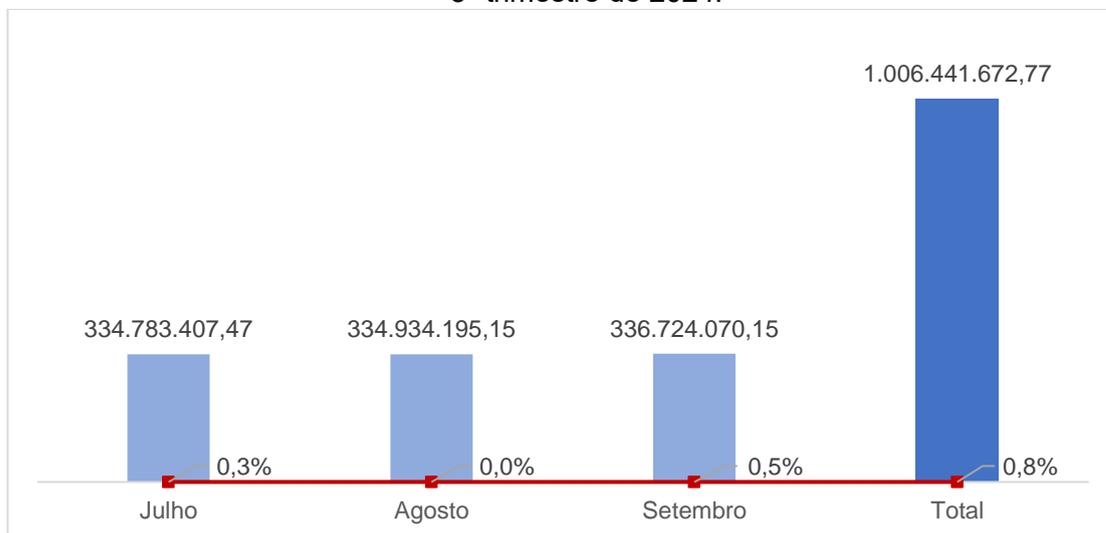
Tabela 82: Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)
– 3º trimestre de 2024.

UG	Descrição	3º trimestre				Acumulado
		Julho	Agosto	Setembro	Total	
840240	Inativo Militar	82.135.360,80	82.048.250,78	82.784.109,20	246.967.720,78	731.362.263,65
840220	Inativo Defensoria	2.767.714,35	2.832.269,27	2.844.130,79	8.444.114,41	24.646.361,78
840202	Inativo Civil - Educação	125.514.571,97	125.476.827,88	125.914.640,48	376.906.040,33	1.109.527.887,46
840202	Inativo Civil - Outros	4.676.049,92	4.709.283,87	4.779.268,16	14.164.601,95	41.326.877,10
840202	Inativo. Civil - Saúde	57.153.456,52	57.339.277,93	57.845.717,51	172.338.451,96	508.297.425,03
840234	Pensão TJ-Pa -Funprev	7.105,92	7.105,92	7.105,92	21.317,76	63.920,16
840220	Pensão - Defensoria	505.045,98	503.253,35	510.488,74	1.518.788,07	4.411.271,95
840203	Pensão. Civil. - Funprev	80.162,45	70.133,11	78.583,67	228.879,23	576.713,15
840221	Pensão - ALEPA	1.011.154,19	977.054,31	978.602,59	2.966.811,09	9.219.113,58
840224	Pensão TJ-Pa - Finanprev	3.087.192,87	3.160.019,45	3.222.323,86	9.469.536,18	28.698.443,32
840202	Pensão Civil - Finanprev	37.138.019,18	37.027.318,29	36.554.684,63	110.720.022,10	331.707.904,04
840240	Pensão Militar	18.357.850,27	18.379.373,69	18.721.000,51	55.458.224,47	165.401.903,65
840240	Pensão Especial Militar	2.349.723,05	2.404.027,30	2.483.414,09	7.237.164,44	19.673.938,11
Total		334.783.407,47	334.934.195,15	336.724.070,15	1.006.441.672,77	2.974.914.022,98
Variação (%)		0,3%	0,05%	0,5%	0,8%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No 3º trimestre, houve variação de 0,8% em relação ao 2º trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 21: Comparativo das Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.9.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, está abaixo descrito.

Tabela 83: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 3º trimestre de 2024.

(continua)

Consignatária	3º trimestre				Acumulado
	Julho	Agosto	Setembro	Total	
SINTEP	132.204,82	131.294,54	131.112,86	394.612,22	1.176.119,46
ASFEP	147.065,38	153.656,59	160.125,08	460.847,05	1.293.154,17
ADPEP	17.835,56	17.573,31	17.753,45	53.162,32	163.321,35
SINDSAUDE	8.229,94	8.136,80	8.090,23	24.456,97	73.379,59
SINDPOL	224.561,18	226.004,21	231.364,25	681.929,64	1.919.231,11
SE PUB	13.985,00	13.646,99	13.318,08	40.950,07	83.329,66
SINDTRAN	668,21	668,21	668,21	2.004,63	6.013,88
FASUEPA	28.770,62	28.336,11	28.276,83	85.383,56	256.303,82
SINDELP/PA	25.154,93	25.154,93	25.366,32	75.676,18	226.232,13
ADEPOL	274.354,92	274.724,38	281.679,55	830.758,85	2.438.156,76
FASPM	40,21	40,21	40,21	120,63	134,89
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60	16.228,80
SISPEMB	0	0	0	0	436,54

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Tabela 83: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 3º trimestre de 2024.

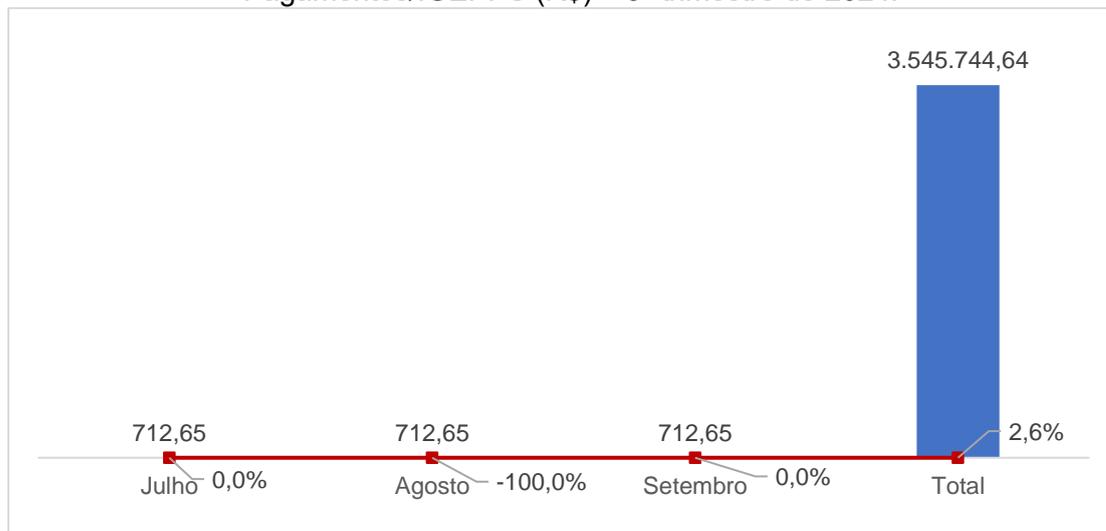
(conclusão)

Consignatária	3º trimestre				2024
	Julho	Agosto	Setembro	Total	
SICOOB	58,8	58,8	58,8	176,4	382,20
SINDIFISCO	104.390,06	106.158,65	106.991,54	317.540,25	892.590,77
ASPA	2.016,57	2.016,57	2.016,57	6.049,71	18.399,03
UNIBRAS	5.430,73	5.503,25	5.699,25	16.633,23	46.988,11
CAPEMI	33.222,11	32.712,88	32.565,45	98.500,44	300.645,69
ASPBRAS	1.328,88	1.288,21	1.273,51	3.890,60	11.863,88
UPASP	98.832,63	95.534,92	93.652,34	288.019,89	864.587,90
PROASP	3.905,30	3.706,36	3.706,36	11.318,02	34.813,52
BANCLUB	16.838,65	16.488,54	16.451,30	49.778,49	152.430,33
ASCM/PA	56,84	56,84	56,84	170,52	511,56
ALIANÇA/FAP	5.022,99	4.851,20	4.851,20	14.725,39	44.863,33
INDESPCMEPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADECIMPA	7305,9	7305,9	7305,9	21917,7	65.200,05
ASMEOP	147	147	147	441	1.323,00
SINDSFEP	95,08	95,08	95,08	285,24	855,72
FEMPA	1.349,40	1.355,53	1.355,53	4.060,46	12.323,70
Assoc. Serv. Pub. Adm Dir.	15.370,57	15.370,57	15.073,40	45.814,54	133.679,38
ASEMIPPA	2131,54	2131,54	2131,54	6.394,62	19.183,86
ASSUBSAR	831,04	777,14	777,14	2.385,32	7.399,00
ACSPMBMPA	495,28	577,83	577,83	1650,94	4.622,64
APPOMIBOMNP	95,08	95,08	95,08	285,24	380,32
FUNSAU	92,71	92,71	92,71	278,13	834,38
ASDAP	38,93	38,93	38,93	116,79	138,18
Total	712,65	712,65	712,65	3.545.744,64	10.266.058,71
Variações (%)	0,0%	-99,9%	0,0%	2,6%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No 3º trimestre, houve variação percentual entre as competências do trimestre com acréscimo de 2,6% em relação ao 2º trimestre; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 22: Comparativo das Despesas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.9.3 Consignações – Convênios BANPARÁ/IASEP

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas vinculadas ao BANPARA e ao Plano de Saúde IASEP - Governo do Estado do Pará em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, está abaixo descrito.

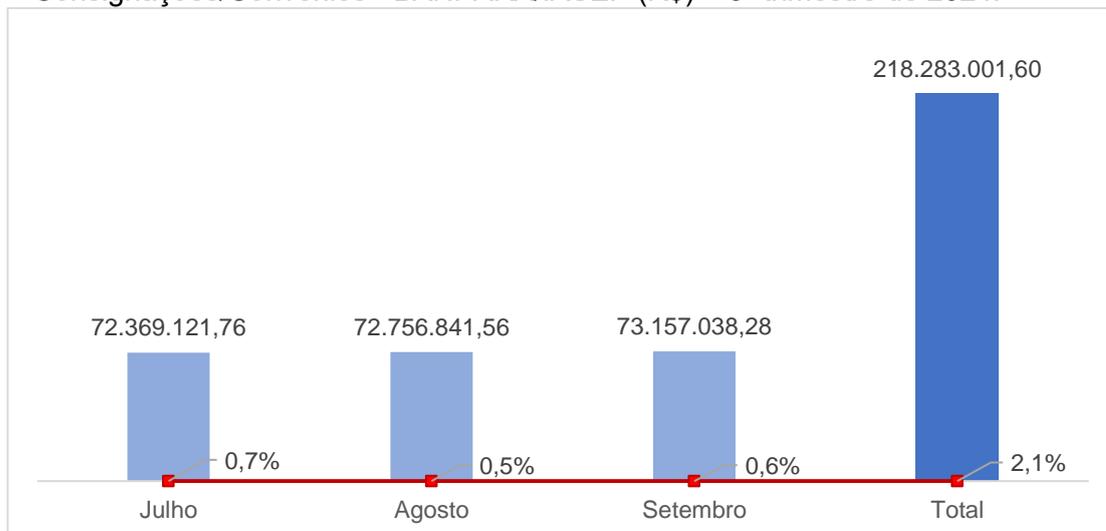
Tabela 84: Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 3º trimestre de 2024.

Consignatárias	3º trimestre				Acumulado
	Julho	Agosto	Setembro	Total	
BANPARA	49.571.593,78	49.959.044,55	50.304.311,15	149.834.949,48	436.429.854,51
IASEP/PAS	22.797.527,98	22.797.797,01	22.852.727,13	68.448.052,12	202.648.846,36
Total	72.369.121,76	72.756.841,56	73.157.038,28	218.283.001,60	639.078.700,87
Variação (%)	0,7%	0,5%	0,5%	2,1%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No 3º trimestre, houve um acréscimo de 2,1% em relação ao 2º trimestre; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 23: Comparativo das Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.9.4 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que tange à execução de valores referentes às Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, está abaixo descrito.

Tabela 85: Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$)
– 3º trimestre de 2024.

UG	Descrição	3º trimestre			2024		
		Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia	Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	Inativo-Militar	40.378.241,67	56.804.930,83	11.159.620,64	119.262.379,45	168.283.920,11	32.853.872,89
840220	Inativo-Defensoria	1.441.697,99	1.969.801,20	95.152,29	4.206.286,08	5.860.474,53	261.851,32
840202	Inativo Civil - Educação	28.137.557,97	75.850.116,21	636.813,68	82.392.142,57	224.111.443,94	1.834.444,63
840202	Inativo Civil - Saúde	151.043,82	902.228,75	18.244,98	426.136,84	2.666.879,24	59.394,54
840202	Inativo Civil - Outros	15.639.705,30	26.334.081,04	1.870.630,26	45.972.438,26	77.249.733,85	5.572.084,06
840234	Pensão TJ-Pa - Funprev	-	471,45	-	-	1.447,47	-
840220	Pensão-Defensoria	232.186,85	406.936,19	-	682.225,64	1.178.052,89	-
840203	Pensão Civil - Funprev	-	8.299,63	-	-	12.404,03	-
840221	Pensão - ALEPA	222.416,85	519.745,58	-	683.904,35	1.592.483,18	-
840224	Pensão. TJ-Pa -Finanprev	890.097,83	1.768.398,73	25.303,44	2.709.231,66	5.270.195,28	79.908,60
840202	Pensão Civil - Finanprev	6.819.051,54	15.075.928,50	118.924,47	20.465.146,96	44.775.120,41	342.246,26
840240	Pensão - Militar	8.165.402,48	9.401.338,57	12.150,95	24.193.973,96	26.995.770,38	30.029,99
840240	Pensão Especial - Militar	-	799.092,83	-	3.409,84	799.092,83	-
Total		102.077.402,30	189.841.369,51	13.936.840,71	300.997.275,61	558.797.018,14	41.033.832,29

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As Pensões Alimentícias têm os Valores Retidos por Decisões Administrativas/Judiciais, mensalmente. No 3º trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.10 Suprimentos De Fundos

No que tange à execução de valores referentes à Suprimentos de Fundos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, está abaixo descrito.

Tabela 86: Comparativo Despesas Realizadas – Suprimentos de Fundos (R\$) - 3º trimestre de 2024.

UG - 840240						
Projeto Atividade		3º trimestre				Acumulado
Código	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total	
9028	Encargos - SPSM	-	-	3.000,00	3.000,00	10.525,08
Total		-	-	3.000,00	3.000,00	10.525,08
Variação (%)		-100,00%	-	-	471,3%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No montante executado no 3º trimestre, tivemos um decréscimo de 471,3% em relação ao 2º trimestre; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.11 Auxílio Morte/Auxílio Acidente

No que tange à execução de valores referentes ao Auxílio Morte/Auxílio Acidente no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2024, está abaixo descrito.

Tabela 87: Comparativo Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 3º trimestre de 2024.

Auxílio Morte/Acidente-UG - 840240						
Sub-Elemento da Despesa		9028 - Projeto Atividade - Encargos - SPSM				Acumulado
Código	Nome	3º trimestre				
		Julho	Agosto	Setembro	Total	
33909208	DEA/Outros. Benefícios Assist./Previdenciários	-	-	-	-	30.000,00
33909399	Outras Indenizações e Restituições	163.333,31	105.000,00	23.333,33	291.666,64	921.666,63
Total		163.333,31	105.000,00	23.333,33	291.666,64	951.666,63
Variações (%)		-	-35,7%	-77,7%	-5,9%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No 3º trimestre, houve decréscimo de 5,9% em relação ao 2º trimestre; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 24: Comparativo das Despesas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$)
– 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O IGEPPS, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no terceiro trimestre de 2024 em relação aos contratos realizados pelo IGEPPS.

Tabela 88: Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS – 3º trimestre de 2024.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Julho	1	2	111
Agosto	1	5	107
Setembro	5	5	106
Total	7	12	106

Fonte: COAS/IGEPPS.

Na tabela abaixo tem-se os contratos realizados por modalidade no período de julho até setembro.

Tabela 89: Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 3º trimestre de 2024.

Modalidade	Julho	Agosto	Setembro	Total
Dispensa de Licitação	-	-	1	1
Inexigibilidade	-	-	2	2
Apostilamento	-	1	1	2
Ata de Registro de Preços	-	-	-	-
Termos Aditivos	2	8	5	15
Cooperação Técnica	-	-	-	-
Rescisão	2	5	5	12
Repactuação	-	-	-	-
Pregão Eletrônico	-	3	-	3
Cotação Eletrônica	-	1	-	1
Termo de Convênio	-	-	-	-

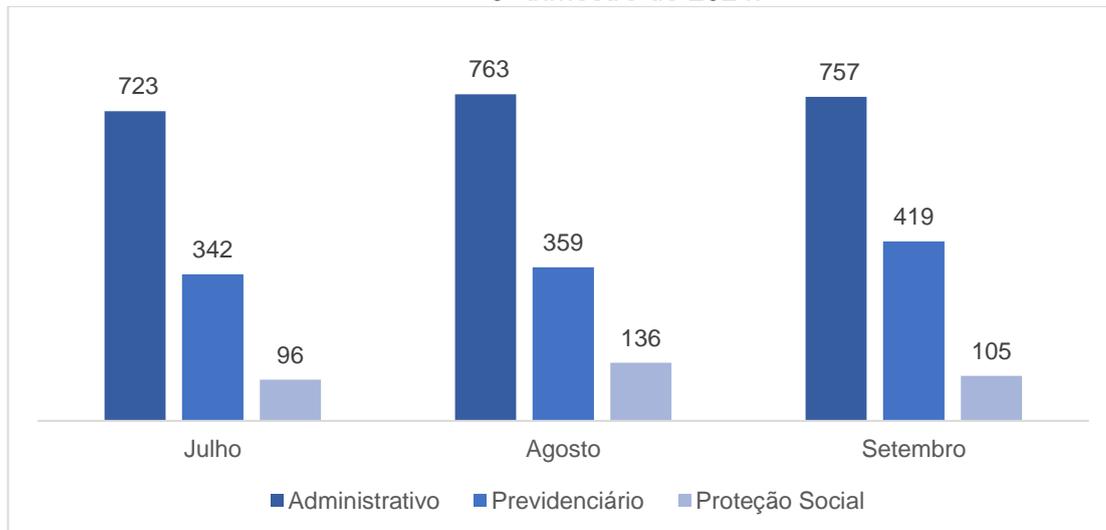
Fonte: COAS/IGEPPS.

7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno está dividido em três áreas de atuação, dada a especificidade das matérias analisadas, cabendo à área previdenciária analisar as concessões de aposentadoria e pensão dos segurados civis - atividade finalística do IGEPPS, enquanto à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folha de pagamento, diária, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte e funeral e à área de proteção social analisar as concessões de reserva e reforma dos segurados militares.

Considerando o 3º trimestre de 2024, é possível observar uma variação positiva no quantitativo geral processos enviados a este NCI, as quais decorrem da demanda do IGEPPS, tanto no âmbito administrativo, proteção social quanto previdenciário.

Gráfico 25: Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados - 3º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

O gráfico mostra os processos do NCI em três categorias ("total", "administrativo" e "previdenciário") de julho a setembro de 2024. Em abril, 1.161 processos foram analisados, 62% administrativos, 29% previdenciários e 8% proteção social. Em agosto, o total aumentou para 1.258, com 61% administrativos, 29% previdenciários e 11% proteção social. Em junho foram 1.281 processos, sendo 59% administrativos, 31% previdenciários e 8% proteção social.

A análise dos dados ao longo dos três meses observados revela uma tendência geral de crescimento no total de processos encaminhados ao NCI. No 3º trimestre de 2024, foram enviados 3700 processos, dos quais 61% (n = 2243) eram de natureza administrativa, 30% (n= 1120) eram previdenciários e 9% (n = 337) eram da proteção social.

Tabela 90: Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 3º trimestre de 2024.

Mês	Julho		Agosto		Setembro	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Administrativo	723	-1%	763	6%	757	-1%
Previdenciário	342	5%	359	5%	419	17%
Proteção Social	96	-	136	42%	105	-23%
Total	1.161	10%	1.258	8%	1.281	2%

Fonte: NCI/IGEPPS.

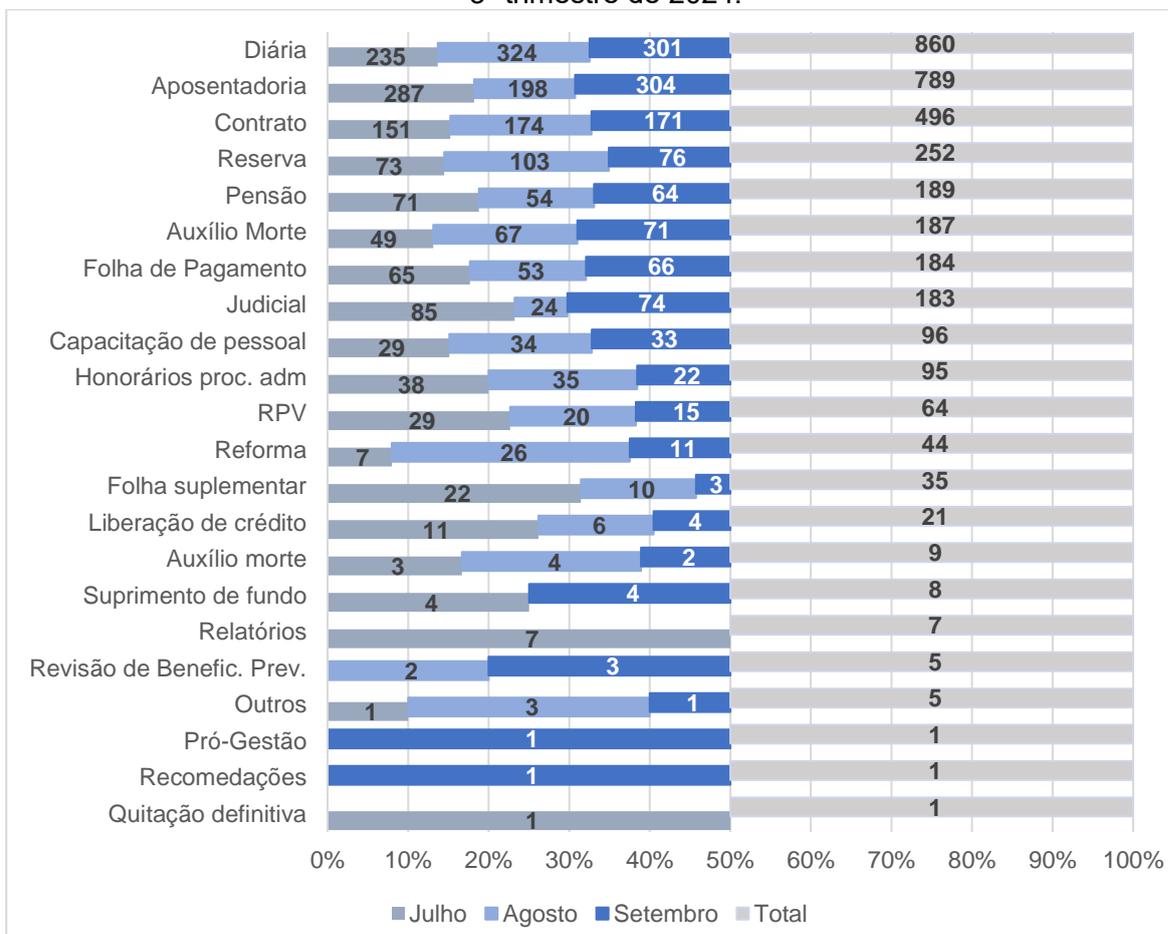
Na tabela acima, observa-se que em julho de 2024 houve um aumento de 10% nos processos enviados a este NCI. Esse aumento pode ser atribuído ao início do envio dos processos da proteção social para este NCI.

Em junho de 2024, a Ordem de Serviço Nº 001/2024 entrou em vigor. Ela determina que todos os processos de aprovação e revisão de benefícios previdenciários devem ser enviados ao NCI para conferência. Apesar de a ordem começar a valer em 1º de junho, os processos de benefícios militares só foram conferidos pelo NCI em julho de 2024.

No mês de agosto de 2024, os processos encaminhados a este NCI aumentaram 8% em comparação ao mês anterior. Notavelmente, os processos de proteção social cresceram 42%. Em setembro de 2024, a demanda aumentou para 1281 processos, um aumento de 2% do mês anterior. As análises previdenciárias subiram 17%, enquanto as análises administrativas e de proteção social caíram 1% e 23%, respectivamente.

No gráfico a seguir, observa-se que ao longo do 3º trimestre de 2024, os três principais procedimentos enviados a este NCI foram os de concessão de aposentadoria, contratos e diárias. Esses três procedimentos corresponderam a 62% do total de trâmites enviados ao NCI, apresentando um crescimento consistente ao longo dos três meses. Enquanto, houve aumentos significativos em março nos trâmites de RPV, auxílio-funeral e capacitação de pessoal, devido ao aumento da demanda dessas operações nesse mês.

Gráfico 26: Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 3º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

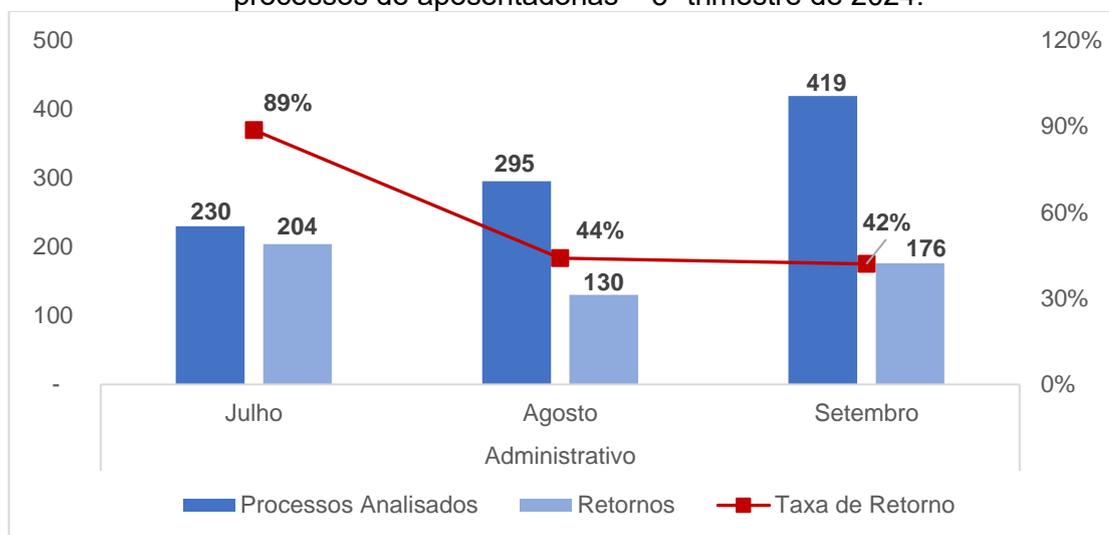
No campo previdenciário, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas.

Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidas como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The Comitê of Sponsoring Organizations*).

No 3º trimestre de 2024, foram examinados um total de 944 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário. Ademais, aponta-se que a diferença entre o número de processos enviados ao NCI e o quantitativo analisado é pelo fato de que em julho o NCI encaminhou 112 processos sem análise de conformidade para deliberação da DIPRE e

em agosto encaminhou 64 processos sem análise de conformidade.

Gráfico 27: Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de aposentadorias – 3º trimestre de 2024.

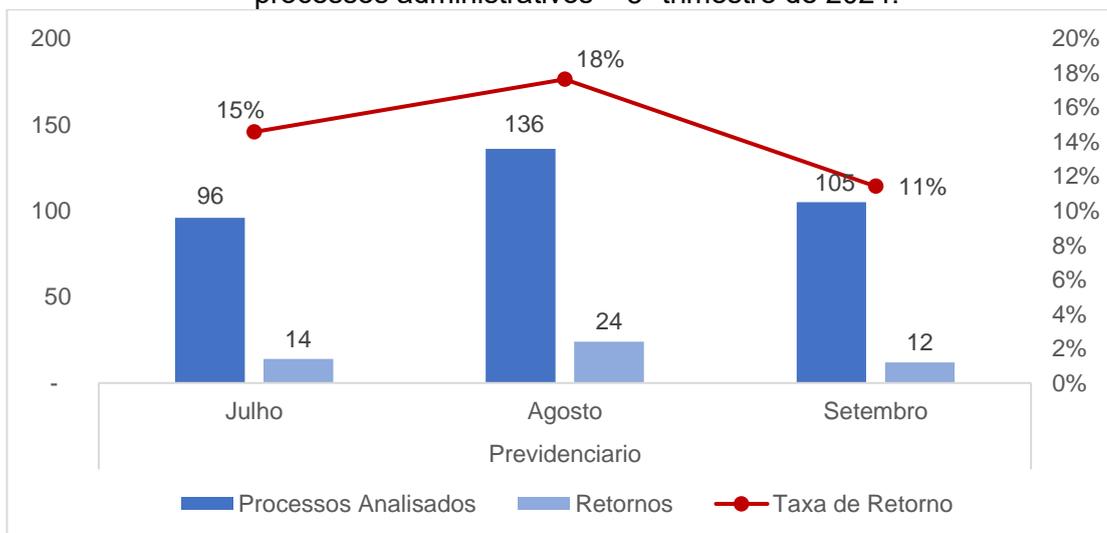


Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAH) é de 53%. Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a diversas razões, incluindo discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

No 3º trimestre de 2024, foram examinados um total de 337 processos de reservas e reformas no âmbito da proteção social. A variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários. A variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares mostra uma demanda mais estável, com um leve aumento de julho para agosto, seguida de uma leve queda de agosto para setembro.

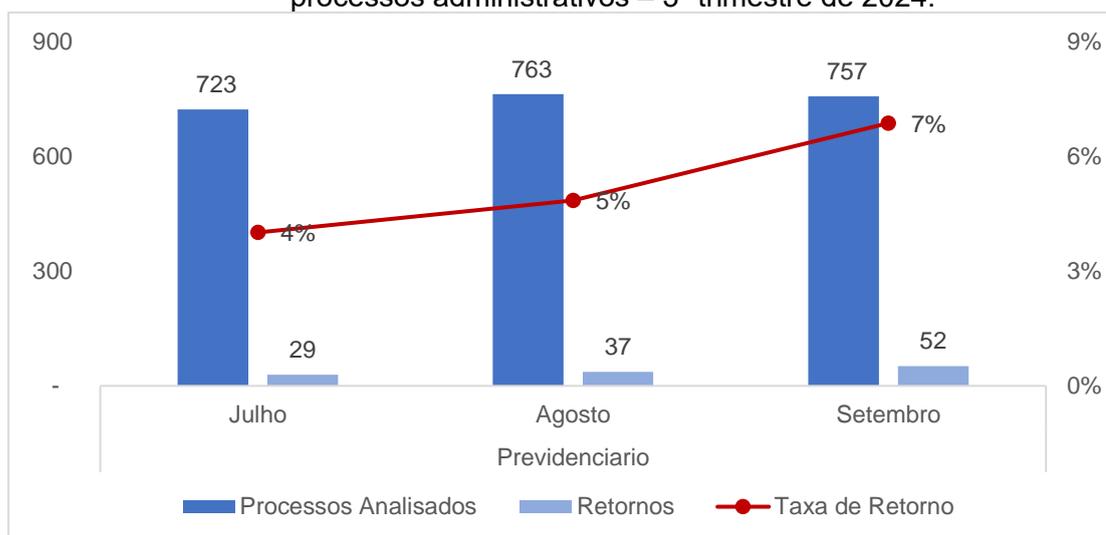
Gráfico 28: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 3º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGGEPS.

A atuação do Núcleo de Controle Interno é permanente e diligente não apenas nos processos que versam sobre concessão de aposentadorias, mas diante de toda e qualquer demanda encaminhada para apreciação pelos Agentes Públicos de Controle, conforme pode ser visto no Gráfico 25. Esse comprometimento visa garantir uma gestão mais confiável e dentro dos parâmetros legais, com o objetivo de assegurar a correta utilização dos recursos públicos de maneira eficaz e transparente, propiciando a colaboração com o controle externo e viabilizando o controle social.

Gráfico 29: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 3º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera administrativa, impede destacar que os retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados

nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação é responsável por promover, coordenar e controlar a comunicação interna e externa do Instituto, bem como propor e apoiar projetos que aperfeiçoem a gestão do relacionamento com servidores e segurados.

Dentre suas funções está formar relações com os diversos meios de comunicação e mídia, com o objetivo de se tornar fonte de informações de interesse público. Assim como planejar, organizar, executar e sistematizar os trabalhos de cobertura jornalística, realizando o registro fotográfico e audiovisual. As principais atividades são:

1- Produção de conteúdo gráfico e audiovisual;

2- Produção de notícias;

3- Gerenciamento, monitoramento e alimentação das mídias sociais Instagram e Facebook;

4- Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo, layout e alimentação do site institucional;

5- Desenvolvimento de campanha de comunicação.

7.5.1 Produção de Conteúdo Gráfico e Audiovisual

Para apoiar as ações e projetos do IGEPPS tais como: cursos, seminários, palestras, reuniões de alinhamento, entre outras atividades, a Ascom confecciona artes gráficas e audiovisuais. A seguir o balanço do terceiro trimestre de 2024 do conteúdo produzido.

Tabela 91: Balanço quantitativo do conteúdo gráfico e audiovisual- 3º trimestre de 2024.

Conteúdo	Julho	Agosto	Setembro	Total
Gráfica	16	18	21	55
Vídeo	0	1	2	3
Total	16	19	23	58

Fonte: Ascom/IGEPPS.

O quantitativo de produção de artes gráficas evidencia a atuação da Ascom nas campanhas, reforçando o diálogo com os setores nas ações, com suporte de comunicação aos projetos desenvolvidos pelo Instituto, bem como a comunicação mais assertiva com os segurados, o que reflete a média positiva dos conteúdos gráficos produzidos.

7.5.2 Produção de Notícia

Ascom cobre todas as ações do Instituto, divulgando-as nos sites oficiais do órgão e do Governo Estado, além da imprensa local. A seguir, é possível ver o quadro referente às matérias publicadas no site oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do IGEPPS.

Tabela 92: Matérias publicadas no site Oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do Instituto – 3ª trimestre de 2024.

Mês	Título da Matéria	Data
Julho	Instituto de Gestão Previdenciária prorroga Censo Previdenciário até 8 de novembro	23/07/2024
	IGEPPS oferece Educação Financeira para segurados superendividados	03/09/2024
Setembro	IGEPPS amplia atendimento a beneficiários no interior do Estado	24/09/2024

Fonte: Ascom/IGEPPS.

7.5.3 Site

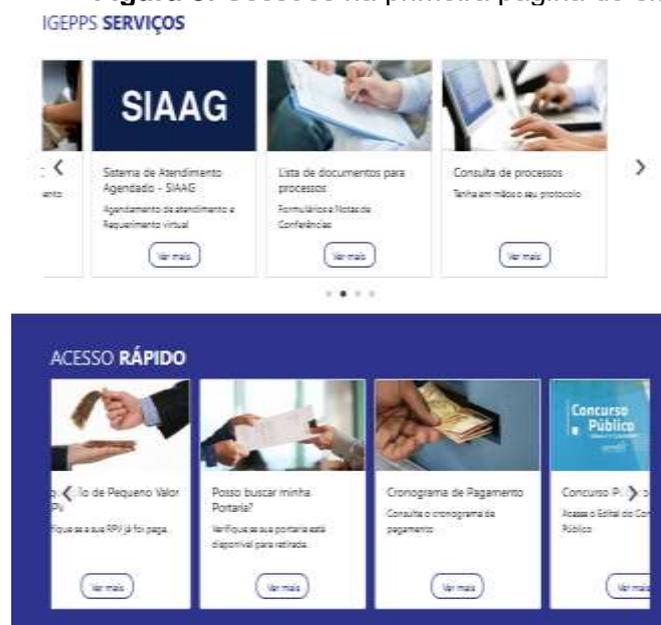
Periodicamente é realizada a atualização do conteúdo no site do IGEPPS, tal como a produção de notícias, mudança de layout e atualização de informações relevantes à transparência pública do RPPS.

Figura 7: Sessões na primeira página do site.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Figura 8: Sessões na primeira página do site.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

7.5.4 Desenvolvimento de campanha de comunicação.

A Assessoria de Comunicação – ASCOM recebe dos demais setores do Instituto, ou propõe, projetos que demandam campanhas de comunicação para divulgação e promoção. As campanhas de comunicação têm por objetivo dar notoriedade e publicidade às específicas ações desenvolvidas.

ASCOM aporta na execução e divulgação desses projetos, contribuindo com a produção gráfica e audiovisual para divulgação dos projetos, assim como realizando a cobertura jornalística e divulgação nas diversas mídias que a esta Assessoria compete gerenciar. No terceiro semestre, foram desenvolvidas ações de grande importância para os servidores e segurados. A ASCOM produziu folders informativos e vídeos institucionais para reforçar a divulgação do Censo Previdenciário 2024 e o período para realização da Prova de Vida.

Figura 9: Carrossel para divulgação institucional, por meio da intranet do Censo Previdenciário e Prova de Vida.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A ASCOM desempenhou um papel crucial na divulgação do projeto "Papo Previdenciário". Este projeto foi desenvolvido com a finalidade de orientar os servidores ativos que estão próximos de se aposentar, sobre o processo de transição para a aposentadoria. Busca facilitar a compreensão das regras previdenciárias e a forma como elas impactam individualmente a vida dos segurados. As atividades ocorreram na Fundação Santa Casa, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Defensoria Pública e em Belém.

Figura 10: Papo Previdenciário.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Durante o segundo semestre, a ASCOM prosseguiu com o projeto IGEPPS Saúde na área de criação audiovisual. Este projeto tem como objetivo contribuir para a saúde e o bem-estar dos beneficiários da previdência do Pará. Especialistas de diversas áreas fornecem orientações sobre a prevenção e o tratamento de doenças. A ASCOM produziu e divulgou conteúdo audiovisual sobre o tema por meio do site institucional, redes sociais e monitores nas agências do IGEPPS, tanto na capital quanto no interior do estado.

Figura 11: IGEPPS Saúde.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Também desenvolveu um material informativo destinado a orientar os servidores públicos do estado do Pará sobre o prazo de migração para o Regime de Previdência Complementar. Importante frisar que este prazo foi finalizado no dia 2 de agosto de 2024.

Figura 12: Folder Informativo do Regime de Previdência Complementar



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Realizou-se a divulgação internamente um informativo detalhado sobre as medidas tomadas pelo Instituto para a implementação do Sistema de Privacidade e Proteção de Dados. Este sistema tem como objetivo adotar as práticas mais eficazes para a proteção de dados e para a segurança da informação.

Figura 13: Folder Informativo – Sistema de Privacidade e Proteção de Dados.



Fonte: Ascom/IGEPPS

Durante o terceiro trimestre, promovemos a Feira do Produtor e do Empreendedor por meio da intranet institucional. Essa feira ocorre mensalmente no corredor do edifício-sede do IGEPPS, em Belém. Além disso, desenvolvemos banners e carrosséis para aprimorar a divulgação do evento.

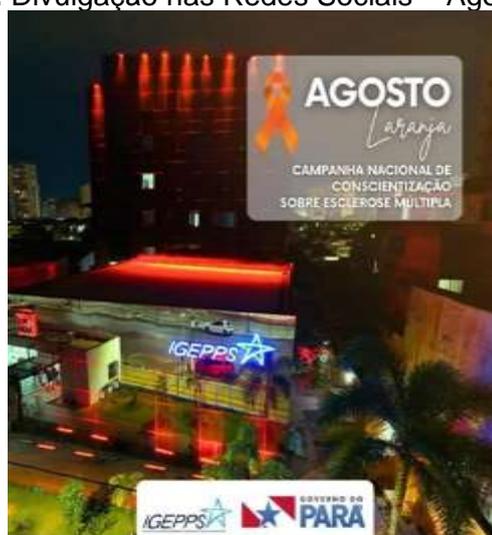
Figura 14: Folder Informativo da Feira do Produtor e do Empreendedor.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Em agosto, a assessoria de comunicação também divulgou participações do Instituto em campanhas relacionadas à saúde, seguindo um cronograma no qual faz trocas de iluminação do prédio sede, em Belém, fazendo alusão às campanhas de cada mês.

Figura 15: Divulgação nas Redes Sociais – Agosto Laranja



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A assessoria atuou na divulgação do Programa de Assistência em Educação Financeira do IGEPPS, realizado por meio de parceria entre o Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) e o Grupo de Educação Financeira da Amazônia (GEFAM), vinculado

à Universidade Federal do Pará (UFPA). a Assessoria de Comunicação produziu carrossel de fotos.

Figura 16: Divulgação do Programa de Assistência em Educação Financeira



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Produziu banner, cartaz e carrossel para divulgação institucional, por meio da intranet, da palestra "Inteligência Artificial e RPA no Setor Público", realizada no dia 19 de agosto, de forma on-line, no miniauditório do IGEPPS. Para divulgação institucional da palestra "Tendências e Desafios Tecnológicos", realizada no dia 30 de agosto, de forma *on-line*, no miniauditório do IGEPPS, a Ascom produziu banner, cartaz e carrossel de fotos.

Figura 17: Divulgação na intranet - Palestra "Inteligência Artificial e RPA no Setor Público"



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Também produziu e divulgou internamente carrossel informativo sobre o Plano de Operacionalização da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021). O material explica as principais mudanças trazidas pela Lei, que visa modernizar e tornar mais eficiente e transparente o processo de contratações no setor público.

Figura 18: Divulgação do Plano de Operacionalização da Nova Lei de Licitações e Contratos



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Em alusão à campanha Setembro Amarelo sobre a conscientização e prevenção ao suicídio, a Assessoria de Comunicação produziu cartaz e cartão para ação de conscientização realizada pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas aos servidores.

Figura 19: Campanha de prevenção ao suicídio



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Além da campanha Setembro Amarelo sobre a conscientização e prevenção ao suicídio. Ascom produziu banner e carrossel para divulgação institucional, por meio da Intranet, a ação Diálogos de Saúde, realizada pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP), que abordou

Figura 20: Diálogos de Saúde



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Também foi produzido cartazes e banners para divulgação institucional, por meio da intranet, das ações referentes do Programa de Inovação do IGEPPS, que neste mês de setembro disponibilizou aos servidores a oportunidade de obter conhecimento sobre “Como a mentalidade de abundância garante o sucesso da inovação” e “Como inovar na prática”.

Figura 21: Programa de Inovação do IGEPPS



Fonte: Ascom/IGEPPS.

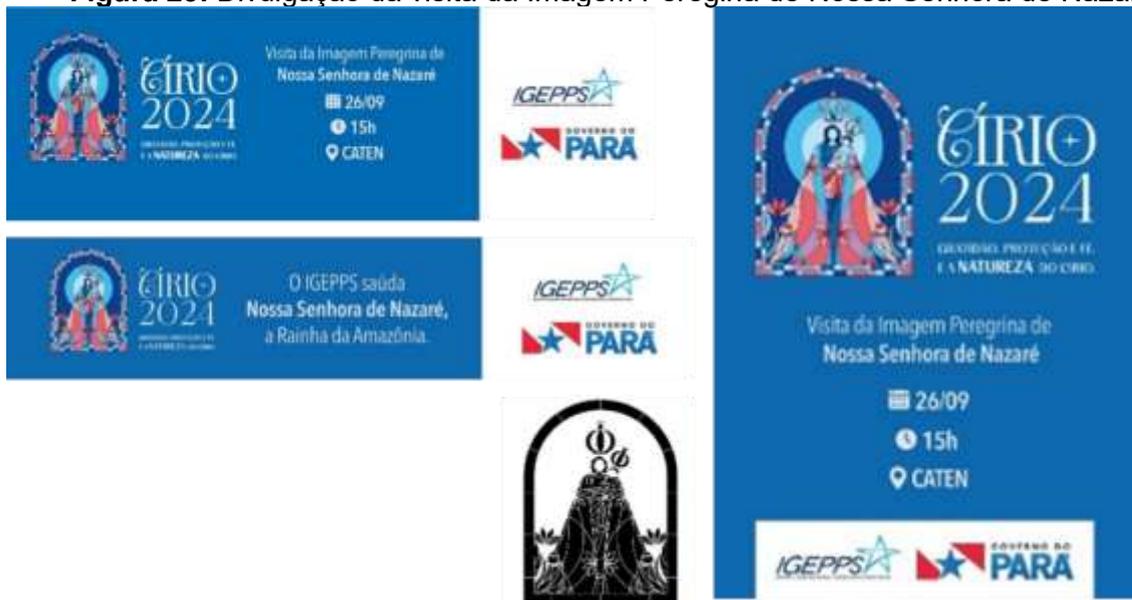
Figura 22: Palestra de como a mentalidade de abundância garante o sucesso da inovação” e “Como inovar na prática”.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Para divulgação da visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré ao IGEPPS, ocorrida no dia 26/09, a Assessoria de Comunicação produziu banners, para divulgação institucional, por meio da intranet, cartaz para os corredores, artes para camisas, faixa e adesivo para identificação da homenagem na fachada do edifício-sede, em Belém. Ao final do evento foi produzido material audiovisual da visita publicado na intranet.

Figura 23: Divulgação da visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A assessoria de comunicação também deu continuidade à publicidade e a propaganda do IGEPPS Itinerante, com a divulgação do roteiro das unidades móveis pelo interior paraense. O Instituto viabilizou a descentralização dos atendimentos, oferecendo serviços e informações sobre direitos previdenciários para todas as regiões do Estado.

Figura 24: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Figura 25: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Figura 26: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Esta assessoria finalizou o terceiro semestre com êxito na divulgação das ações desenvolvidas pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará.

7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O setor contencioso do IGEPPS, responsável por gerir prazos processuais judiciais no Pará, usa o sistema informatizado SISJURI desde 2018 para supervisão e acompanhamento.

O novo sistema implementado tornou a distribuição mais dinâmica, melhorando a eficiência na gestão de prazos processuais na Procuradoria Jurídica. O SISJURI, integrado ao sistema PJE do Tribunal de Justiça do Pará, permite o monitoramento e controle de prazos judiciais.

A distribuição dos feitos se divide em dois tipos de processos que são distribuídos aos procuradores: Juizado Especial e Contencioso. Destaca-se que houve a sugestão para incluir no SISJURI uma opção para que o procurador indique se houve sentença de procedência e improcedência, a fim de aferir o quantitativo de êxito nos processos judiciais que esta CCOS atuou.

Os processos judiciais são distribuídos aos Procuradores Autárquicos com cópia ao Coordenador para elaboração de defesa judicial ou para realizar cumprimento de decisão judicial. O Coordenador distribui os processos entre os Técnicos Previdenciários para auxiliar os Procuradores Autárquicos a darem cumprimento aos prazos judiciais.

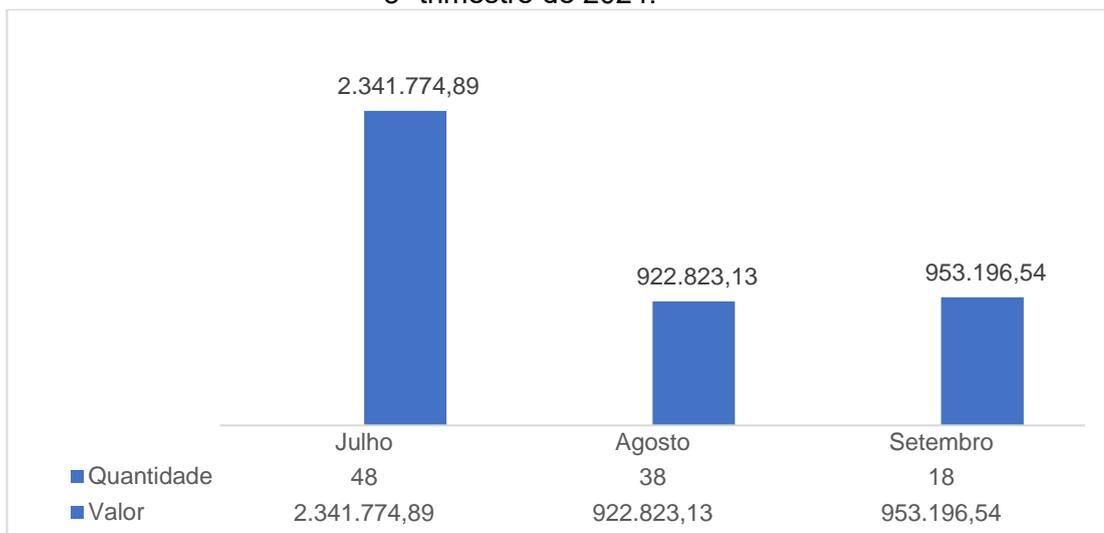
7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEEXEC) da Procuradoria Jurídica do IGEPPS, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 3º trimestre de 2024, foram analisados 104 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$ 4.217.794,56 (quatro milhões e duzentos e dezessete mil e setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), conforme apresentado no Gráfico abaixo.

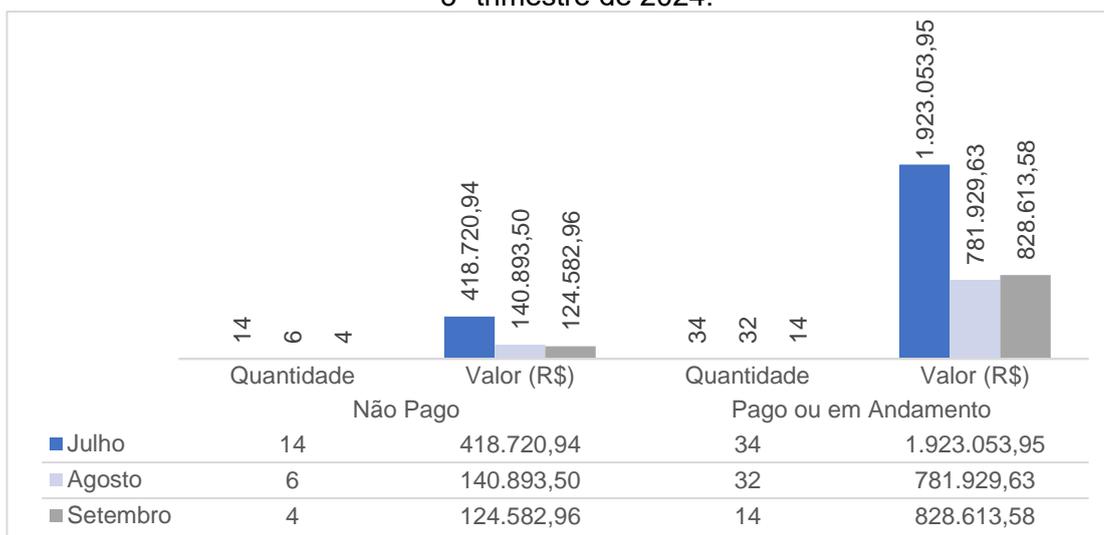
Gráfico 30: Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

No 3º trimestre de 2024, o RPV quantificado no montante de R\$ 3.533.597,16 (três milhão e quinhentos e trinta e três mil e quinhentos e noventa e sete reais e dezesseis centavo) foram pagos ou já foram enviados para pagamento. Por outro lado, o RPV no montante de R\$ R\$ 684.197,40 (seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e noventa e sete reais e quarenta centavos) ou ainda não foram pagos, representando apenas 23,1% em termos de valores do RPV.

Gráfico 31: Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

7.6.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador e “Outros”.

No total, para o 3º trimestre de 2024 foram realizados os cálculos de **415 processos**, a maior parte referente ao tema **outros** que representou 42% da demanda do setor. A despeito do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

Tabela 93: Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 3º trimestre de 2024

Modalidade	Julho	Agosto	Setembro	Total
Lei nº 7.807	2	1	2	5
Aposentadoria	1	31	30	62
Cálculo contador	33	51	36	120
Outros	53	72	50	175
Pensão por morte	11	4	8	23
Piso salarial	14	6	10	30
Total	114	165	136	415

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o IGGEPS reconheceu a quantia devida de R\$ 16.414.146,05 (dezesseis milhões, quatrocentos e quatorze mil, cento e quarenta e seis reais e cinco centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será considerado como Valor Devido (calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do IGEPPS compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

Para o 3º trimestre de 2024, em termos aproximados, registrou-se os seguintes valores: R\$ R\$ 23.221.887,58 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) de valor executado; R\$ 16.414.146,05 (dezesseis milhões, quatrocentos e quatorze mil, cento e quarenta e seis reais e cinco centavos) de valor calculado e R\$ 8.818.768,32 (oito milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e trinta e dois centavos) de Excesso. Na Tabela 93 estão apresentados o detalhamento dos valores executados.

Em suma, esses valores foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do IGEPPS se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

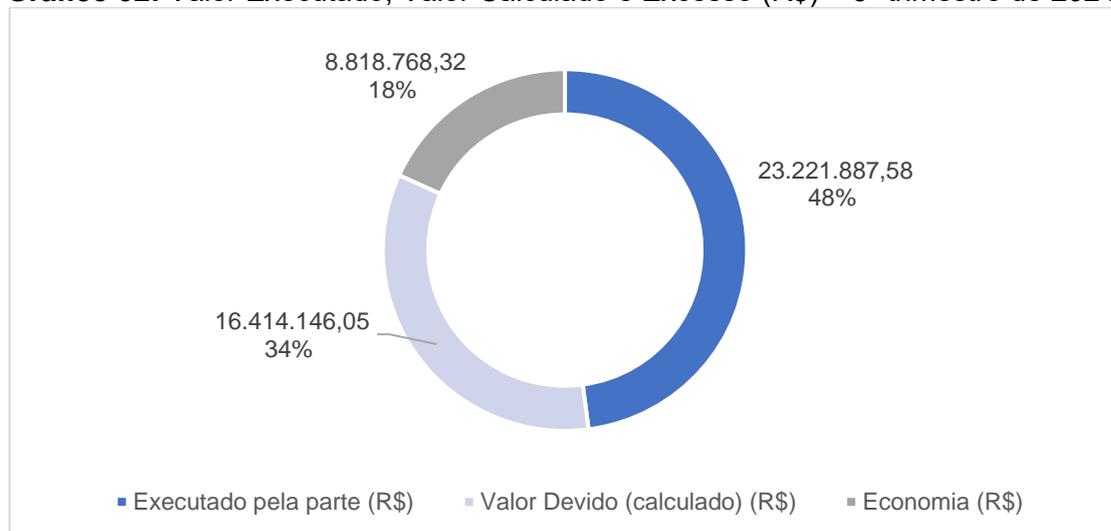
Tabela 94: Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 3º trimestre de 2024.

Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Julho	Lei nº 7.807	-	-	-
	Aposentadoria	4.102,00	4.102,00	-
	Cálculo contador	1.654.448,70	1.572.598,34	82.913,06
	Outros	2.901.147,51	2.261.160,23	926.537,17
	Pensão por morte	5.170.494,84	802.660,04	4.367.834,80
	Piso salarial	407.013,46	602.214,11	3.440,66
	Total	10.137.206,51	5.242.734,72	5.380.725,69
Agosto	Lei nº 7.807	12.444,22	28.593,85	-
	Aposentadoria	80.030,27	67.686,28	14.120,00
	Cálculo contador	2.503.875,70	2.454.723,03	240.980,04
	Outros	1.938.064,61	1.191.699,50	902.532,80
	Pensão por morte	514.233,28	464.636,84	49.596,44
	Piso salarial	209.170,13	527.367,27	-
	Total	5.257.818,21	4.734.706,77	1.207.229,28
Setembro	Lei nº 7.807	121.432,00	474.042,89	-
	Aposentadoria	77.550,33	52.694,93	24.870,14
	Cálculo contador	3.275.706,86	1.730.737,35	1.551.733,12
	Outros	1.413.784,19	1.203.795,47	372.792,54
	Pensão por morte	2.411.531,04	2.179.393,59	261.583,05
	Piso salarial	526.858,44	796.040,33	19.834,50
	Total	7.826.862,86	6.436.704,56	2.230.813,35
Total Geral		23.221.887,58	16.414.146,05	39.636.033,63

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar a diferença R\$ 8.818.768,32 (oito milhões e oitocentos e dezoito mil e setecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos), 18% do valor executado entre os valores apresentados pelo exequente e os valores calculados pelo IGEPPS. Esse montante será convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 32: Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

Entretanto a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se referem apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado, é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução, portanto temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 95: Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 3º trimestre de 2024.

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
Julho	10.137.206,51	5.242.734,72	5.380.725,69
Agosto	5.257.818,21	4.734.706,77	1.207.229,28
Setembro	7.826.862,86	6.436.704,56	2.230.813,35
Total	23.221.887,58	16.414.146,05	8.818.768,32

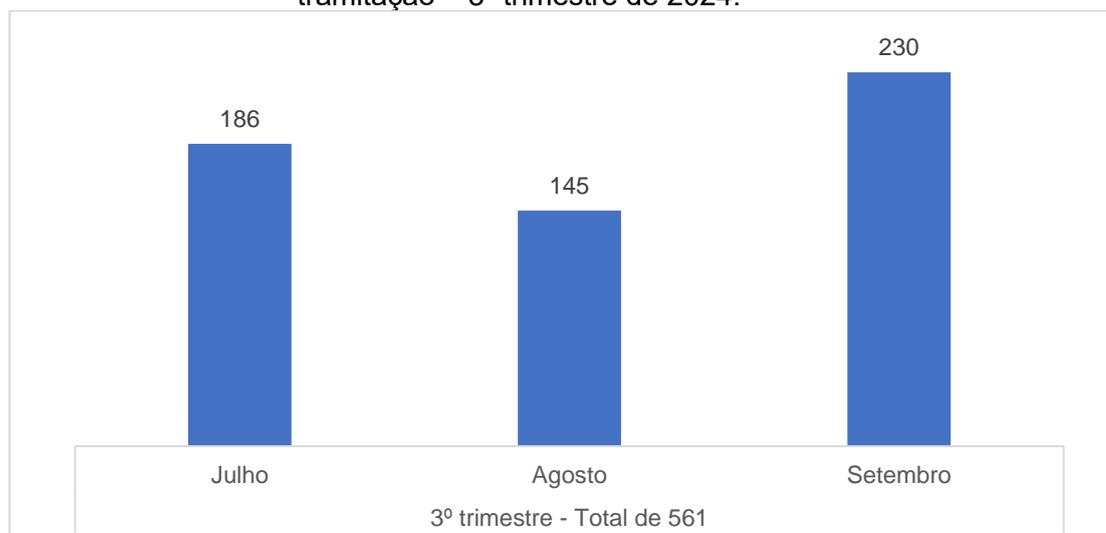
Fonte: CEEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Portanto, no 3º trimestre de 2024 houve economia ao instituto no valor de R\$ 10.829.795,11 (dez milhões, oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e onze centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na Tabela 4, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

7.6.3 Recuperação de Crédito

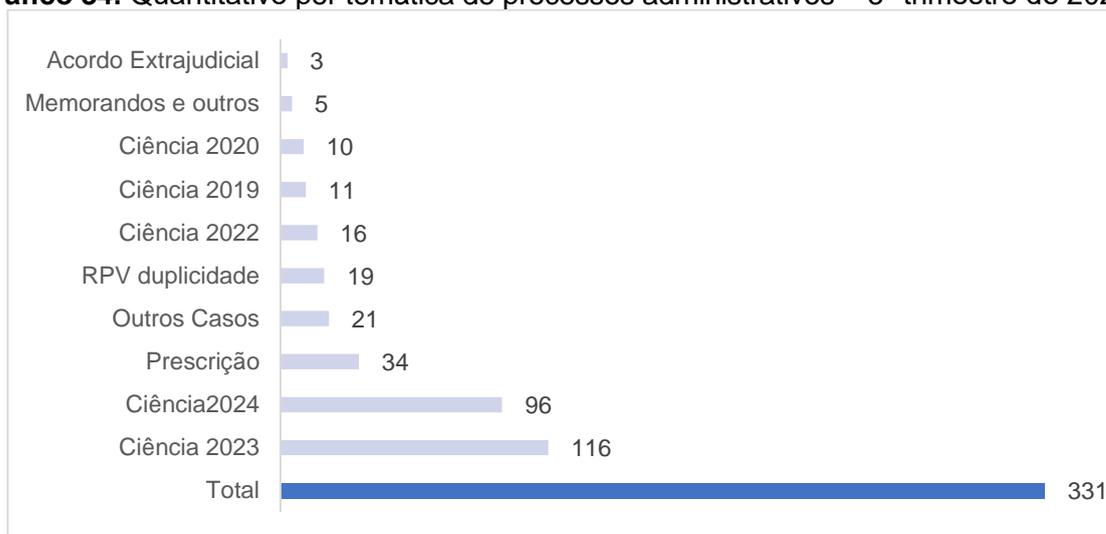
O Núcleo de Recuperação de Créditos (NRC) está subordinado diretamente à Coordenação de Execução da PROJUR. No 3º trimestre de 2024, foram encaminhados ao setor de recuperação de crédito 561 processos, categorizados da seguinte forma.

Gráfico 33: Quantitativo mensal das entradas no PAE para a “RECCREDITO” de tramitação – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CEEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Gráfico 34: Quantitativo por temática de processos administrativos – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

No entanto, considerando que o Núcleo de Recuperação de Crédito (NRC) foi alterado de Coordenadoria, bem como ampliou-se a discussão sob os impactos das novas orientações sobre prescrição e decadência em processos administrativos previdenciários, houve alteração na metodologia de trabalho desenvolvida, tendo sido criado plano de ação a fim de reestruturar e dinamizar o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Além dos 23 acordos celebrados no 3º trimestre de 2024, os quais importaram os montantes a abaixo de recuperação e de honorários, houve redesenho do fluxo dos processos de recuperação, reuniões de alinhamento com a equipe, criação de checklist de documentos necessários à correta instrução do processo, padronização dos relatórios elaborados pela equipe técnica, tratativas com a empresa Techlead para finalização e disponibilização do SISREC (Sistema de Recuperação de Créditos) da PROJUR, com precisão de entrega para o dia 01/11/2024 e diversas tratativas com Banpará e outros órgãos para convênios. A tabela abaixo demonstra a descrição dos acordos extrajudiciais processados no 3º trimestre de 2024.

Tabela 96: Descrição dos acordos extrajudiciais - 3º trimestre de 2024.

Mês	Quantidade	Valor da Dívida (R\$)	Honorários (R\$)
Julho	10	71.592,77	3.658,91
Agosto	7	294.720,54	29.472,05
setembro	6	82.949,80	5.272,93
Total	23	449.263,11	38.403,90

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

7.6.3 Precatório

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento, no entanto a partir de janeiro de 2024 o pagamento de precatórios passou a ser

responsabilidade do IGEPPS por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 02 de abril no ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte, já os precatórios inscritos após 02 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final de 2 exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto o novo subsetor está trabalhando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido a mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentaria. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer no final do exercício de 2025 em diante.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como, cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentaria para os respectivos pagamentos.

No 3º trimestre de 2024, foram cadastrados para fins de orçamento mais 141 processos até 02 de abril de 2024 para pagamento até o final do exercício de 2025, portanto no ano de 2024 não serão mais inseridos novos processos para pagamento, os já cadastrados totalizaram a estimativa de valor para pagamento em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 28.531.114,61 (vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil, cento e catorze reais e sessentas centavos) como descrito na tabela abaixo.

Tabela 97: Detalhamento precatórios cadastrados - 3º trimestre de 2024.

Precatórios	Quantidade	Valor da Dívida (R\$)	Estimativa atualizado a pagar em 31/12/2025
Alimentar	135	20.049.964,97	26.987.899,87
Comum	2	150.007,74	185.254,95
Super preferência	4	1.026.371,07	1.357.959,79
Total	141	21.226.343,78	28.531.114,61

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

7.6.4 Análises Jurídicas

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-IGEPPS), organizada como atuação descentralizada, subordinada à procuradora-chefe desta unidade(IGEPPS), é responsável pelo assessoramento e consultoria jurídica ampla do IGEPPS sobre diversos assuntos, aplicando e fazendo aplicar, em casos repetitivos e teses consolidadas, os entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado, orientando os titulares e os demais gestores a zelar pelo controle de legalidade dos atos a

serem praticados, colaborando na elaboração de minutas de atos administrativos, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

Importante registrar que mediante a edição da lei nº 9.880/2023, a qual dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará houve a migração do quadro de referidos procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE.

Assim, toda atuação da procuradoria jurídica disposta na referida lei foi regulamentada através do citado Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

No 3º trimestre de 2024, a CCON emitiu entendimentos de alta relevância para a gestão do regime de proteção social dos militares e para a gestão previdenciária estadual destacando-se os seguintes pareceres:

a) Parecer nº 023/2024 em virtude de consulta com total relevância encaminhada pela Diretoria de Previdência – DIPRE, questionando se os servidores não titulares de cargo efetivo teriam direito à parcela de Gratificação de Titularidade, além de indagar sobre os casos em que esse direito de fato estaria garantido, e no período de atividade esses servidores não receberam essa parcela, se isso de alguma forma prejudicaria o pagamento das parcelas quando este servidor fosse aposentado.

Nesse sentido, foi ressaltado, conforme jurisprudência do STF que a Gratificação de Titularidade é uma parcela remuneratória de advém do PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração), ou seja, destinada aos servidores que mediante aprovação em concurso público exercem ou exerceram o serviço público. Contudo, aos servidores que foram estabilizados, estes possuíam somente o direito de permanecer no serviço público em que se encontravam, sem benefícios e gratificações de cargo efetivo.

Logo, foi concluído que apenas os servidores titulares de cargo efetivo fazem jus aos benefícios previstos no PCCR, de modo que, aos servidores que foram estabilizados somente terão direito de permanecerem no serviço público, vencimento-base e outras parcelas de remuneração expressas em lei. Portanto, não deve ser concedida a parcela de Gratificação de Titularidade aos servidores que não se enquadram no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração.

b) Parecer nº 024/2024, a manifestação trata de aposentadoria especial, especificamente sobre as medidas que deveriam ser adotadas nos casos em que o servidor não possui os documentos, levando em conta que o local de serviço não esteja mais presente, se nesses casos haveria a possibilidade de substituição de documentos, levando em consideração que o LTCAT para a aposentadoria especial não possui regramento jurídico.

Em resposta, esse Consultivo manifestou-se no sentido de que o LTCAT é um documento crucial para o deferimento da aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, podendo em casos legalmente amparados ser substituído por outros documentos,

como o PPP, orientando que na ausência de legislação estadual que trate do LTCAT, deve-se aplicar as disposições da Portaria nº 1.467/2022, assim como, subsidiariamente, as normas do RGPS, em especial a IN nº 128/2022, para confecção do LTCAT, até que entre em vigor legislação estadual que trate do tema.

c) Parecer nº 32/2024, que trata de consulta formulada pela Diretoria de Previdência (DIPRE) deste Instituto acerca da possibilidade de concessão de aposentadoria, com direito à paridade e integralidade, para professores da rede básica de ensino com vencimento base referente a carga horária de 250 (duzentos e cinquenta) horas. Foi opinado pelo Consultivo que não há base normativa para concessão do benefício previdenciário de aposentadoria aos professores estaduais, mesmo com direito a paridade e integralidade, com vencimento base correspondente a 250 (duzentos e cinquenta) horas, sendo o vencimento base pago até o máximo de 200 (duzentas) horas semanais, conforme art. 3º, inciso III, da Lei estadual nº 8.030/2014.

Em não sendo possível o deferimento de vencimento base correspondente a 250 (duzentas e cinquenta) horas, aos professores estaduais, foi sugerido a possibilidade de pagamento da parcela salarial Aulas Suplementares, até o limite legal, desde que haja direito à referida parcela, após detida análise de cada caso concreto e considerando o limite temporal disposto no Acórdão nº 56.088/2016-TCE.

d) Parecer nº 035/2024, que trata de consulta formulada pela Diretoria de Proteção Social dos Militares o encaminhamento dos autos a este setor Consultivo da Procuradoria Jurídica acerca da incidência de imposto de renda sobre pensão militar especial. Em resposta, foi opinado que para fins de incidência do IR, não há qualquer restrição ou diferenciação sobre os numerários tanto de aposentadoria ou pensão, bastando para a incidência do imposto o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título, conforme estipula o §4º do art.2º da Lei nº 7.713/88. Assim, fora os casos de isenção expressamente previstos em lei, são tributáveis quaisquer proventos tais como pensões civis ou militares, de qualquer natureza, o que **inclui a pensão especial**, conforme estipula o citado §4º do art.2º da Lei nº 7.713/88 c/c art. 34 e 36, XI, do Decreto nº 9.580/2018.

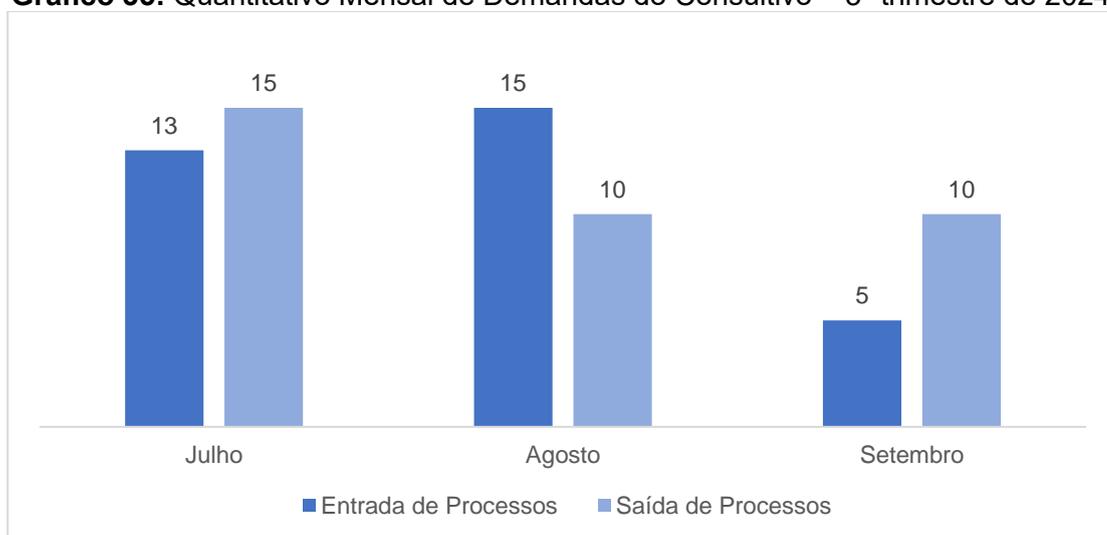
e) Parecer nº 29/2024, que trata de consulta formulada pela Diretoria de Proteção Social dos Militares com o objetivo de esclarecer questionamentos sobre possibilidade de acumulação de pensão militar federal com pensão militar estadual e o abate-teto constitucional e aplicação dos redutores previstos no art. 24 da EC nº 103/2019. Em resposta, foi opinado pela possibilidade de acumulação dos benefícios oriundo de instituidores diversos, podendo ser concedida aos interessados a opção pelo benefício mais vantajoso, e ainda com a orientação disposta no **Tema nº 359/STF, de Repercussão Geral**.

Reiteramos que há necessidade de se avaliar a atuação deste Setor Consultivo quanto à apresentação dos principais resultados obtidos por cada área, bem como a economia

gerada ao Fundo e os benefícios trazidos aos segurados e/ou servidores, sob o aspecto relevantemente qualitativo e não só quantitativo, pois a forma de atuação na geração de resultados para o IGEPPS, principalmente para o efeito concreto da meta atingida está na análise de questões jurídicas complexas, o que demanda tempo e rigor cada vez maiores da equipe de trabalho.

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes, no período compreendido entre julho de 2024 a setembro de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 35: Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CCOS/IGEPPS.

7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O IGEPPS por meio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTIN vem investindo fortemente na estrutura tecnológica da autarquia, favorecendo os setores administrativos e seu público-alvo, visando melhorar os processos internos, por meio do aprimoramento do parque tecnológico e dos serviços ofertados. Abaixo, destacamos os principais recursos adquiridos tanto na área de software quanto na área de infraestrutura.

- Rotina preventiva de atendimentos

Devido os atendimentos diários ao setor da CATEN, garantindo alta disponibilidade nos guichês de atendimento ao público, com o objetivo de evitar soluções de descontinuidade e impactar negativamente o alto fluxo diário de beneficiários que demandam dessa estrutura e se beneficiam da alta disponibilidade dos Sistemas, Equipamentos, Servidores, Intranet, Site de Internet, Infraestrutura Física e Lógica etc.

Em maio de 2024, foram alterados os procedimentos das checagens preventivas, com adequação para execução em sete etapas:

1º - Checagem preventiva do CPU e do Sistema Operacional.
2º - Checagem preventiva dos periféricos (monitor, mouse, teclado, biometria, webcam e nobreak).

3º - Checagem preventiva da rede do IGEPPS.

4º - Checagem preventiva de internet.

5º - Checagem preventiva da impressora.

Sendo que os dois passos abaixo são vistos apenas no 1º Guichê:

6º - Checagem preventiva da rede na TV.

7º - Checagem preventiva da rede na TV de senha.

- Contratação de Empresa para a Gestão de Grandes Volumes de Dados, integrada com inteligência artificial.

Foi firmado o Contrato Administrativo nº 024/2024 – IGEPREV referente à contratação de empresa especializada na implementação de infraestrutura tecnológica avançada para a gestão de grandes volumes de dados, integrada com inteligência artificial.

O IGEPPS possui uma grande variedade de sistemas produtores e coletores de dados, dentre os quais, a é classificada como sensível, assim sendo, é imprescindível que o Instituto dispusesse de um material muito mais robusto para trabalhar suas estratégias de gestão destas informações.

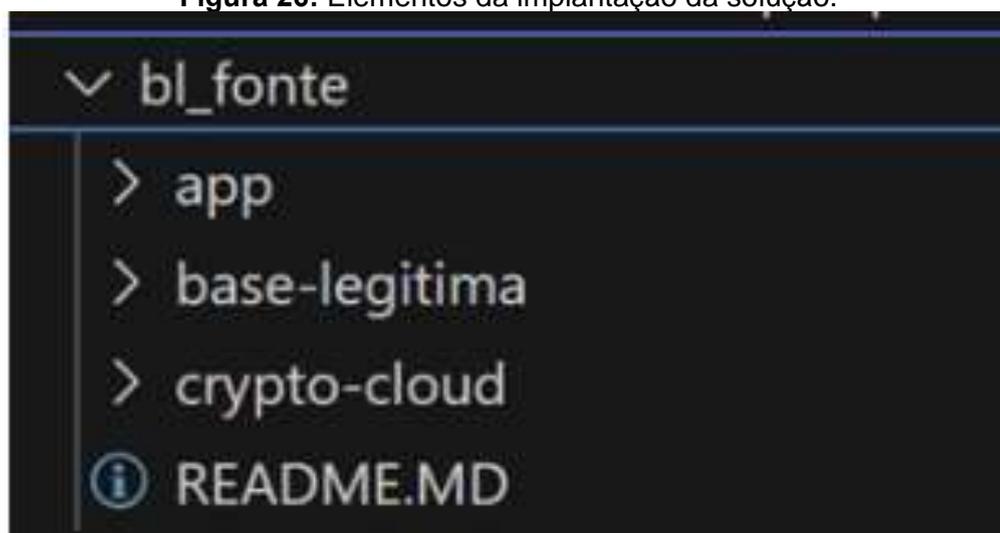
O crescimento exponencial destes acervos de dados trouxe consigo a necessidade de elaborar também uma estratégia mais eficiente na análise, gerenciamento e utilização desses dados. Afinal, nem tudo aquilo que é coletado de fato pode gerar insights para as tomadas de decisão, pois cada tipo de dados pode ser utilizado de uma maneira diferente. Assim sendo, precisam ser analisados e tratados para serem direcionados da maneira correta para as equipes dentro da Instituição.

O recentemente firmado, objetiva introduzir soluções de Inteligência Artificial que agilizem a experiência com o usuário quando da consulta aos diversos bancos de dados, contribuindo para a uniformização das atuações da entidade, hígida aplicação das informações contidas no acervo, bem como prestação final no exercício no munus público concernente à esta Autarquia.

A implantação da Solução segue em andamento mediante a entrega dos seguintes elementos:

1. Código fonte dos repositórios da empresa;
2. Arquivos *Docker Compose* com todas as imagens dos serviços utilizados;
3. Documentação detalhada (README);
4. Arquivo compactado e criptografado com todos os componentes acima.

Figura 26: Elementos da implantação da solução.



Fonte: CTIN/IGEPPS

Também houve a entrega de arquivo do tipo README detalhado com instruções passo a passo a execução de todas as aplicações. Incluindo-se informações sobre requisitos de sistema, dependências e configurações necessárias.

Figura 27: Arquivo do tipo README.

```
bl_fonte > README.MD X
bl_fonte > README.MD
1 1. Abrir um terminal e digitar:
2
3 --docker network create my_shared_network
4
5 2. Abrir um terminal na pasta app/infra/elastic_kibana
6
7 --docker-compose up -d
8 --docker exec -it elastic01 /bin/bash -c "elasticsearch-setup-passwords auto --batch --url http://localhost:9200"
9
10 3. Copiar a resposta do comando anterior em passwords.txt
11
12 4. Entrar em app/infra/elastic_kibana/kibana e trocar a senha na linha 8 do kibana pela senha gerada no passo anterior
13
14 5. Abrir um terminal em app/infra/elastic_kibana/kibana e digitar:
15 --docker-compose up -d
16
17 6. Acessar o endereço http://localhost:5601
18
19 7. No arquivo app/infra/elastic_kibana/index/.env, na linha 3, trocar a senha pela gerada no passo 2.
20
21 8. Abrir um terminal em app/infra/elastic_kibana/index e executar
22
23 --./crypto-cloud elastic
24
25 9. Abrir um terminal em app/infra
26
27 --make create
28
```

Fonte: CTIN/IGEPPS

- Projeto Inova IGEPPS News.

Implantação do Projeto Inova IGEPPS News, que visa impulsionar a inovação e a transformação digital no IGEPPS.

As edições de periodicidade mensal materializam fonte de difusão e conhecimento sobre inovação no governo, que estão transformando o setor público, indicações de leituras e materiais sobre inovação: Descubra conteúdos valiosos que podem inspirar e orientar seu trabalho diário.

Figura 28: Página do Projeto Inova IGEPPS News



Fonte: CTIN/IGEPPS.

7.7.1 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

O Instituto executou ações para entrar em conformidade com a LGPD, sancionada em 2018 e em vigor desde maio/2020, visando à garantia da segurança dos dados, o tratamento das informações dos seus contribuintes e beneficiários previdenciários.

Com a Gestão de dados e Informações o IGEPPS visa garantir integridade de dados, o controle de acesso às informações, monitoramento preventivo e corretivo para ações não autorizadas no perímetro de rede do instituto, ações de conscientização de seu corpo técnico acerca das Políticas de Segurança da Informação e Normativas visando à educação corporativa em Segurança.

Neste sentido, no ano de 2021 foram feitas as aquisições de serviços de segurança Endpoint e Servidores de redes, seguindo a tendência de todos os órgãos da administração pública a fim se adequar à LGPD, neste sentido, são as ações implantadas no domínio IGEPPS: Aquisição de solução de segurança Endpoint – Trend Micro Apex One; Aquisição de solução de segurança para servidores Trend Micro Deep Security; Aquisição de solução de segurança de cofre de senha CyberArk PAM; Aquisição de solução de segurança para gerenciamento de acesso privilegiado a Endpoint - CyberArk EPM; Publicação da Política de Segurança da Informação do IGEPPS; Publicação de Normativas de Sustentação ao ambiente IGEPPS; Publicação de Termo de Confidencialidade e Sigilo da Informação; e Publicação de Termo de Responsabilidade sobre recursos computacionais.

7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Pará, a Lei Complementar 142 de 2021, modificada pela Lei 149 de 2022, criou o Sistema de Proteção Social dos Militares. Esta lei estabelece que a administração de benefícios como inatividade, auxílio-acidente, auxílio-morte e pensões especiais de militares é responsabilidade do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

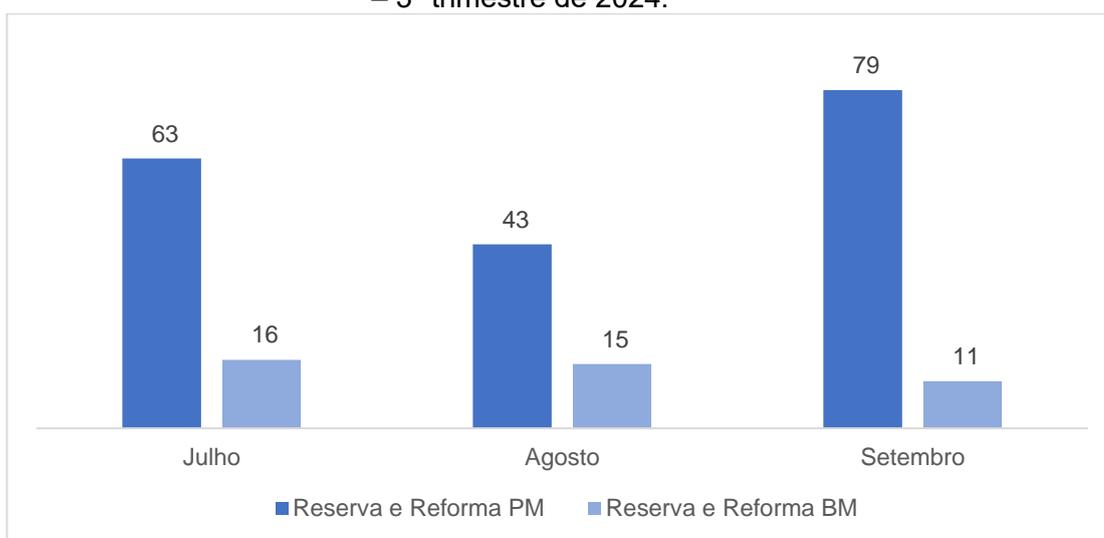
A Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (COPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, dentre outros auxílio-acidentede Proteção Social dos Militares de Pensão (COPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

O IGEPPS é responsável pela gestão de benefícios como reserva remunerada, reforma, auxílio-acidente, pensões militares e auxílio-morte, conforme Lei Complementar n.º 149/2022.

7.8.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma

No terceiro trimestre de 2024, foram recebidos 227 (duzentos e vinte e sete) processos de benefício pela COPSM-Reserva e Reforma, desse total 185 (cento e oitenta e cinco) são referentes aos processos de Reserva e Reforma da Polícia Militar e 42 (quarenta e dois) aos processos de Reserva e Reforma da Bombeiro Militar, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 36: Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma – 3º trimestre de 2024.

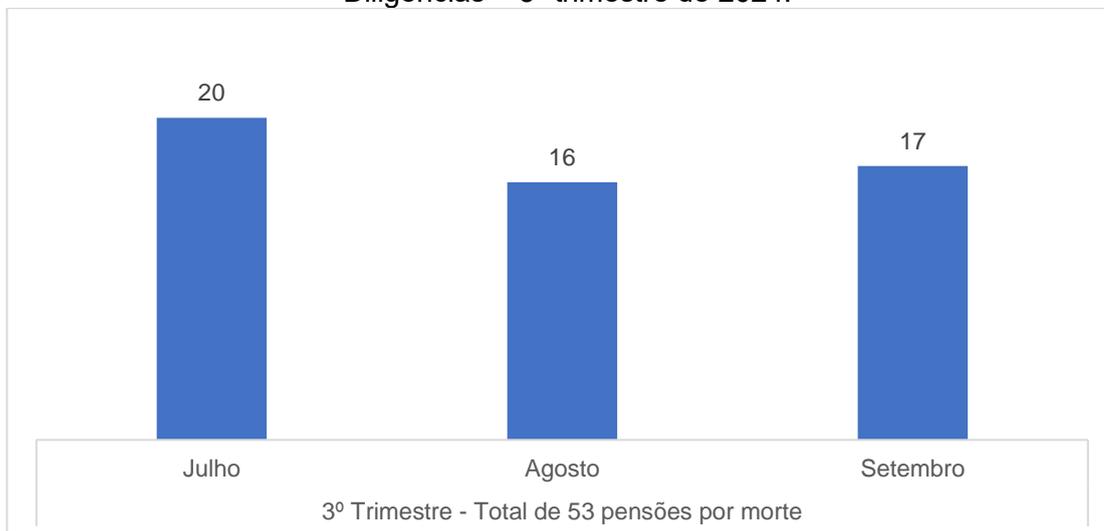


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

7.8.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte

No terceiro trimestre de 2024, verificou-se o total de 53 (cinquenta e três) processos recebidos pela COPSM-Pensão, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 37: Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte e Diligências – 3º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

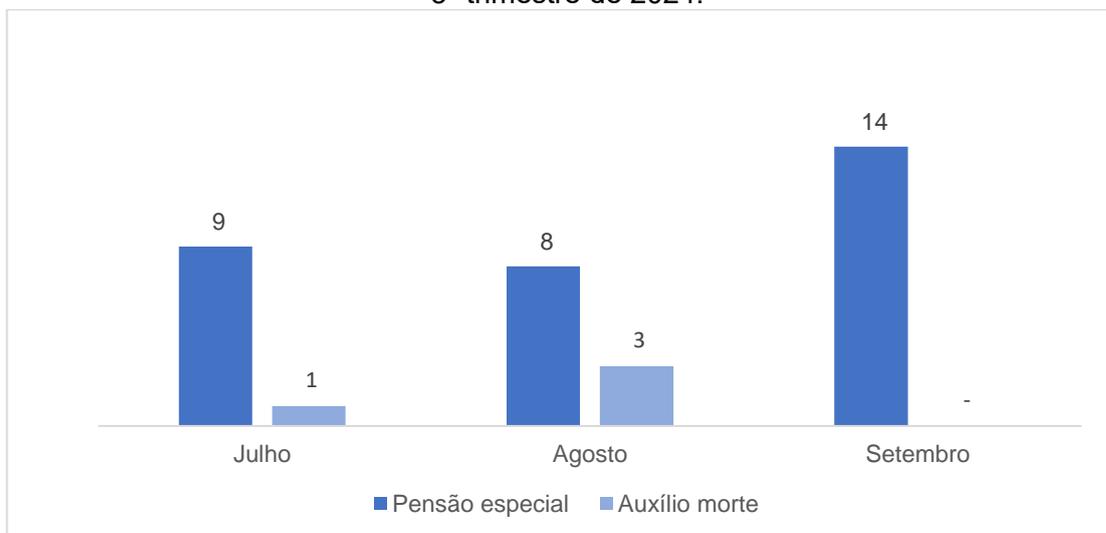
7.8.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte

Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº 149/2022. Além disso, os beneficiários de aposentadoria militar especial têm direito ao pagamento de auxílio-morte, após o registro da mencionada aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, conforme previsto no artigo. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor COPSM/PENSÃO.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após a aprovação, os veículos são enviados à Casa Civil para elaborar o Decreto concessório e, em seguida, para o registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos à Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no 3º trimestre foram concedidos 31 (trinta e um) processos de pensão militar especial e 04 (quatro) processos de auxílio-morte, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 38: Quantitativo de Benefícios de Pensão Especial e Auxílio Morte – 3º trimestre de 2024.



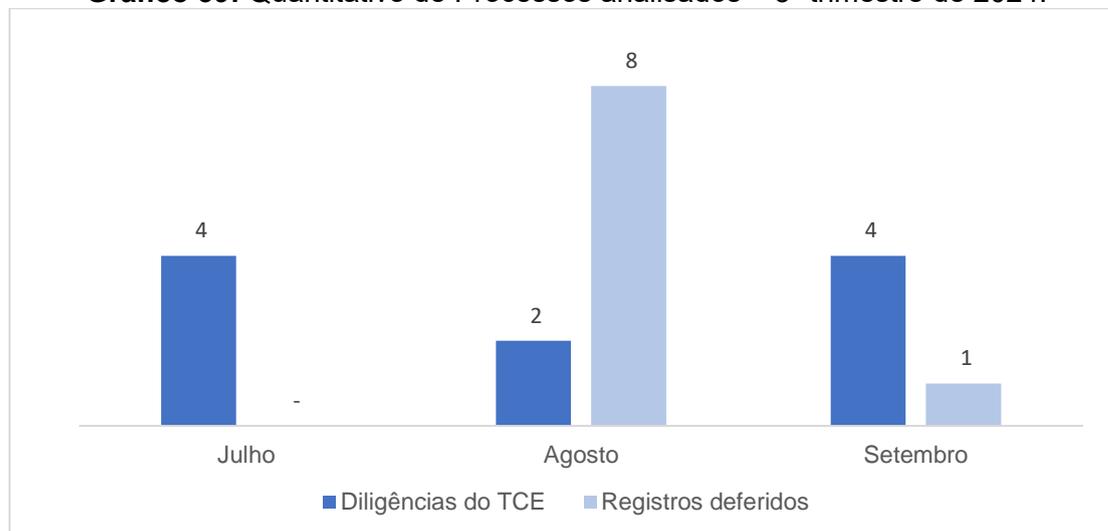
Fonte: EPREV/SISPREWWEB/IGEPSS.

7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA

No terceiro trimestre de 2024, as demandas de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) referente aos benefícios de pensão por morte militar e reforma “*ex officio*” passaram a ser competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares. As principais tarefas do setor incluem a análise de diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA. Os técnicos previdenciários avaliam cada demanda, determinam a ação baseada em seu conhecimento jurídico e fundamentam suas decisões em pareceres e entendimentos do Instituto, decidindo se acatam ou não a orientação da Corte de Contas.

As demandas recebidas do TCE/PA no setor são por meio de processos eletrônicos, nos quais aqueles se utilizam do Sistema e-Jurisicionado e não do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), que é o Sistema eletrônico próprio do Poder Executivo Estadual. No gráfico a seguir, tem-se a quantidade de processos analisados no 3º trimestre de 2024.

Gráfico 39: Quantitativo de Processos analisados – 3º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREWWEB/IGEPSS.

7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

7.9.1 Análise de benefícios previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCHA), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

No terceiro trimestre de 2024, foram analisados 3.140 (três mil e cento e quarenta) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, apresentando decréscimo de -16% em relação ao segundo trimestre, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 40: Quantitativo dos processos analisados – 3º trimestre de 2024.

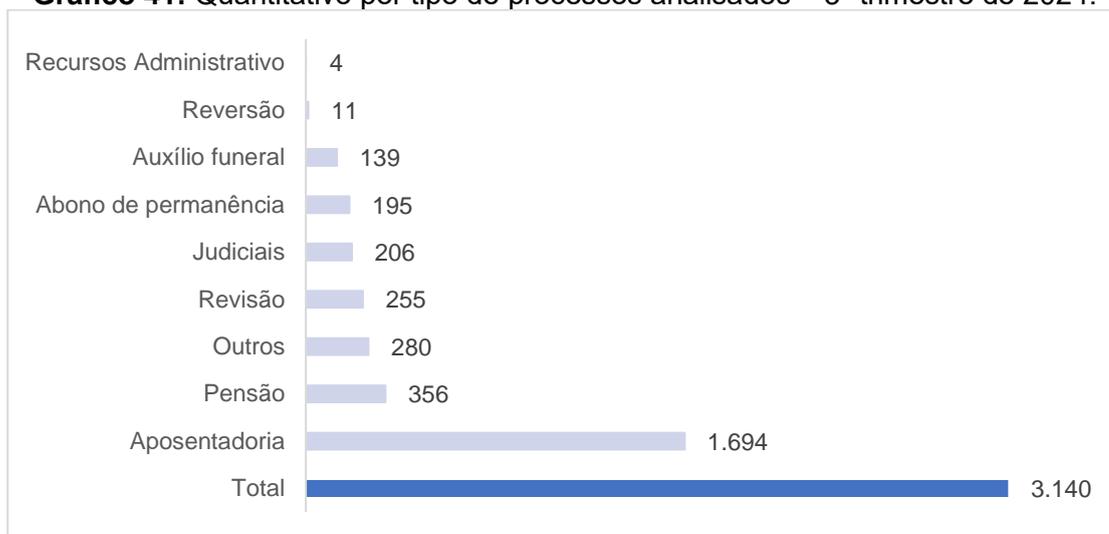


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS/IGEPPS.

Destaca-se que o tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

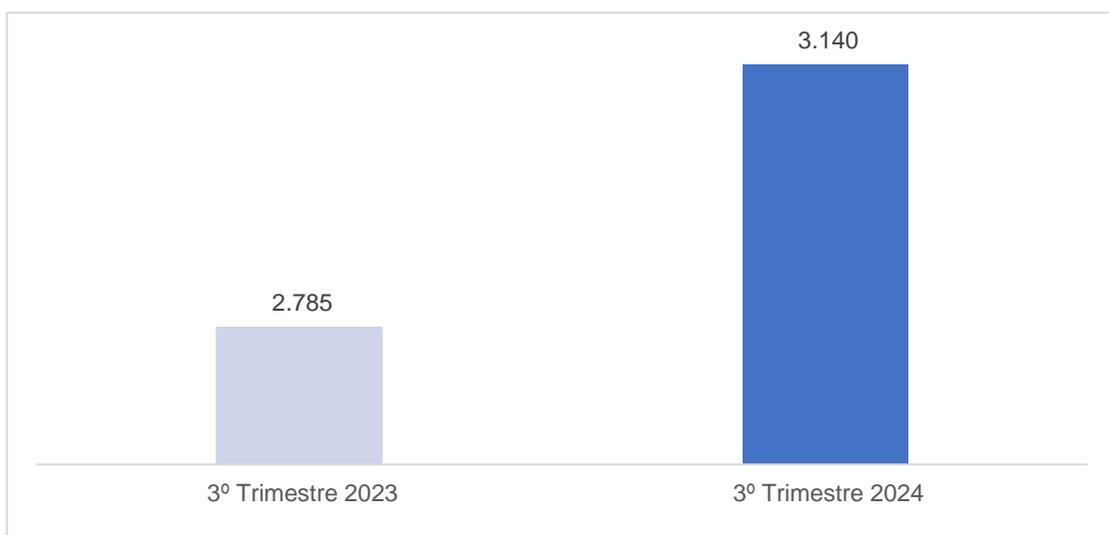
Verifica-se que o número de análises do terceiro trimestre de 2024 representa um acréscimo de aproximadamente 13% em relação ao terceiro semestre de 2023, no qual foram verificadas 3.140 (três mil e cento e quarenta) análises.

Gráfico 41: Quantitativo por tipo de processos analisados – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Gráfico 42: Comparativo do Quantitativo de processos analisados – 3º trimestre de 2023 e 2024.



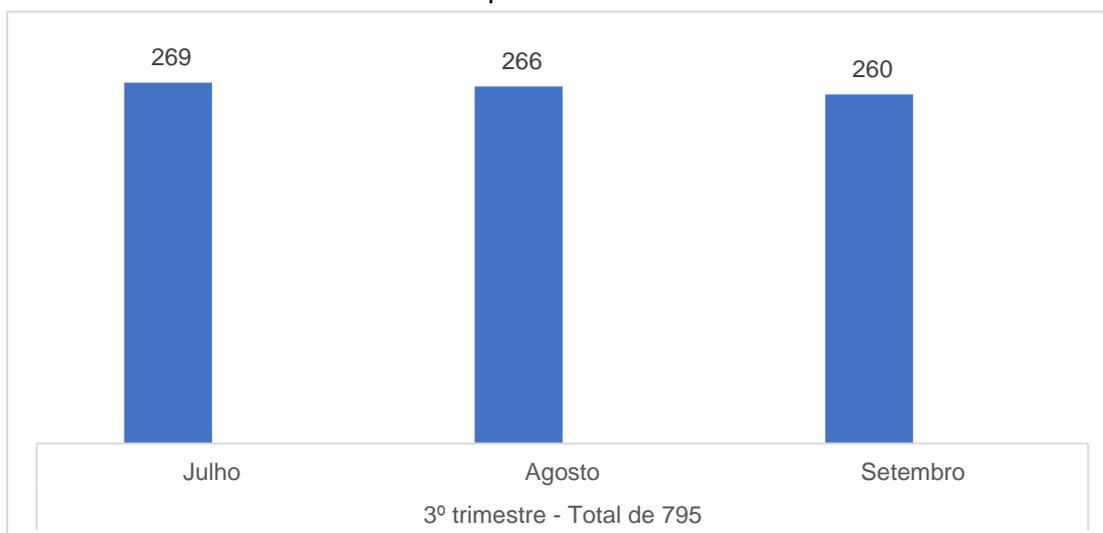
Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte

No terceiro trimestre de 2024, a CCHA concedeu 795 (setecentos e noventa e cinco) aposentadorias entre as 1.694 (um mil, seiscentos e noventa e quatro) análises empreendidas. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias na folha de pagamento.

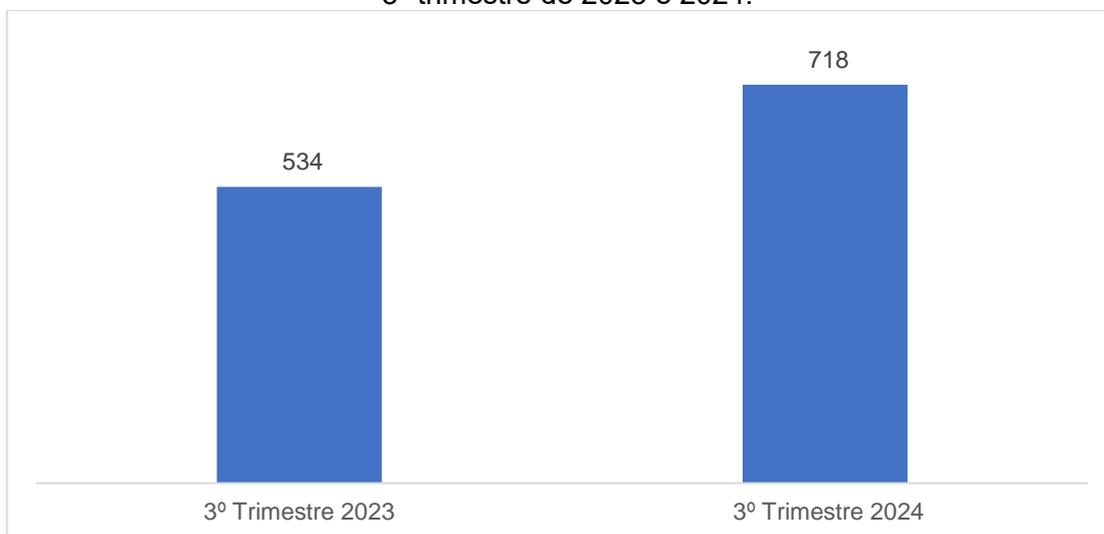
Gráfico 43: Quantitativo das aposentadorias concedidas – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Comparado ao mesmo período de 2023, que teve 534 (quinhentos e trinta e quatro) aposentadorias civis, o ano atual mostra um aumento de 35%. Esse crescimento nas aposentadorias deferidas está ligado ao aumento de servidores e ao uso de um único sistema para concessão.

Gráfico 44: Comparativo do quantitativo das aposentadorias concedidas – 3º trimestre de 2023 e 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

No terceiro trimestre de 2024 foram concedidas 137 (cento e trinta e sete) pensões por morte.

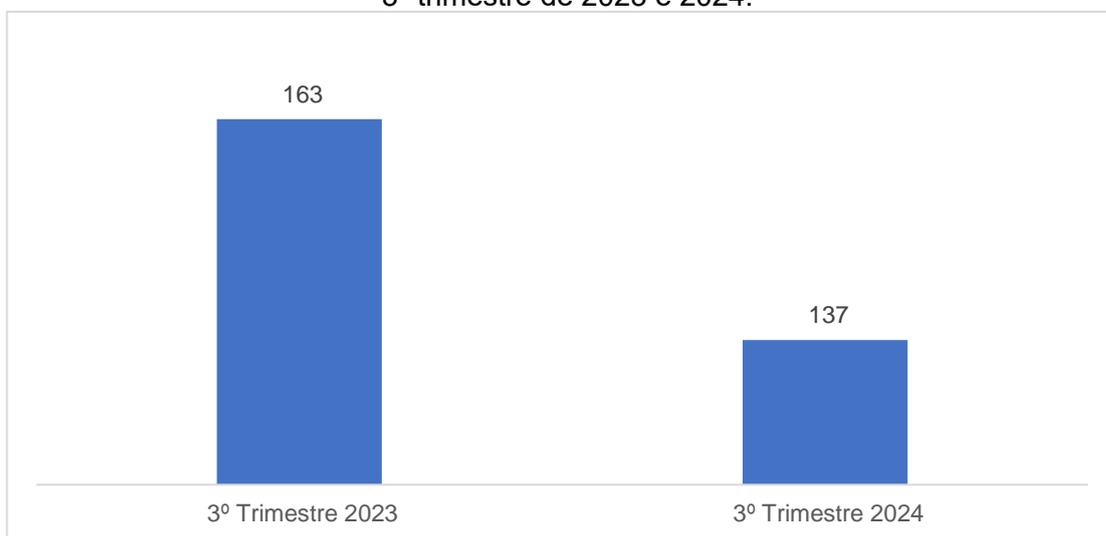
Gráfico 45: Quantitativo das pensões concedidas por folha de pagamento – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Registra-se que houve um decréscimo de aproximadamente -16% no número de concessões em comparação ao segundo trimestre de 2023, no qual foram deferidas 163 (cento e sessenta e três) pensões de competência da CCAH.

Gráfico 46: Comparativo do quantitativo das pensões concedidas – 3º trimestre de 2023 e 2024.



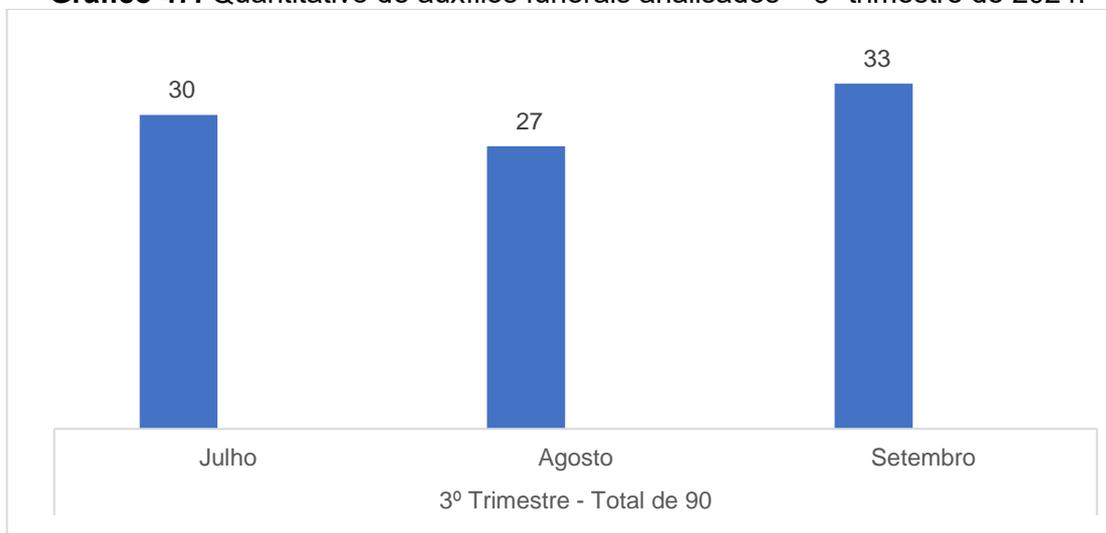
Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Salientamos que o passivo tem sido controlado, restando pendentes apenas os processos (tanto de concessão inicial quanto de revisão) que se encontram, em linhas gerais, aguardando parametrizações do sistema, cujos chamados encontram-se em andamento. O tempo médio de análise também se manteve estável em 4 (quatro) dias desde a chegada do processo nesse setor.

7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No terceiro trimestre de 2024, foram 139 (cento e trinta e nove) processos de auxílios funerários analisados e 90 (noventa) foram deferidos, com média de 30 (trinta) deferimentos mensais, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 47: Quantitativo de auxílios funerários analisados – 3º trimestre de 2024.

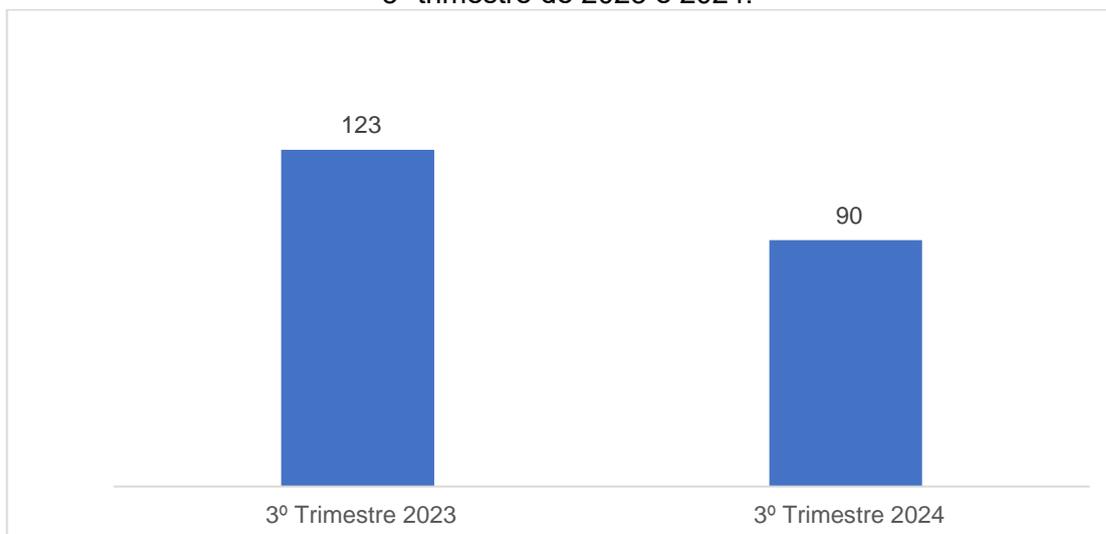


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com apenas 25 (vinte e cinco) processos nesse setor, sendo dentre esses 15 (quinze) aguardando conclusão de processos de pensão.

Comparando ao terceiro trimestre de 2023, os deferimentos diminuíram 26%. Essa queda é menor do que em outros processos, já que o IGEPPS só analisa auxílios funerários de inativos, que são menos volumosos.

Gráfico 48: Comparativo do quantitativo dos auxílios funerários concedidas – 3º trimestre de 2023 e 2024.

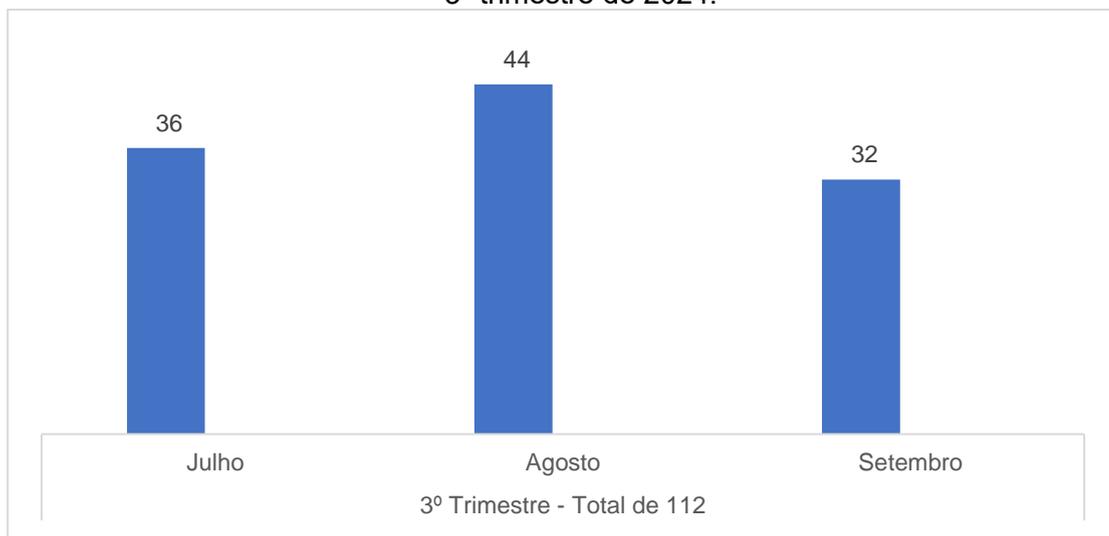


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

7.9.4 Abono de Permanência

No terceiro trimestre de 2024, foram analisados 195 (cento e noventa e cinco) pedidos de abonos de permanência, sendo 112 (cento e doze) deles deferidos, distribuídos por mês calendário, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 49: Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 3º trimestre de 2024.

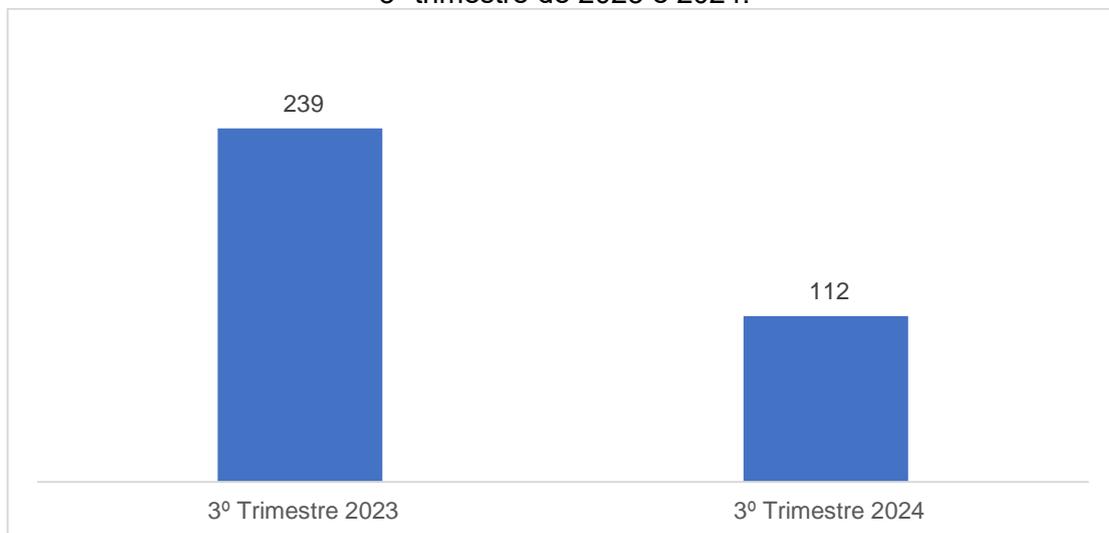


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

Destacamos que, assim como na pensão, o passivo do abono de permanência está sob controle, com 76 (setenta e seis) processos em análise (alguns deles aguardando ajustes pelo SISPREV, que já estão em andamento) e somente 05 (cinco) pedidos de revisão.

Gráfico 50: Comparativo do quantitativo dos abonos de permanência concedidas – 3º trimestre de 2023 e 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará

A folha de pagamento do IGEPPS atua na gestão de quase 55 mil benefícios de inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. A atividade de gestão abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos.

No presente relatório serão apresentados os cinco itens anteriormente expostos no período de janeiro, fevereiro e março de 2024, com a exposição de comparações de períodos em 2023.

7.9.6 Vacâncias

7.9.6.1 Vacâncias de beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância ocorre quando algum benefício é finalizado na folha de pagamento, sendo os motivos diversos, os quais serão analisados em seguida. No terceiro trimestre, em julho reduziu para 46 (quarenta e seis) casos de vacância, em agosto houve um aumento significativo para 89 (oitenta e nove) casos. Em setembro houve redução significativa para 28 (vinte e oito) casos de vacância.

Gráfico 51: Quantidade Vacância – Inativos — 3º trimestre de 2024.

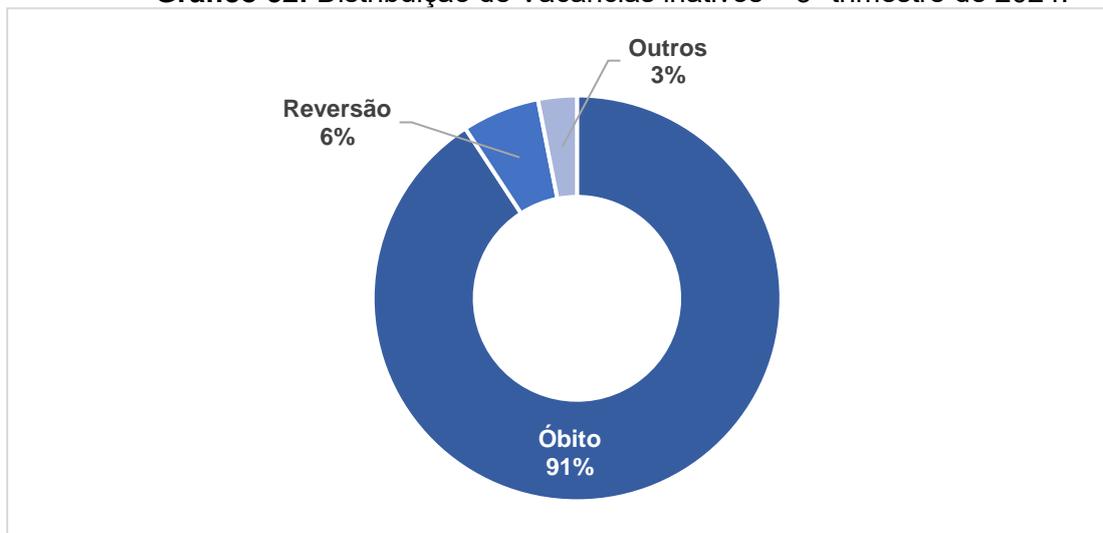


Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Em relação aos motivos da vacância, dos números apresentados no terceiro trimestre de 2024, para os inativos, representou 91% versam sobre casos de óbito, 6% acerca de reversão ao serviço ativo e 3% não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros),

conforme o gráfico abaixo.

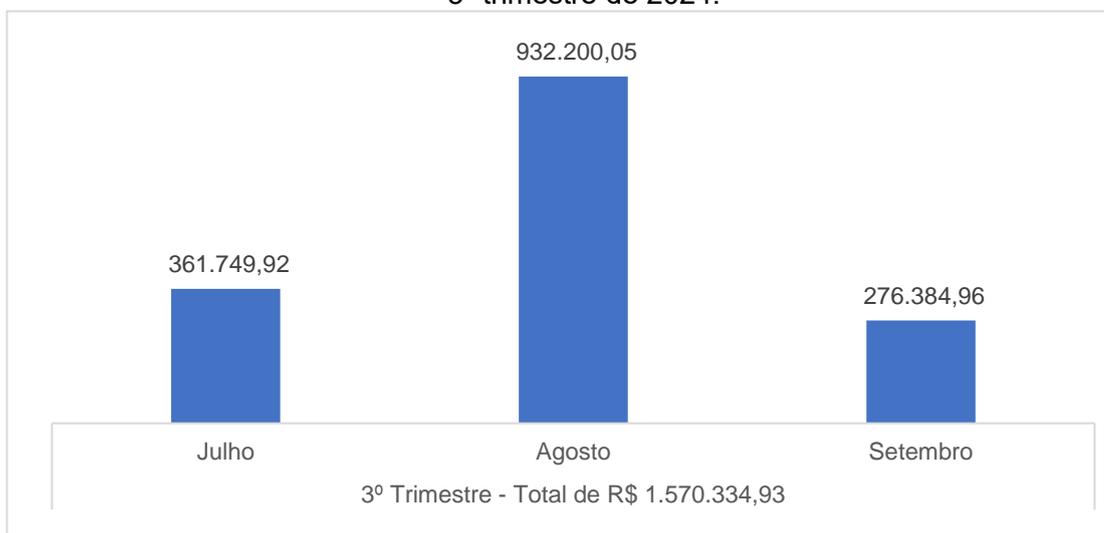
Gráfico 52: Distribuição de Vacâncias inativos – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Vale ressaltar que os valores economizados pelo Instituto estão distribuídos de forma mensal conforme o gráfico a seguir. Assim, no terceiro trimestre de 2024, as vacâncias de beneficiários inativos totalizaram o montante R\$ 1.570.334,93 (um milhão e quinhentos e setenta mil e trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos).

Gráfico 53: Aposentadoria Vacância – Valores Economizados (R\$) – 3º trimestre de 2024.



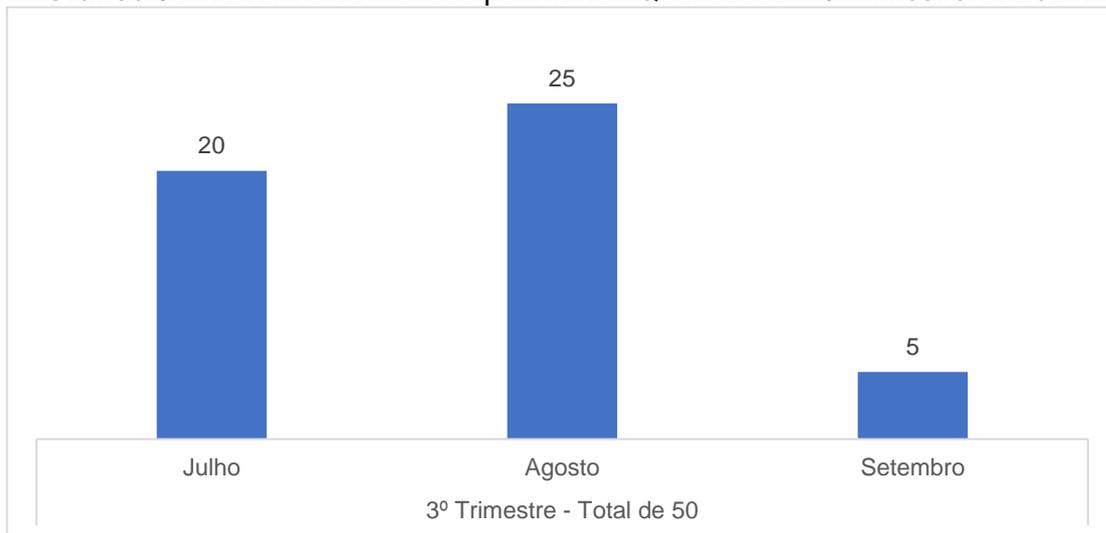
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Esses números referem-se aos óbitos cadastrados no SISPREV, em decorrência de processos de comunicado de óbito, solicitação de pensão por morte, solicitação de auxílio funeral, denúncia, dentre outros.

7.9.6.2 Vacâncias de beneficiários – Pensão por Morte.

No terceiro trimestre, em relação ao mês de julho, houve um aumento considerável para 30 (trinta) casos, em agosto reduzindo para 25 (vinte e cinco) e finalizando em 5 (cinco) no mês de setembro, totalizando 50 (cinquenta) processos de vacâncias de pensão por morte.

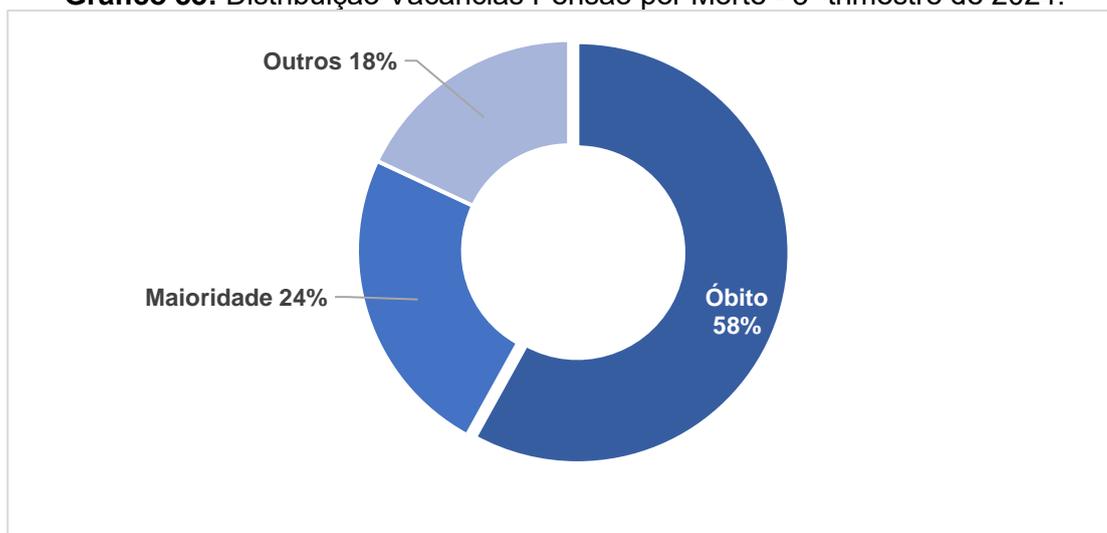
Gráfico 54: Vacância de Pensão por Morte - Quantidade – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Em relação aos motivos de vacância, considerando os números do primeiro trimestre de 2024, 58% versam sobre casos de óbito, 24% de maioria e 18% não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 55: Distribuição Vacâncias Pensão por Morte - 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

No que tange a valores economizados, quanto à vacância de pensão por morte, no terceiro trimestre de 2024, temos o total de R\$ 346.902,06 (trezentos e quarenta e seis mil e novecentos e dois reais e seis centavos), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 56: Valores de Vacância Pensão por Morte (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Ademais, citam-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SISOBI, atualmente SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

No que tange à análise geral da evolução da folha de remuneração, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, apontamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de desembolsos de valores retroativos, com aprimoramentos significativos e eficientes, como a atualização de tabelas salariais, a constituição de grupos de trabalho temporários para acelerar a análise e manutenção de processos administrativos e judiciais, possibilitando acertos devidos e legais aos segurados de forma oportuna.

Para a demonstração dos valores realizados da folha de pagamento no ano de 2024, diferentemente dos anos anteriores, foram utilizados os “valores totais brutos”, excluindo os valores indicados como “outros descontos”, pois esses valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira da folha.

Ressalta-se, também, a implementação em janeiro/2024 de pagamentos com a criação de contas-salário para os beneficiários do IGEPPS, baseada na Resolução CMN n.º 5.058 de 15/12/2022 no Banco Central do Brasil. Esse processo resultou em maior segurança na indicação de dados financeiros, pois os novos beneficiários apresentavam detalhes monetários desatualizados da SEPLAD, causando inconsistências nos pagamentos efetuados. No entanto, com as contas-salário criadas exclusivamente para recebimento de benefícios, notou-se uma redução nas devoluções de créditos por indicação de registros bancários inválidos/desatualizados.

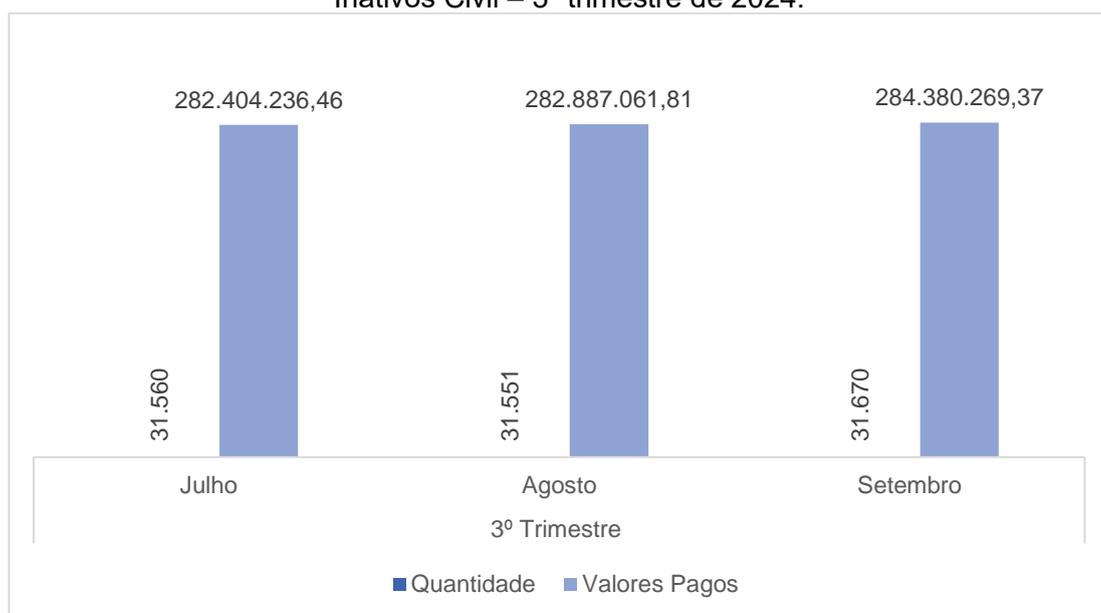
E, ainda, a partir de agosto de 2024 o contrato com a DataPrev do SIRC Batimento,

que realiza o batimento de Registros Cíveis confrontando a base de beneficiários do IGEPPS com as informações atualizadas de registro de óbitos do cadastro nacional, possibilitou a retirada de beneficiários das folhas de inativos e pensionistas, em agosto e setembro foram retirados das folhas de inativos e pensionistas 501 pessoas, que recebiam benefícios na ordem de R\$ 3.213.649,99 (três milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e quarenta e nove mil e noventa e nove centavos).

7.9.7.1 Inativos civis

No terceiro trimestre de 2024, os segurados inativos civis somaram 94.781 (noventa e quatro mil, setecentos e oitenta e um) totalizando 849.671.567,64 (oitocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Dessa forma, houve crescimento de 1,33% em relação a valores e 1,46% na quantidade de pagamentos do segundo para o terceiro trimestre.

Gráfico 57: Evolução da Quantidade e Valor da Folha de Pagamentos (R\$) – Inativos Civil – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.7.2 Pensionistas civis

No terceiro trimestre de 2024, a folha de pagamento dos pensionistas civis registrou o valor da folha de pagamento de R\$ 156.012.421,36 (cento e cinquenta e seis milhões e doze mil e quatrocentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos). Foram realizados 27.582 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e dois) pagamentos. Isso representou um decréscimo de - 7,58% e um acréscimo quantitativo de 0,50% em relação ao segundo trimestre.

Gráfico 58: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionista Civil – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.7.3 Inativos Militares

No terceiro trimestre de 2024, foram realizados 32.248 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e oito) pagamentos, totalizando R\$ 429.097.222,86 (quatrocentos e vinte e nove milhões, noventa e sete mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos). Esse valor representou um aumento financeiro de 1,44% e quantitativo de 1,42% em relação ao segundo trimestre.

Gráfico 59: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Inativos Militares – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.7.4 Pensionistas Militares

No terceiro trimestre de 2024, o valor total da folha de pagamentos foi de R\$83.885.257,88, (oitenta e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos) referentes 11.188 (onze mil e cento e oitenta e oito) pensionistas militares. Isso representa um aumento de 0,76% no valor e de 0,21% na

quantidade, comparando com o segundo trimestre.

Gráfico 60: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionista Militares – 3º trimestre de 2024.

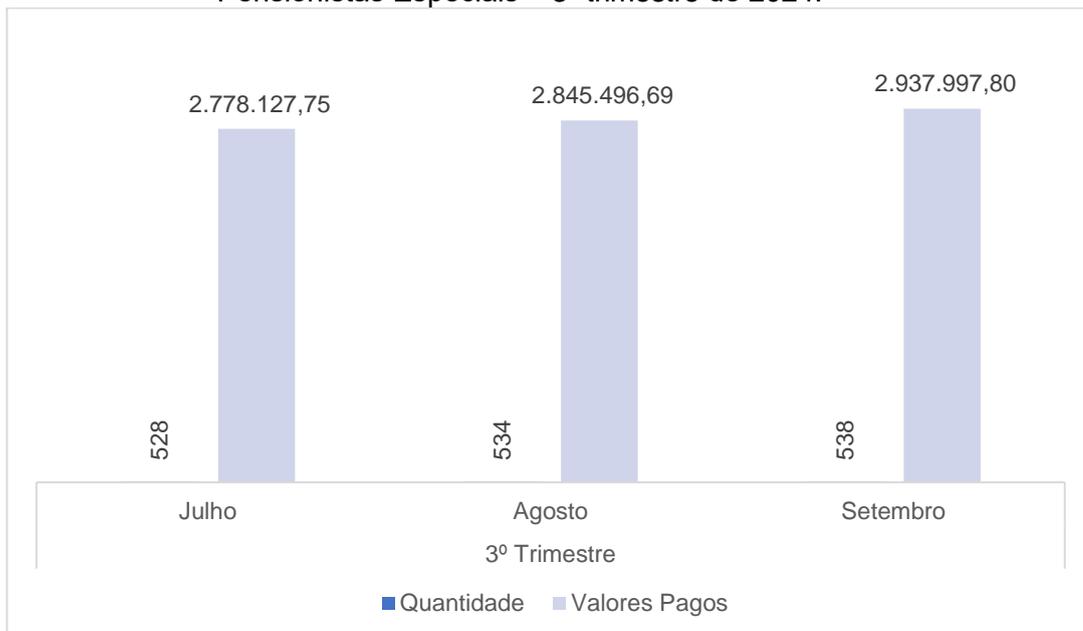


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.7.5 Pensionistas Especiais

No terceiro trimestre de 2024, foram realizados 1.600 (um mil e seiscentos) pagamentos, totalizando R\$ 8.561.622,24 (oito milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos). Isso representa um aumento de 14,30% em valor e 4,92% em quantidade, em comparação com o segundo trimestre.

Gráfico 61: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionistas Especiais – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.8 Pagamento de Retroativos

7.9.8.1 Inativos

No 3º trimestre foram pagos R\$ 12.972.867,77 (doze milhões e novecentos e setenta e dois mil e oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), com quantitativo de 2.511 pagamentos, com decréscimo de 19,0%.

Gráfico 62: Retroativos de Aposentadorias (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.8.2 Pensionistas

No terceiro trimestre do ano de 2024, foram pagos a título de retroativo o pagamento 10.872.866,68 (dez milhões, oitocentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos) com o quantitativo de 1.967 pagamentos, apresentando um decréscimo de -16,37% nos valores.

Gráfico 63: Retroativos de Pensão - Valores – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

É imperioso ressaltar que os pagamentos de valores retroativos tanto para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 1.101 Retroativo Ano Vigente, 1.451 Retroativo de RRA/RFB.

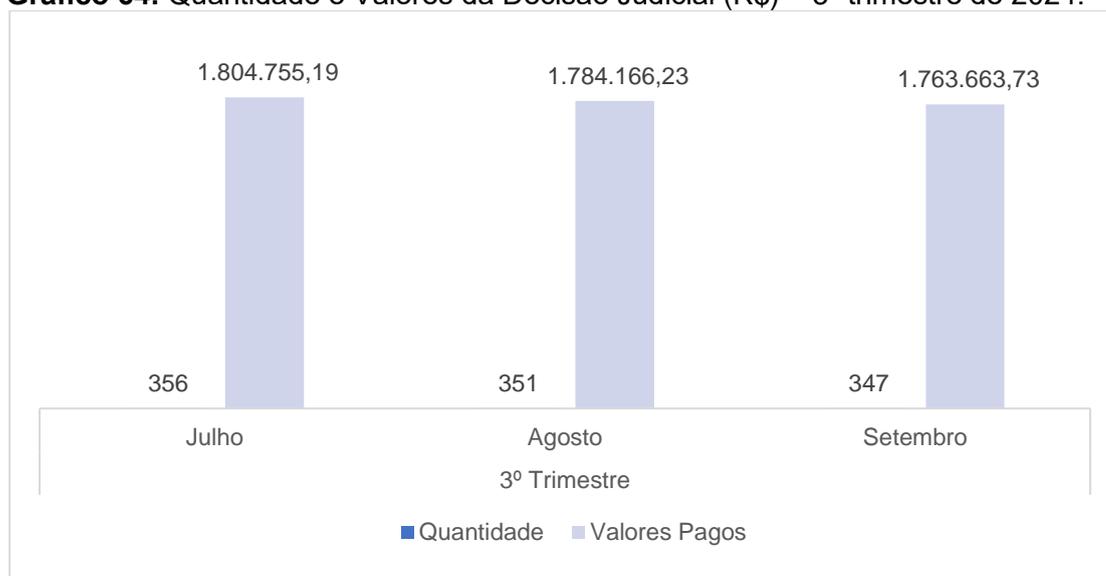
Diante do exposto, informamos que as demandas relacionadas aos retroativos tem sido cada vez mais constantes, entretanto, a equipe exerce suas atividades de forma árdua conseguindo executar a análise dos casos com a consequente redução do passivo.

7.9.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.9.9.1 Inativos

No 3º trimestre de 2024, foram realizados pagamentos no valor de R\$ 6.862.896,54 (seis milhões e oitocentos e sessenta e dois mil e oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Em referência aos valores de cumprimento de decisões judiciais de inativos

Gráfico 64: Quantidade e Valores da Decisão Judicial (R\$) – 3º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPSS.

O quantitativo de segurados inativos civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais em 2024, totalizou 5.690) decisões judiciais, representando uma redução de 2,5% em relação ao segundo trimestre.

7.9.9.2 Pensionistas

No 3º trimestre de 2024, foram pagos R\$ 5.352.585,15 (cinco milhões trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos), referente as decisões judiciais que foram pagas aos pensionistas militares e civis, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 65: Quantidade e Valores da Decisão Judicial (R\$) – 3º trimestre de 2024.



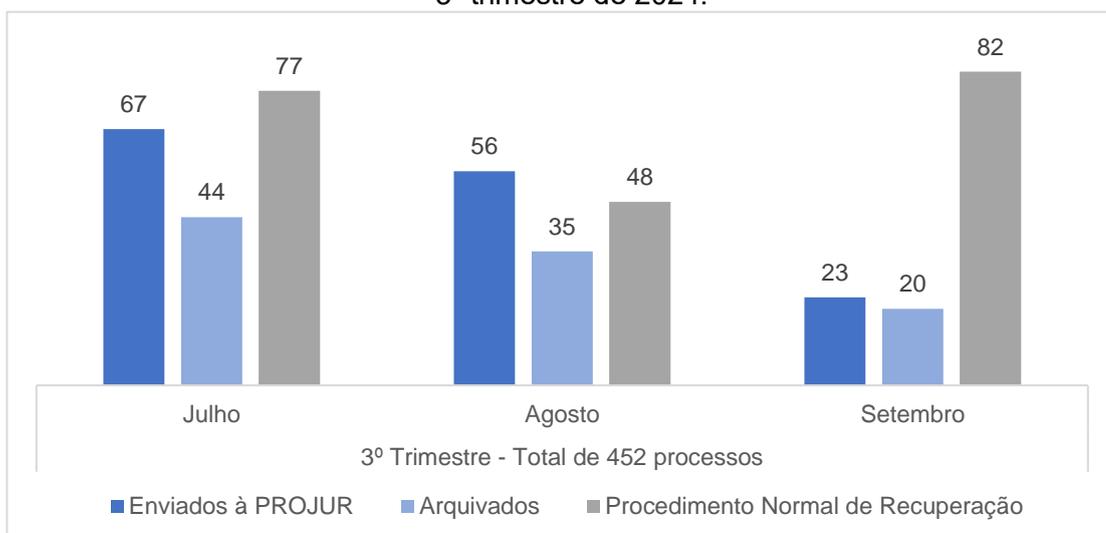
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

O quantitativo de segurados pensionistas civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais totalizou 1.054, representando uma redução de 3,4% em relação ao segundo trimestre.

7.9.10 Recuperação de Crédito

No 3º trimestre de 2024, 452 processos de recuperação de crédito via folha de pagamento foram analisados. Destes, 146 foram enviados à PROJUR, 99 arquivados e 207 executados normalmente. O número de análises cresceu 21,5% em relação ao trimestre anterior.

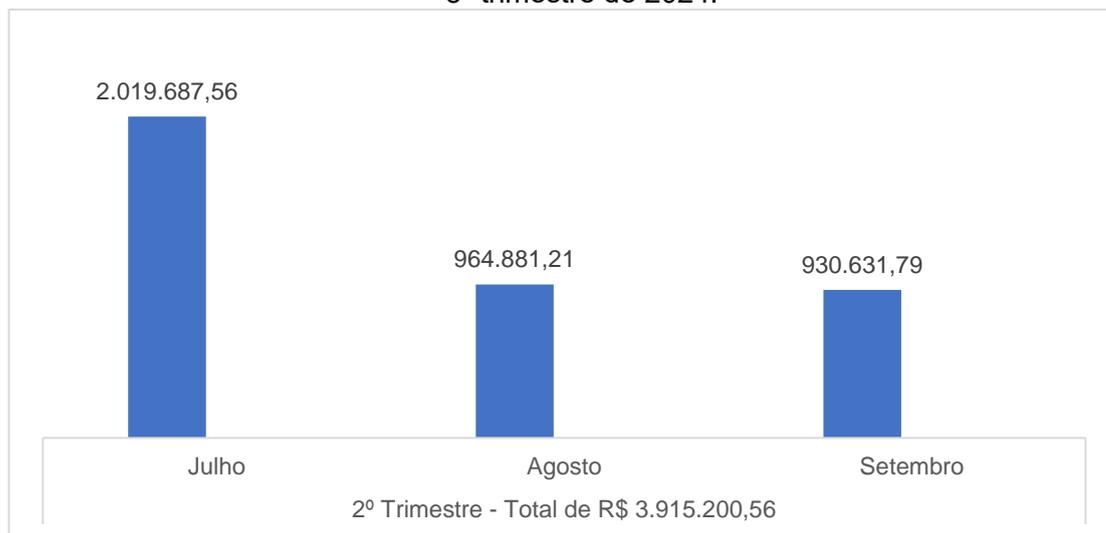
Gráfico 66: Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito – 3º trimestre de 2024.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

Nesse contexto, considerando os processos aptos à recuperação via folha de pagamento, foi devolvido aos cofres públicos o valor de R\$ 3.915.200,56 (três milhões, novecentos e quinze mil e duzentos reais, e cinquenta e seis centavos). Assim, houve um incremento, em relação ao 2º trimestre, no percentual de 20,3%, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 67: Recuperação de Crédito - Valores recuperados via folha (R\$)
– 3º trimestre de 2024.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua no IGEPPS com o setor realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e apura denúncias além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

As demandas do IGEPPS vêm principalmente da CCAH e DIPRE. O NAPS gerencia o SIAAG, um sistema que atende usuários que se cadastram e agendam serviços online. Se um agendamento for detectado, o NAPS coordena com os setores relevantes do Instituto para atender a situação no tempo definido.

7.10.1 Atendimento Psicossocial

No terceiro trimestre de 2024, foram realizados 06 atendimentos aos beneficiários/usuários em quadros de risco social. A avaliação da situação de risco era realizada pela CATEN, que encaminhava ao setor, o qual intermediava junto aos setores envolvidos a fim de propiciar a conclusão da análise dos requerimentos dos interessados. O NAPS também oferecia suporte ao atendimento do *Call Center*, o qual recorria ao setor quando da verificação de casos mais complexos.

7.10.2 Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial, entre outros, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam por óbito ou de nova união. Nota-se que a equipe do NAPS permanece realizando um número expressivo de diligências psicossociais, devido à chegada de duas servidoras provenientes do último processo seletivo, e que já estão atuando de forma consistente nas análises processuais, alavancando a produtividade do setor. Para o período aludido, foram realizadas 42 diligências na região metropolitana de Belém e 17 viagens para o interior do estado.

7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O NAPS é responsável por receber e verificar denúncias de nova união e reclamações de óbito. A investigação de acusações por nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que iniciaram um novo relacionamento. Os processos de reclamação de óbito têm prioridade, pois resultam em perda da condição de beneficiário de pensão por morte.

No terceiro trimestre de 2024, foram apuradas 47 denúncias de óbito e 10 processos de apuração de nova união. A gestão priorizou a análise dos processos de pensão por morte, devido à sua alta prioridade, conforme entendimento da Diretoria de Previdência.

7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte

Os processos de pensão por morte direcionados ao NAPS são os que carecem de provas documentais para a comprovação da qualidade de dependente previdenciário, especialmente, no que se refere à confirmação de existência de relação de união estável entre as partes. Como trata-se a conclusão da análise da concessão do benefício, diferentemente dos outros processos destinados ao NAPS, os processos de pensão por morte têm caráter prioritário na análise do setor. No referido período foi totalizado um quantitativo de 19 estudos psicossociais concluídos.

7.10.5 Relatórios Técnicos

No terceiro trimestre de 2024, foram produzidos 19 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais esse quantitativo corresponde à meta estipulada internamente no setor. A sutil queda na produtividade se deve ao fato de que uma das servidoras técnicas do setor pediu desligamento, por questões pessoais, o que reduziu a equipe.

7.10.6 Educação Previdenciária

Os projetos estão relacionados com vários temas referentes à qualidade de vida dos segurados. Nesse sentido, essas ações corroboram para o desenvolvimento da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão que é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS.

No planejamento de 2024, estão previstas as seguintes ações/projetos/programas: Papo Previdenciário, Curso de Preparação para Aposentadoria, Curso de Orientação Profissional para Jovens Pensionistas, Atendimento de Educação Financeira aos usuários do IGEPPS, Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos, Roda de Conversa com estudantes da graduação de Psicologia/UFPA.

Quadro 04: Cronograma de Educação Previdenciária – 3º trimestre de 2024.

Evento	Tema	Público-alvo	Mês	Modalidade	Local
Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos	Atualizações previdenciárias, qualidade de vida na preparação para aposentadoria e educação financeira	Servidores públicos	Julho	Presencial	Auditório da UEPA em Santarém
		Servidores públicos			Auditório da UEPA em Marabá
Papo Previdenciário	Atualizações previdenciárias, qualidade na preparação para aposentadoria e educação financeira, e previdência complementar	Servidores públicos	Agosto	Presencial	Santa Casa de Misericórdia do Pará
		Servidores públicos			Secretaria de Meio Ambiente e sustentabilidade - SEMAS
		Servidores públicos		On line	Defensoria Pública do Estado do Pará
Papo Previdenciário		Servidores públicos	Setembro	Presencial	Agência do IGEPPS em Santarém

Fonte: NAPS/Dipre/IGEPPS.

Dentre as ações citadas, foram realizadas no 3º trimestre de 2024: 04 edições do Papo Previdenciário (em parceria da DIPRE com o NAPS), com um total de 989 pessoas capacitadas; 02 edições do Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos (em parceria da DIPRE com o NAPS), com 111 pessoas capacitadas e pelo Programa de Assistência em Educação Financeira com 3 pessoas atendidas.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

1. Atendimento Pessoal

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (CATEN) na sede; nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), no posto do Terminal Hidroviário, nas agências os Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – NAPS na sede do IGEPPS.

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualiza o cadastral, prestando informa es e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declara es, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

1.1 IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e esta es cidadanias.

2. Central Telef nica

A Central Telef nica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informa es, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

3. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informa es, críticas, sugestões, reclama es e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a  tica e transparência nas rela es do instituto coma sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na

qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

Dentre as principais demandas da Ouvidoria do IGEPPS, temos as informações, as reclamações e solicitações. Nos pedidos de informações, destacam-se os questionamentos sobre o andamento e resolução de processos. As reclamações destacam-se por números expressivos que constituem, sem dúvida, o maior quantitativo de manifestações, quanto à demora na análise e conclusão de processos.

4. Fale com o Presidente

O canal “Fale com o Presidente”, efetivamente implementado a partir de janeiro de 2021, se tornou um meio específico e de direta interação dos segurados com a Gestão, permitindo o fortalecimento do diálogo entre a sociedade e a estrutura interna do Instituto. O fluxo de tratamento das demandas encaminhadas ocorre, via de regra, de duas maneiras: em primeiro momento, há a triagem e análise primária do e-mail enviado pelo beneficiário e/ou cidadão em geral, demarcando-se os aspectos iniciais, tais como a que se refere o assunto, se existe processo em curso, qual o setor responsável pela emissão de resposta e/ou se já houve desfecho sobre o feito; e a posterior, são adotadas as providências para resposta imediata e espontânea ou provocação do setor correspondente concedendo prazo para que informe sobre o estado processual.

Em relação ao acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas pelo canal “Fale com o Presidente”, durante o período de julho a setembro de 2024 se observou a percepção de uma média total de 600 (seiscentas) demandas, correspondendo a média de 150 a 200 e-mails mensais, distribuídas entre os assuntos de abono permanência, aposentadoria, auxílio funeral, Censo Previdenciário, certidões de tempo de contribuição – CTC, contracheque, cédula C, isenção de IR, pagamento de retroativos, pecúnia, pensão alimentícia, pensão por morte, reserva e reforma, revisões e requisições de pequeno valor - RPV.

Nesse terceiro trimestre do ano de 2024 percebeu-se um aumento quantitativo nas demandas relativas ao Censo Previdenciário/recadastramento, prova de vida e liberação de crédito, pelo qual se sugeriu ações setoriais e multitarefas que fossem aptas a esclarecer as informações ao cidadão e proporcionar celeridade na emissão das CTC's.

6. E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 — Lei de Acesso à Informação – LAI.

Portanto, o IGEPPS tem trabalhado para fortalecer o atendimento ao público não apenas na modalidade presencial, mas, também, por meio de canais virtuais que facilitem o acesso aos serviços disponibilizados pelo Instituto, bem como aproxime a Alta Gestão dos destinatários do serviço público ofertado.

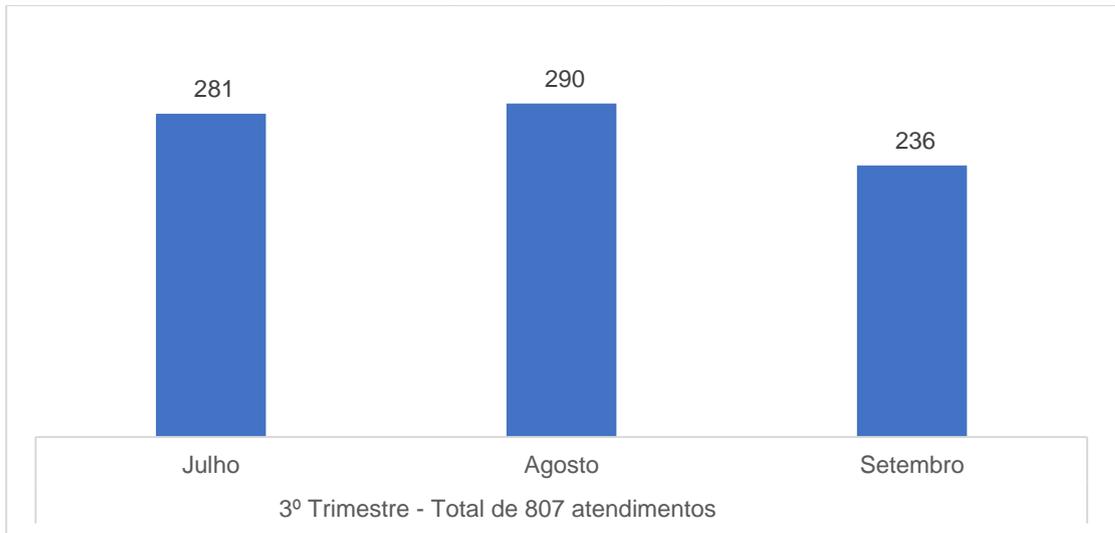
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Em conformidade com o Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, a atual gestão do IGEPPS tem se empenhado para expandir a presença do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará. O objetivo é facilitar o acesso efetivo dos beneficiários e cidadãos aos serviços oferecidos pelo Instituto. Para isso, investimentos significativos têm sido feitos na expansão da infraestrutura física. Isso inclui a reforma e ampliação da Central de Atendimento (CATEN, na sede), aprimoramento dos postos de atendimento nas Estações Cidadania e no Terminal Hidroviário de Belém, bem como a construção e inauguração de novas agências nas Regiões de Integração do Estado. Adicionalmente, o atendimento presencial itinerante tem sido viabilizado por meio de caminhões baú.

8.1.1 Central de Atendimento – CATEN

No terceiro trimestre, a sede Caten, as Estações Cidadania e o Terminal Hidroviário realizaram 9.840 (nove mil e oitocentos e quarenta) atendimentos de forma presencial, conforme o gráfico a seguir.

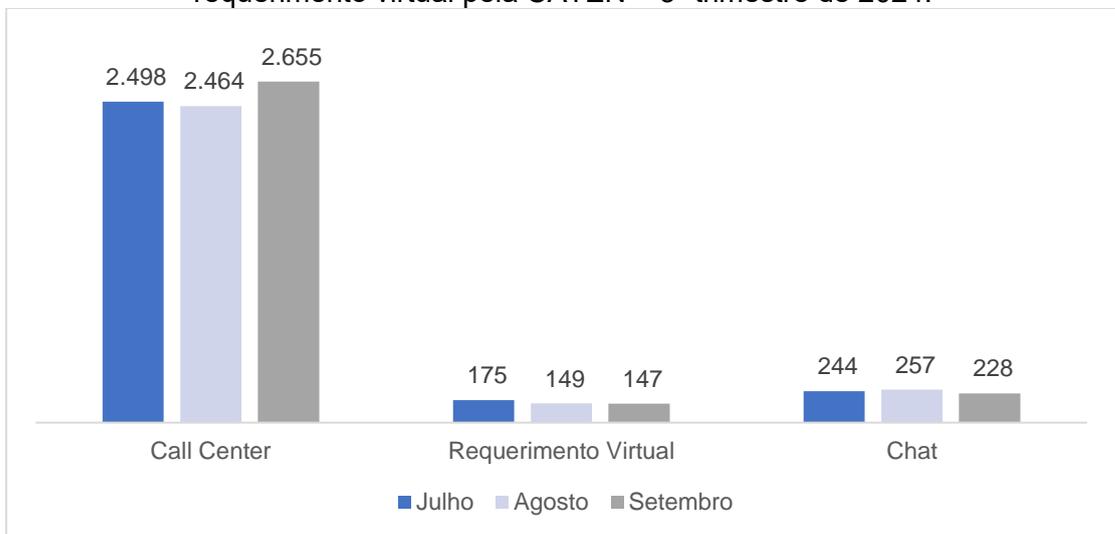
Gráfico 68: Quantitativo de atendimentos realizados pela CATEN– Sede, Estações Cidânicas (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) e Terminal Hidroviário – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

Já os atendimentos via *CallCenter*, chat e requerimento virtual totalizaram 8.817 (oito mil e oitocentos e dezessete) atendimentos, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 69: Quantitativo de atendimentos realizados via Call Center, chat e requerimento virtual pela CATEN – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:

1. Núcleo Regional de Castanhal composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
2. Núcleo Regional de Santarém composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
3. Núcleo Regional de Marabá composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim) inaugurada em 16 de fevereiro de 2024.

Os Núcleos de Castanhal e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

- Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange cerca de 5.004 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

Gráfico 70: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Castanhal – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

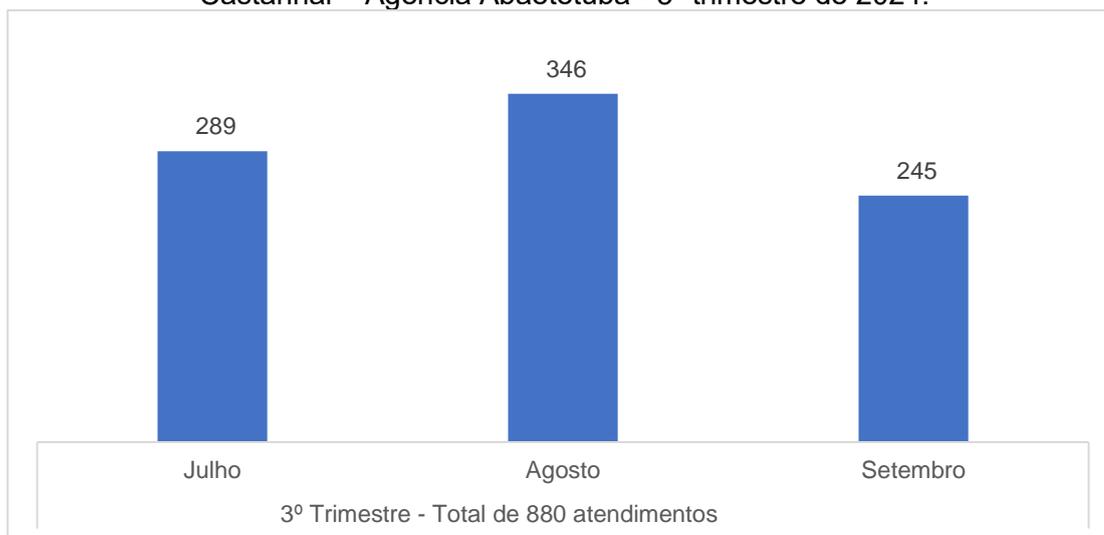
No 3º trimestre de 2024, a agência realizou 1.357 atendimentos ao longo dos meses, conforme o gráfico acima. Dentre os dez atendimentos mais demandados destacam-se: emissão de contracheque, outros, censo previdenciário, consulta de processo, requerimento inicial, portaria, declaração negativa, cópia de processos, comunicado e óbito e declaração

de benefício previdenciário.

- Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

Gráfico 71: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Abaetetuba - 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPSS.

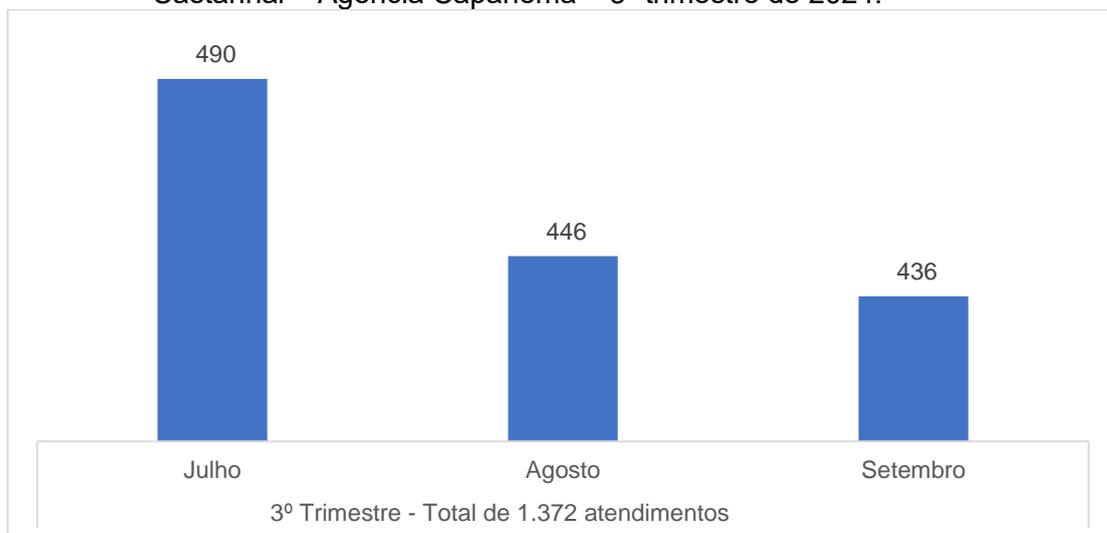
No 3º trimestre de 2024, a agência de Abaetetuba realizou 880 atendimentos, conforme o gráfico acima. O serviço voltado para a emissão de contracheque, outros, consulta de processo, portaria, censo previdenciário, emissão de cédula C, declaração negativa, juntada, comunicado de óbito e histórico de contribuições previdenciárias foram os atendimentos mais demandados pelos segurados da região.

- Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange cerca de 2.999 beneficiários dos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viséu.

No 3º trimestre de 2024, a agência de Capanema realizou 1.372 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento inicial, emissão de cédula C, censo previdenciário, portaria, juntada, comunicado de óbito e continuidade de pensão foram os mais demandados.

Gráfico 72: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Capanema – 3º trimestre de 2024.



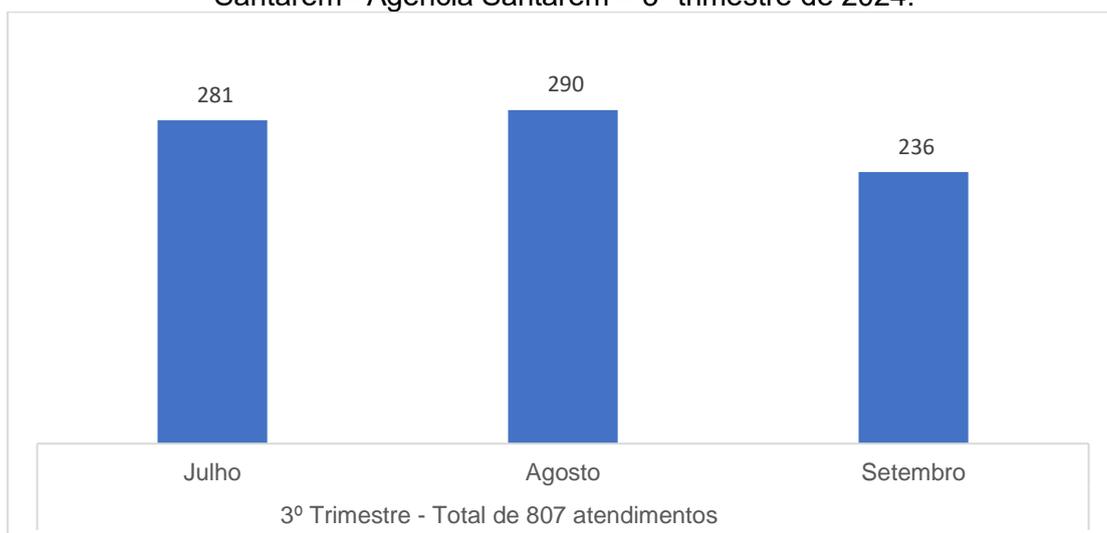
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

8.1.2.2 Núcleo Regional de Santarém

- Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para aproximadamente 2.681 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

Gráfico 73: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém – Agência Santarém – 3º trimestre de 2024.



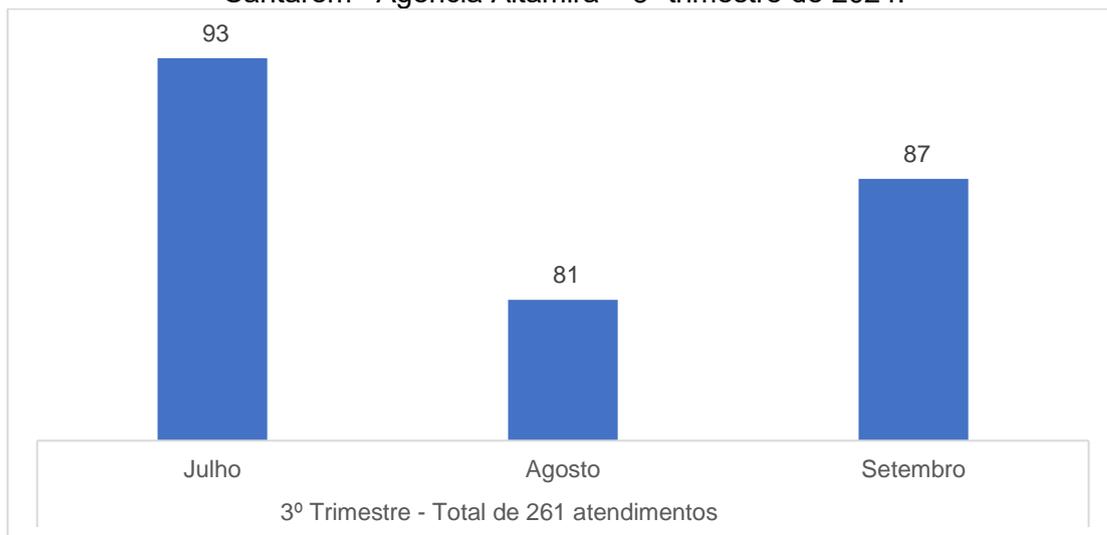
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 3º trimestre de 2024, a agência de Santarém realizou 807 atendimentos. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, consulta de processo, outros, requerimento inicial, portaria, juntada, emissão de cédula C, encaminhamento de perícia médica e comunicado de óbito foram os mais demandados.

- Agência Altamira

A agência de Altamira, localizada na região do Rio Xingu, atende a cerca de 778 beneficiários, sendo 90 militares e o restante civis residentes nos municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Gráfico 74: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém– Agência Altamira – 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 3º trimestre de 2024, a agência de Altamira realizou 261 atendimentos. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, consulta de processo, outros, requerimento inicial e portaria.

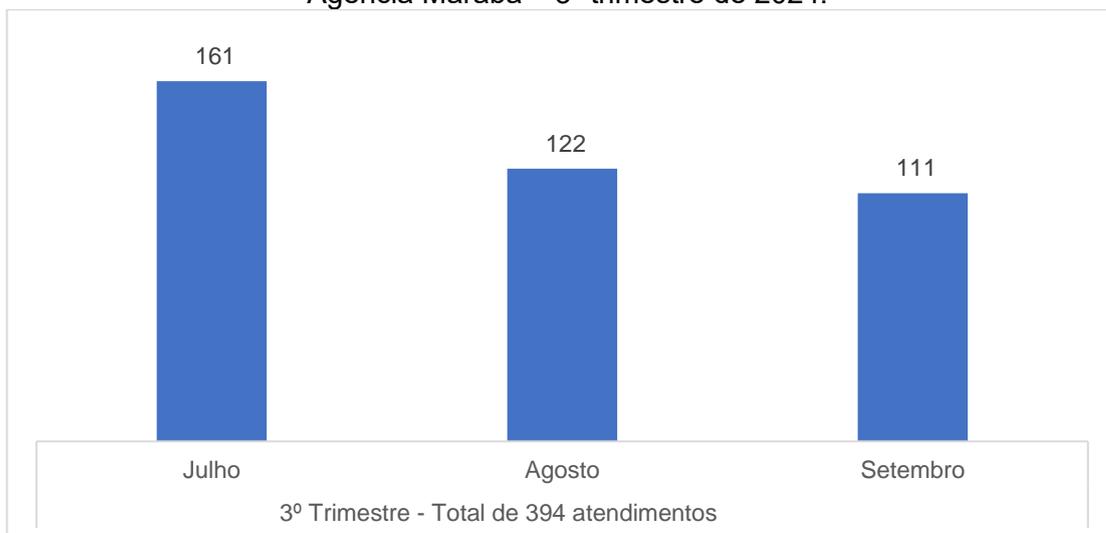
8.1.2.3 Núcleo Regional de Marabá

- Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá no município de Marabá abrange os 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 3º trimestre de 2024, foram realizados 394 atendimentos, conforme o Gráfico abaixo. Os assuntos mais demandados foram: emissão de contracheque, consulta de processo, outros e requerimento inicial.

Gráfico 75: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Marabá – 3º trimestre de 2024.



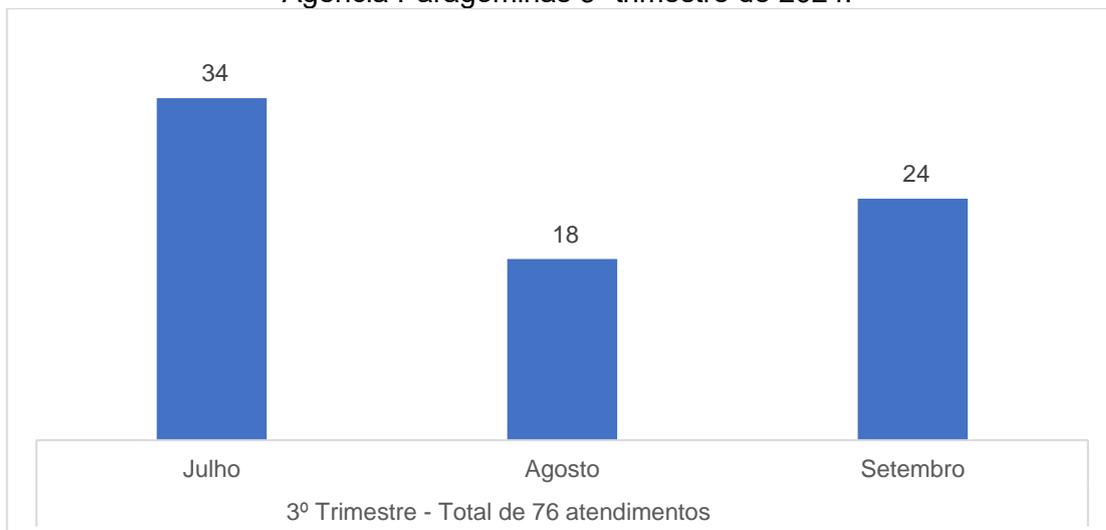
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

8.1.2.4 Agência de Paragominas

Agência de Paragominas foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2024 e abrange os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Paragominas, Tomé Açú e Ulianópolis.

No 3º trimestre de 2024, a agência realizou 76 atendimentos, conforme gráfico abaixo. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, censo previdenciário, consulta de processo, CTC e celeridade processual.

Gráfico 76: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Paragominas 3º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

9 CONSIDERAÇÕES

No terceiro trimestre de 2024, o IGEPPS destacou-se por avanços históricos na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual. Esses avanços foram notáveis, especialmente nas grandes áreas de arrecadação e fiscalização de receitas, investimentos, benefícios previdenciários e de proteção social, tecnologia e controles internos. Isso trouxe o IGEPPS para mais perto da excelência no cumprimento de sua missão como política pública de Estado. Além disso, também se destacou na implementação de uma política fiscal, tributária e salarial equilibrada que prioriza a proteção social de nossos segurados e beneficiários e, em sentido amplo, de toda a sociedade paraense.

O relatório mostra que as estratégias do IGEPPS visam atender as demandas do programa de implementação de uma gestão previdenciária eficaz, que está ligada ao PPA 2024-2027 e alinhada com o ODS 10 da Agenda Mundial da ONU.

A estratégia do IGEPPS visa auxiliar o Governo na diminuição de desigualdades regionais e sociais, fortalecendo a Governança Pública. Destaca-se, a ação de Gestão Previdenciária com 25.199 (vinte e cinco mil e cento e noventa e nove) atendimentos realizados tanto presencialmente na sede do IGEPPS, como nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e nas unidades móveis - IGEPPS Itinerante.

Ademais, vale salientar que os investimentos estão trazendo uma rentabilidade acima da meta atuarial anual. Registra-se que até o terceiro trimestre, a carteira Funprev rendeu R\$321.187.875,40, isso representa um valor superior em 39,43% da meta atuarial nesse período. A rentabilidade do FUNPREV do terceiro trimestre foi de 2,58%, para uma meta de 1,58%.

Outro ponto, no trimestre em referência, está relacionado às ações desenvolvidas no âmbito da Educação Previdenciária, a qual está alinhada à ODS-4 que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, especialmente aos nossos beneficiários. No período de julho a setembro de 2024, foram capacitados 285 (duzentos e oitenta e cinco) segurados e beneficiários nos municípios de Belém (Região Guajará), Marabá (Região Carajás) e Santarém (Região Baixo Amazonas), representando 271% da meta planejada para o ano de 2024.

Nesse sentido, os diversos atores envolvidos na gestão dos regimes próprios de previdência estadual, por meio da Educação Previdenciária, têm oportunidade de adquirir e aperfeiçoar seus conhecimentos na matéria, sejam eles servidores ativos e inativos (segurados) e seus dependentes; sejam eles os dirigentes e conselheiros das entidades, como gestores; sejam os servidores públicos que atuam nos órgãos da administração pública

estadual nas áreas de gestão de pessoas, planejamento e finanças, controle e supervisão e, por fim, a mídia, os sindicatos e as associações que atuam como formadores de opinião para toda a sociedade.

Em suma, a atual gestão continuou com ações voltadas para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, bem como investiu em tecnologia de ponta e segurança da informação visando a ampliação dos serviços digitais, aliados à celeridade e qualidade dos serviços ofertados. Para o ano de 2024 pretende-se dar continuidade aos avanços nas ações e metas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, financeira e de investimentos, destacando-se a obtenção do Nível máximo de Certificação Institucional do Programa Pró- Gestão, rumo ao topo no ranking dos melhores RPPS do Brasil.

Esse é o nosso Relatório.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do IGEPPS